

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

VALÉRIA SOARES BAPTISTA

O tempo, o lápis e o facão

**Escola, trabalho e cultura dos jovens cortadores de cana
de Jenipapo de Minas - Vale do Jequitinhonha - MG**

RIO DE JANEIRO

2012

Valéria Soares Baptista

O tempo, o lápis e o facão

Escola, trabalho e cultura dos jovens cortadores de cana
de Jenipapo de Minas - Vale do Jequitinhonha - MG

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio
de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título
de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Diógenes Pinheiro

RIO DE JANEIRO

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Valéria Soares Baptista

O tempo, o lápis e o facão

Escola, trabalho e cultura dos jovens cortadores de cana

de Jenipapo de Minas - Vale do Jequitinhonha – MG

Aprovado pela Banca Examinadora

Rio de Janeiro, ____/____/____

Professor Doutor Diógenes Pinheiro

Orientador – UNIRIO

Professor Doutor José Roberto Pereira Novaes – UFRJ

Professora Doutora Eliane Ribeiro Andrade – UNIRIO

Clube da Esquina 2

Milton Nascimento / Lô Borges / Márcio Borges

Porque se chamava moço
Também se chamava estrada
Viagem de ventania
Nem se lembra se olhou pra trás
Ao primeiro passo, asso, asso
Asso, asso, asso, asso, asso, asso
Porque se chamavam homens
Também se chamavam sonhos
E sonhos não envelhecem

AGRADECIMENTOS

O título da pesquisa é uma homenagem a José Roberto Novaes, onde seus filmes e as conversas na Editora UFRJ foram de grande valia no entendimento, importância do tema e rumos do projeto, antes mesmo do ingresso no mestrado e ao longo da pesquisa, consolidando o meu desejo de estudar sobre esta realidade.

Ao meu orientador, Diógenes Pinheiro, que admiro principalmente seu jeito de respeitar o tempo e a escrita do outro. Muito carinho e respeito foram se revelando neste processo.

A admiração é estendida aos professores do Mestrado em Educação da UniRio, principalmente aos do Grupo de Políticas Públicas: Eliane Ribeiro, Fernanda Nunes e Luiz Esteves, que foram fundamentais em diversos momentos desta pesquisa, nos estudos sobre juventude, além do carinho e respeito por nossas trajetórias. E também a Profa. Angela e a Profa. Maria Elena.

E aos meus queridos companheiros alunos do mestrado, em especial da linha de pesquisa em Políticas Públicas em Educação, que mesmo estando separados pelas horas despendidas em nossas pesquisas, sempre buscamos o caminho do encontro.

A Elisa Guaraná, que o tempo reforçou o afeto e que muito contribuiu nas discussões sobre juventude rural.

Aos amigos da Editora UFRJ pela força, solidariedade e carinho, fundamentais e sempre presentes, possibilitando a realização do mestrado.

Aos amigos da PBCM, religiosos e leigos, fundamentais nesta caminhada, onde através do Projeto CPF tornou-se possível o conhecimento e estudo do tema da pesquisa e também a realização do trabalho de campo.

Aos amigos de Jenipapo de Minas pelo carinho e acolhida, em especial aos professores e gestores em educação do município.

E por fim e início de tudo a minha família e amigos, que tanto apoiaram e viveram este projeto de mestrado nos mínimos detalhes, especialmente ao meu sogro Mario e a Jô.

Ao meu marido Pedro, aos meus filhos Theo e Lis, companheiros e muito amados.

Aos meus pais Áurea e Aluysio que ensinaram o que é força e determinação.

A saudade de Dino.

RESUMO

O presente trabalho se propõe a analisar os sentidos da escola para os jovens cortadores de cana do município de Jenipapo de Minas, a partir de suas trajetórias escolares, de trabalho, relações familiares, atividades culturais e adesões religiosas. E visa entender também quais são as perspectivas e os desejos desses jovens trabalhadores e suas estratégias de permanência nos estudos e no município.

A migração para o corte de cana neste município é assunto relevante, onde alguns alunos ao completarem 18 anos, independente da etapa de ensino cursada, vão trabalhar nas usinas construindo trajetórias distintas, tais como pagar seus estudos no nível superior, comprar sua terra e bens de consumo favorecendo a reprodução familiar. Para melhor compreensão destes jovens foram realizadas 21 entrevistas abertas, com diferentes sujeitos e aplicados 156 questionários entre os jovens que estavam cursando o ensino médio nas duas escolas estaduais do município.

As juventudes brasileiras podem ser consideradas, além de um recorte de população, uma categoria que representa identidades e configurações sociais. Castro (2007) coloca que a juventude rural é dotada de múltiplos significados que extrapolam as realidades locais e muitas vezes carregam estigmas tais como pobreza, baixa escolaridade e invisibilidade social. Regina Novaes (2007) aponta que apesar de todas as diferenças, existem marcos geracionais compartilhados. Para analisar tal situação, foi utilizado o conceito de geração de Karl Mannheim que implica em uma similaridade de situações num mesmo tempo histórico, analisando como se processam os acontecimentos e como são vivenciadas as experiências semelhantes (WELLER, 2007) entre os jovens cortadores, os egressos da cana e os que nunca foram para o corte. Baseado nos conceitos de classe e experiência de E.P.Thompson esta pesquisa identificou como vivem e trabalham os jovens cortadores.

Para estudar este universo tão particular foi utilizada a metodologia de estudo de caso com viés etnográfico, por ter relevância específica neste contexto. No processo de construção do estudo as etapas metodológicas definidas por Lüdke e André (1986) foram trilhadas de forma não linear, identificando os processos e interagindo entre si em diferentes momentos.

A escola foi apontada pelos jovens como promessa de um futuro melhor, de uma vida digna e de mudança de trajetórias. Porém o aumento de escolaridade ainda não consegue acompanhar a mobilidade pelo trabalho, causando incertezas. A ausência de condições dignas de trabalho e processos formativos dificulta a permanência dos jovens no meio rural e requer políticas públicas que favorecem a essas demandas dentro deste conjunto de desigualdades.

Palavras- chave: jovens - cana-de-açúcar - Vale do Jequitinhonha - escola –trabalho - cultura

ABSTRACT

This work aims to analyze the meanings of the school for young sugar cane cutters in the town of Jenipapo de Minas, drawing from their school and work trajectories, family relations, cultural activities and religious affiliations. It also intends to understand the perspectives and desires of these young workers and their permanence strategies in the study and the town.

The sugar cane cutting-related migration in this town is a relevant subject, where some students, independent of their educational level, go work in the mills when they are 18-year old, following distinct trajectories, such as paying their higher education, acquiring land and consumer goods, and favoring family reproduction. For a better understanding of these young men, 21 open interviews were made with different subjects and 156 questionnaires were applied to young men in middle-school in the two state schools in the town.

The Brazilian youth can be considered, in addition to being a part of the population, a category which represents identities and social configurations. Castro (2007) observes that the rural youth has multiple meanings that extrapolate the local realities and frequently carry stigmata such as poverty, low schooling levels and social invisibility. Regina Novaes (2007) points that even with all differences, there are shared generational milestones. To analyze this situation, Karl Mannheim's generation concept was used, which implies in similar situations in a same historical period, analyzing how events proceed and how similar experiences are lived (WELLER, 2007) by the young sugar cane cutters, those who left the cutting and those who never worked in the cutting. Based on the concepts of class and experience of E.P.Thompson, this research identified how the young cutters live and work.

To study this very particular universe we used the case study methodology with an ethnographic perspective, due to its specific relevance in this context. During the construction of this study, the methodological steps defined by Lüdke and André (1986) were followed in a non-linear way, identifying the processes and interacting in different moments.

The school was pointed by the young men as a promise of a better future, of a life with dignity and of a change of trajectories. However, the higher education level is

still unable of following the work-related mobility, causing uncertainty. The absence of proper working conditions and formative processes makes difficult the permanence of the young men in the rural environment and requires public policies to answer the demands inside this situation full of inequalities.

Keywords: young men - sugar cane - Jequitinhonha Valley - school – work - culture

SUMÁRIO

Introdução	11
Cap. 1 - O município de Jenipapo de Minas	20
1.1 – Um pouco da história do Vale	20
1.2 – Jenipapo de Minas	23
Cap. 2 – Jovens cortadores de cana de Jenipapo de Minas	37
2.1 – Juventudes	37
2.2 – Trajetórias dos jovens cortadores: família, escola e trabalho	41
2.3 – A experiência do facão	58
Cap. 3 – Os caminhos do trabalho na cana-de-açúcar	63
3.1 – Breve histórico nas configurações econômicas, políticas e sociais da cana de açúcar no Brasil (1930 a 2012)	63
3.2. – O setor sucroalcooleiro no Brasil e os cortadores de cana	69
3.2.1 – O trabalho escravo nas usinas	75
3.2.2 – O Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-açúcar	79
3.3 – Juventude, trabalho e processos formativos	91
Cap. 4 – Os caminhos da escola- passos e descompassos	94
4.1 – Breve histórico da Educação rural no Brasil	94
4.2 – A escola do meio rural em Minas Gerais	106
4.3 – A escola em Jenipapo de Minas	107
4.3.1 – A escola municipal	107
4.3.2 – A escola estadual	112
4.4 – Educação, trabalho e parcerias	117
4.4.1 – Qualificação para os trabalhadores do corte-de-cana	120
Considerações finais	126
Referências bibliográficas e pesquisa de sites	133
Anexo 1 - Questionário	138

Introdução

O presente trabalho se propõe a analisar os sentidos da escola para os jovens cortadores de cana do município de Jenipapo de Minas, a partir de suas trajetórias escolares, de trabalho, relações familiares, atividades culturais e adesões religiosas. E visa entender também quais são as perspectivas e os desejos desses jovens trabalhadores e suas estratégias de permanência nos estudos e no município.

Vários motivos me levaram a escolher este tema, pois venho atuando na EJA - Educação de Jovens e Adultos - desde 1986, e a migração sempre foi uma realidade presente em sala de aula. Ela também se fez presente quando comecei a trabalhar em 2006, semestralmente, nos municípios pertencentes ao semiárido brasileiro, na Bahia - Serra do Ramalho e Minas Gerais - Francisco Badaró e Jenipapo de Minas, pelo Projeto CPF (Construindo e Preparando para o Futuro) da PBCM - Província Brasileira da Congregação da Missão, mantenedora do Colégio São Vicente de Paulo do Rio de Janeiro, onde trabalho como professora de EJA. No CPF sou voluntária realizando cursos de qualificação para professores da rede pública municipal de ensino, na área de História e Cultura.

Quando fui pela primeira vez à Serra do Ramalho em janeiro de 2006 para iniciar o Projeto, avisaram-me que o local era muito pobre e o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) muito baixo. Esperava por pobreza absoluta. Chegamos de madrugada e procurei pela pobreza. Vi casas de tijolos bem coloridas, muradas, com grades, algumas ruas asfaltadas, alguns carros nos portões. Enfim, uma cidade do interior do Brasil. Ali fica a sede, ou melhor, a Agrovila 9, onde fica também o Prefeito, a Câmara de Vereadores, o Parque da Vaquejada, o Posto Médico, a rádio local, a única pizzaria, a Igreja principal e as melhores escolas. Conhecendo ao longo dos anos outras agrovilas percebi o preconceito com o campo no Brasil. E não foi diferente quando fui trabalhar neste mesmo Projeto no Vale do Jequitinhonha, onde as cidades são menores, e consequentemente eram vistas como mais pobres.

No Vale encontrei a mesma situação de Serra do Ramalho, afinal reza a história que o Jequitinhonha pertencia à Bahia até o século XVIII, quando encontraram ouro na região próxima à Diamantina e levaram o Vale para Minas. Na identidade, o Vale do

Jequitinhonha fica entre o nordeste e o sudeste, mas na geografia ele é semiárido, como parte do sertão nordestino.

No segundo módulo oferecido aos professores do Vale foi solicitado o ensino de história da África, para dar conta da Lei 10.639. E lá fui eu com muitas imagens da África rica e linda e vários livros. A maioria dos professores tinha certeza absoluta de que a África era um local bem pobre, miserável. E que o Egito jamais seria um país africano. E tinham o total desconhecimento de outros países que fazem parte da formação histórica, social, econômica e cultural de nosso país. Assim como os professores do Vale não conhecem a África e constroem na imagem da pobreza todo o discurso da submissão e do determinismo social, grande parte dos brasileiros não conhece o Vale do Jequitinhonha e nem Serra do Ramalho. E utilizam o mesmo discurso para falar sobre o que não conhecem. E o que há de comum entre estes lugares? Desigualdades, má distribuição de renda, a ideia de atraso, exploração e conflitos. E ao mesmo tempo, a imagem dilacerada de um lugar em extinção se encontra com outra imagem, de mudança e crescimento.

E como começa a história dos jovens do Vale? Quais são as suas trajetórias? E a educação? Por que vão para o corte de cana? Eles não estudam quando vão para o corte? O que acontece quando voltam? Migram? E a cultura local? E a escola? Responder a tantas perguntas é o meu grande desafio nesta dissertação, já iniciado com o desvio de olhares etnocêntricos, preconceituosos a respeito de muitas outras histórias, e com a percepção de que os jovens são sujeitos de sua história.

Roberto Cardoso de Oliveira (1998) prioriza três aspectos fundamentais para o pesquisador, envolvendo os sentidos do olhar, do ouvir e do escrever, como etapas do conhecimento dos fenômenos sociais. Ao referendar o “olhar etnográfico” em uma investigação, diz que “o objeto sobre o qual dirigimos nosso olhar já foi previamente alterado pelo próprio modo de visualizá-lo. Seja qual for esse objeto, ele não escapa de ser apreendido pelo esquema conceitual da disciplina formadora de nossa maneira de ver a realidade. (p. 19)”.

Ao começar o trabalho no município de Jenipapo de Minas, em 2008, a migração para o corte de cana era assunto constante em todos os espaços. Estava presente nas histórias das professoras, de seus maridos, pais, filhos, familiares e alunos. E assim nasceu o problema da pesquisa, onde alguns alunos de Jenipapo ao completarem 18 anos, independente da etapa de ensino cursada, iam para o corte de

cana. Então, me propus a pesquisar este universo e suas particularidades tão distintas, a ponto de jovens irem para o corte de cana para pagar seus estudos no nível superior e comprar sua terra e bens de consumo entre outras estratégias verificadas. Mas, os relatos dos professores em relação aos jovens alunos que vão para o corte de cana foi decisivo para a pesquisa, pois afirmavam que estudando ou não estudando, o destino já estava traçado, era certa a ida para usinas das regiões sudeste e centro-oeste do país. E que a escola não seria importante para eles e passava a não ser mais o caminho de muitos jovens do Vale do Jequitinhonha.

Essa temática se mostrou na origem, diferente e particular e foi possível começar a entender o que é o espaço do Vale, suas configurações e seus deslocamentos através do trabalho de campo realizado, semestralmente, entre julho de 2010 a janeiro de 2012. Entre as questões que nortearam esta pesquisa a principal foi: Quem são os jovens cortadores de cana de Jenipapo de Minas? Para entender melhor seus desejos e suas trajetórias foram realizadas 17 entrevistas abertas com esses jovens que vão para o corte e 4 entrevistas com os que estão cursando o ensino médio e nunca foram para o corte; professores e diretoras das escolas; presidente do sindicato rural local, fiscal de mão de obra das usinas do grupo COSAN; representantes da EMATER, Pastoral do Migrante de Araçuaí e Jenipapo, secretária de Assistência Social de Jenipapo também foram entrevistados. Houve a aplicação de 156 questionários entre os jovens que estavam cursando o ensino médio nas duas escolas estaduais do município, uma na sede e outra na comunidade rural de Santo Antonio do Bolas. Optei por usar nomes fictícios nos entrevistados nesse trabalho. As questões levantadas tanto nas entrevistas como nos questionários foram: onde moram, como vivem e se divertem? Que importância tem a escola para eles? Quais são as estratégias de estudo e os projetos de vida deles? E se é a baixa escolaridade que os levam até as usinas? Alguns jovens estão no Ensino Médio, outros no nível superior, então qual o motivo de ida para o corte? É o primeiro emprego? E a inserção social e o status destes jovens? É um projeto de autonomia e mobilidade? Como lidam com o fracasso e a ausência de melhorias? A família está presente nas estratégias de trabalho e estudo? Estas são as perguntas a serem respondidas por esta pesquisa.

A juventude é uma categoria importante na reprodução social do meio rural, hoje aproximadamente 8 milhões de jovens brasileiros vivem em áreas rurais. Considera-se

jovem o indivíduo de 15 a 29 anos, de acordo com a Emenda Constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010.

Nesta pesquisa a categoria juventude rural será vista através do recorte específico dos jovens cortadores de cana do Município de Jenipapo de Minas, utilizando a metodologia de estudo de caso com viés etnográfico, por ter relevância específica neste contexto. No processo de construção deste estudo de caso as etapas metodológicas definidas por Lüdke e André (1986) foram trilhadas de forma não linear, identificando os processos do contexto estudado e interagindo entre si em diferentes momentos. Na primeira etapa, um estudo exploratório foi consolidado a partir das falas dos professores dos cursos de capacitação do qual participei sobre os jovens que vão para o corte, e também das conversas com jovens na praça, na lanchonete, nas missas etc. Como diz Oliveira (1998), “Tanto o ouvir como o olhar não podem ser tomados como faculdades totalmente independentes no exercício da investigação (p.21)”, e complementa, salientando que a dinâmica entre esses dois sentidos são fundamentais na elaboração do *corpus* da pesquisa: “É nesse ímpeto de conhecer que o ouvir, complementando o olhar, participa das mesmas condições desse último, na medida em que está preparado para eliminar todos os ruídos que lhe pareçam insignificantes (...) (idem).”

Depois de longo processo de exploração do campo de estudo verifiquei particularidades nas estratégias de permanência dos jovens de Jenipapo reforçando a escolha e a decisão de estudá-los.

O município vizinho de Francisco Badaró também vivencia realidade próxima quanto à temática em questão, mas segundo relatos da população local os jovens não retornam à cidade após um tempo de migração para o corte. Eles não mantêm vínculos de permanência no local, muitas vezes nem com seus familiares. A escolha de realizar o trabalho de campo em Jenipapo se deu principalmente pelo fato dos jovens cortadores realizarem estratégias peculiares de permanência através da migração sazonal para o corte de cana. Com o capital adquirido compram terras, gado e constroem casas para eles e/ou para os pais e também o utilizam para pagar seus estudos. A ideia de permanência entre jovens das comunidades rurais foi o que chamou a atenção desta pesquisadora, porque não é comum em processos migratórios tal realidade apresentada.

Entre as especificidades dos jovens que vivem no meio rural, dois aspectos chamam a atenção: sua participação nas dinâmicas migratórias e a persistência da invisibilidade social (WEISHEIMER, 2005). É importante perceber que, na década de

1950, a população migrante correspondia à faixa etária dos 30 aos 39 anos de idade. Nos anos 1990, houve um grande deslocamento populacional, principalmente na faixa etária de 20 a 24 anos (ABRAMOVAY e CAMARANO, 1999 in WEISHEIMER, 2005). No corte de cana esta é a faixa etária preferencial das usinas devido ao auge da força física. Muitas vezes é o primeiro emprego, sem contato com o mundo dos direitos trabalhistas e sindicais, e muita disposição para a produtividade e novos aprendizados. São jovens que vivem em total invisibilidade, vivem a exclusão social até nas agendas governamentais sobre juventude rural. “Enquanto eles permanecerem invisíveis ao meio acadêmico e ao sistema político, não sendo socialmente reconhecidos como sujeitos de direitos, dificilmente serão incluídos na agenda governamental.” (WEISHEIMER, 2005 p.8).

Graça Rua (1998) coloca que para estar presente como sujeito de direitos em uma agenda política é preciso provocar:

(...) uma vez que as políticas públicas são respostas, não ocorrerão a menos que haja uma provocação. Em linguagem mais especializada, as políticas públicas se destinam a solucionar problemas políticos, que são as demandas que lograram ser incluídas na agenda governamental. Enquanto essa inclusão não ocorre, o que se tem são “estados de coisas”: situações mais ou menos prolongadas de incômodo, injustiça, insatisfação ou perigo, que atingem grupos mais ou menos amplos da sociedade sem, todavia, chegar a compor a agenda governamental ou mobilizar as autoridades políticas. (RUA, 1998 p.3)

Os “estados de coisas” são presentes nas dinâmicas cotidianas dos jovens cortadores de cana e ausentes da agenda governamental como demanda; sem mobilização das autoridades políticas em várias estâncias de poder e sem oportunidades iguais. Esses jovens vivenciam situações de preconceito e exclusão, onde não acessam e nem usufruem de direitos básicos como cidadãos, dificultando a participação em decisões importantes que afetam suas vidas. (WEISHEIMER, 2005).

Assim, dotados de total invisibilidade, realizam o processo migratório. A migração e a invisibilidade, num movimento conjunto, muitas vezes produzem uma névoa nos sonhos destes jovens, os impedindo de visualizar um futuro diferente.

A escola foi apontada pelos jovens de Jenipapo como fundamental para um futuro melhor. Este dado foi verificado na segunda etapa do estudo de caso, onde foi realizada a coleta de dados através de entrevistas semiabertas e aplicação dos 156

questionários entre os jovens que estavam cursando o ensino médio no ano de 2011. A escola foi colocada como espaço de conhecimento e troca afetiva e principalmente como o lugar determinante para conseguir um emprego melhor, uma vida mais digna.

A população brasileira tem hoje 190.732.694 habitantes, segundo o Censo Demográfico do IBGE de 2010, onde 15,65% é população rural. Quanto ao analfabetismo, ainda encontramos números significativos, a população analfabeta é de quase 14 milhões de brasileiros que ainda não sabem ler nem escrever, sendo a taxa de 9,6% da população com 15 ou mais anos. Enquanto a taxa nas regiões urbanas chega a 7,3%, no campo ela chega a 23,2% de analfabetos.

Pretendo com esta pesquisa chamar a atenção para a diversidade no campo e o esforço destes jovens em buscar caminhos de vida digna e trabalho decente¹.

A terceira etapa deste estudo consistiu na análise e interpretação dos dados, permitindo a construção do corpo desta pesquisa dividida em quatro capítulos. Este é o momento que Oliveira (1998) chama de articulação entre o trabalho de campo e a construção do texto.

O primeiro capítulo conta um pouco da história do Vale do Jequitinhonha através de suas riquezas, uso da terra e modos de sobrevivência de sua população. Em seguida é feita uma apresentação do Município de Jenipapo de Minas, sua história, seus moradores e sua juventude. Jenipapo de Minas está no caminho do crescimento e vem implementando diferentes políticas públicas, que nem sempre logram sucesso, principalmente quando se referem à juventude.

No segundo capítulo encontramos os sujeitos desta pesquisa: os jovens cortadores de cana de Jenipapo de Minas através de suas trajetórias escolares e de trabalho. A educação escolar nem sempre foi possível no projeto de vida destes jovens, e se apresenta com situações cruéis e ao mesmo tempo fantásticas, repletas de particularidades e desafios cotidianos. Estes jovens apresentaram ao longo das conversas e entrevistas histórias de vida emocionantes, duras, mas acima de tudo contidas de uma força incrível de vivenciar um futuro muito presente, de apontar saídas possíveis para ser feliz. E. P. Thompson, em sua obra *A Formação da Classe Operária*

¹ O conceito de trabalho decente foi criado em 1999 pela OIT (Organização Internacional do Trabalho). De acordo com a Organização, é considerado decente todo o trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade de organização sindical e negociação coletiva, equidade e segurança, sem qualquer forma de discriminação e capaz de assegurar uma vida digna.

Inglesa, enfatiza o papel ativo dos atores sociais na construção de suas identidades, interesses e ações coletivas na formação de classe. Baseado no conceito de classe e experiência em Thompson (2001) esta pesquisa procurou ver esses jovens cortadores sob a ótica de como vivem e trabalham suas situações de classe:

Quando falamos em uma classe, estamos pensando em um corpo de pessoas, definido sem grande precisão, compartilhando as mesmas categorias de interesses, experiências sociais, tradição e sistemas de valores, que tem disposição para se comportar como classe, para definir a si próprio em suas ações e em sua consciência em relação a outros grupos de pessoas em termos classistas. Mas classe mesmo não é uma coisa, é um acontecimento. (p.102)

O que recebe importância na teoria de Thompson é a formação cultural da classe. Ele não descarta a constituição desta categoria enquanto formação econômica. Porém, a experiência vivida pelos operários teria dado à classe uma dimensão histórica. O conceito de experiência permite, então, analisar os comportamentos, os valores, as condutas, os costumes, enfim, a cultura. Pois para ele as classes fazem-se a si mesmas, tanto quanto são feitas.

O terceiro capítulo tem um recorte histórico a partir da década de 1930, onde é analisada a presença do açúcar na economia e nas mãos do Estado, abraçando as formas mais perversas de exploração da terra e de seus trabalhadores. Enfocando as mudanças ocorridas no cenário histórico e econômico do setor sucroalcooleiro e a inserção dos jovens como trabalhadores preferenciais pelas usinas, vivenciando a transição do corte manual para o mecanizado. Estas são questões relevantes neste capítulo, pois estão no centro do processo migratório dos jovens cortadores de Jenipapo.

Em 2009, foi selado o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, envolvendo o Governo Federal, as entidades sindicais e as empresas do setor sucroalcooleiro. Diante de tal problemática, faz-se necessário investigar como os setores envolvidos se posicionam em relação ao Compromisso Nacional, priorizando o aumento de escolaridade, a qualificação e a requalificação desses jovens trabalhadores decorrente de políticas públicas que terão impactos sociais, econômicos e educacionais sobre essa nova realidade de vida e de trabalho. E também analisar o discurso do desenvolvimento proposto pelo Governo, iniciado na gestão do

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e presente até os dias atuais nas propostas de aumento de escolaridade e qualificação profissional, principalmente para juventude, como superação das desigualdades sociais, sinônimo de produtividade e crescimento econômico.

O quarto capítulo é sobre o caminho da escola rural e do campo no Brasil, seus descompassos ao longo da história, com a ausência do Estado nas políticas de educação para a população rural. Com a força dos movimentos sociais ela aparece nas agendas públicas e se faz presente se tornando hoje uma política pública, muito embora precise ser revisitada enquanto tal. Neste capítulo também é analisada a educação do município estudado frente às políticas públicas.

O tema desta pesquisa foi localizado nos desafios do atual regime de colaboração, no qual o Governo Federal destina recursos para os municípios. No caso analisado, a realidade municipal está sendo transformada pela chegada de várias políticas, principalmente as voltadas para educação, trabalho e juventude. E ao mesmo tempo, a implementação destas políticas se distancia dos objetivos concretos de mudanças sociais. E encontramos marcadores de tempo tais como aumento, aceleração e flexibilidade, associados à qualificação e requalificação profissional; e processos educacionais formativos para os jovens trabalhadores.

Esses termos estão a todo *tempo* presentes nos Planos de Ação do Governo. Para os jovens cortadores de cana eles se apresentam no Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar; na recriação da SUDENE, que prioriza a educação como meta de superação das desigualdades; e, também, em outros espaços de diálogos diretos com o mercado através da educação como o Sistema S de ensino.

Hoje as usinas promovem o discurso da sustentabilidade e inserem os seus projetos de educação, com viés ambiental nos municípios canavieiros, em parceria com as secretarias municipais. É o Projeto Agora da ÚNICA (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), que vem distribuindo cartilhas sobre a cadeia produtiva da cana-de-açúcar, enaltecendo as maravilhas do biocombustível e do agronegócio. Em paralelo, também promovido pela ÚNICA, acontece o projeto RenovAção, que pretende qualificar e requalificar os cortadores de cana. Muito menos estruturado, este projeto não indica o que faz, o que pretende e com quem realizará suas parcerias.

O tempo do trabalho, da escola e de novos conhecimentos se insere na perspectiva de aceleração, de flexibilidade e fragmentações. Norbert Elias (1998) reforça que a ideia de tempo nas sociedades mais recentes, como a nossa, não contribuiu para que se tenha uma visão mais integrada dos avanços e retrocessos de nossas próprias construções sociais, muitas vezes dissociando o indivíduo da sociedade. O tempo alcança autonomia, onde a sua aceleração faz com que se viva em outra diferença de tempo: o tempo disciplinador, coercitivo. Elias afirma que assim o indivíduo “é sempre obrigado a pautar seu próprio comportamento no “tempo” instituído pelo grupo a que pertence e, quanto mais se alonga e se diferenciam as cadeias de interdependência funcional que ligam os homens entre si, mas severa torna-se a ditadura dos relógios. (idem, 1998)”.

No trabalho na cana quando se substitui a enxada pelo facão, não é simplesmente uma troca de instrumento. José Roberto Novaes coloca que o uso do facão, muda a rotina, instala a disciplina. E perde-se a liberdade, a ausência de tempo livre. (NOVAES, J, 2009).

E mais uma vez o tempo se instala como “instância reguladora da sensibilidade e do comportamento humano” (ELIAS, 1998).

Este é o desafio desta pesquisa, descobrir qual será o tempo do lápis em processos tão difusos e acelerados do uso do facão.

Cap. 1 – O município de Jenipapo de Minas

1.1. Um pouco da história do Vale

Durante o período colonial, o Vale do Jequitinhonha teve a economia mineradora como o principal atrativo, e até as primeiras décadas do século XIX caracterizava-se pela existência de grandes áreas de uso coletivo, como a região de chapadas.

O crescimento da região se deu com a chegada dos colonos que fundaram vilas ao longo dos rios na busca de minério, ouro. Esta população se encaminhou para as áreas rurais, principalmente após a decadência das minas, onde outras atividades econômicas foram favorecidas como a agricultura e a pecuária.

Nas matas existiam diversos povos indígenas, como os Maxakali, Aranã, Poté, Naknenu ke Pojichá, que viveram a invasão de seus territórios com muito enfrentamento. A situação se intensificou em 1808 com a carta régia que declarou guerra aos indígenas e iniciou o processo de militarização com a construção de quartéis, e visava colonizar o Vale do Rio Doce e do Jequitinhonha, com promessa de terras para os colonos e militares. Ocupar consistia no corte da mata, erguendo a casa e o roçado.

Apesar de alguns dos povoados, como os de Chapada, Água Suja, Sucuriú e São Domingos - atuais municípios de Chapada do Norte, Berilo, Francisco Badaró² e Virgem da Lapa, respectivamente - terem sua ocupação a partir da mineração, o comércio e as atividades rurais também foram importantes no século XVIII³, assim como as fazendas de gado, que contavam com a mão de obra escrava negra e indígena e do branco, mestiço, livre e pobre.

Nas primeiras décadas do século XIX o Médio Jequitinhonha atraiu muitos interessados no cultivo do algodão. É importante destacar que o comércio fluvial realizado por canoas teve grande importância nesta época, mas apenas para a

² Jenipapo de Minas foi distrito de Francisco Badaró.

³ Ver ANDRADE, Francisco Eduardo de. *Entre a roça e o engenho: roceiros e fazendeiros na primeira metade do século XIX*. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008.

manutenção e atendimento das necessidades da população residente do Vale. E não foi necessariamente um incentivo direto para estabelecer novos moradores nos povoados.

Com o término da escravidão em 1888, grande parte dos negros do Vale não tinham para onde ir, sem perspectivas de trabalho e inserção social. Muitas famílias migraram para as margens das fazendas ou terras mais distantes e desabitadas do Jequitinhonha, organizando diversas comunidades quilombolas. Ainda hoje encontramos no Vale diversas comunidades, algumas reconhecidas e outras em processo de reconhecimento como quilombolas, que mantêm tradições vivas e com significativas expressões musicais, como os tamborzeiros, e artesanais, utilizando palha, cerâmica e madeira, e tendo a casa de farinha como espaço de referência e memória dessas comunidades.

Contudo, uma das formas de sobrevivência encontradas pela população do Vale no passado e nos dias atuais é a migração.

O processo de migrações sazonais inicia-se no final do século XIX em direção às matas - "*mata do Mucuri*" e "*mata de Ponte Nova*", atual Zona da Mata mineira:

“Eram viagens periódicas, feitas por grandes grupos que iam para a colheita do café (...). A substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre na Zona da Mata foi possível graças às migrações sazonais de trabalhadores do Jequitinhonha. O jornal "*O Serro*", em toda a primeira metade da década de 1890, apresenta em editoriais repetidas queixas dos fazendeiros contra migrantes para a *mata*, que deixavam suas famílias no desconforto e abandono. O município de Teófilo Otoni foi destino durante bastante tempo: o "*Questionário...*", de 1893, faz referência a estas migrações, Godofredo Ferreira descreve trabalhadores do alto Jequitinhonha na colheita de café e derrubada de matas no Mucuri, nas décadas de 1920 e 1930. (...) Olímpio Soares⁴, migrante nos anos 1940, recorda que os rapazes de Chapada acreditavam que a *mata* era "*um pedaço do céu*"; viajavam levando farofa, coberta - a *mata* era fria - uma muda de roupa e uma rapadura. Faziam a pé parte do caminho, em fila indiana, a estrada não permitia andar pareado; depois embarcavam no trem e passavam duros tempos nas fazendas; lembram da diferença entre o sacrifício e a recompensa: trabalhavam muito, comiam pouco e matavam a fome com laranjas.

⁴ Olímpio Soares esteve sazonalmente em São Paulo no final dos anos 1940 e 1950 e afirmava: "*Nunca vi paulista pegando no pesado, fazendo o serviço que a gente fazia.*" (p.138) – in RIBEIRO, W. *Noções de Cultura Mineira*. São Paulo, F.T.D., 1966.

Na mesma época descobriram a estrada de "*São Paulo*" - esse lugar também impreciso, ao Sul, que inclui São Paulo, propriamente, e mais o Norte do Paraná, Sul e Triângulo de Minas, Mato Grosso, Goiás - labutaram em praticamente todas as frentes rurais do Brasil no século XX. Manuel Esteves relata no começo do século XX migrantes voltavam de São Paulo com relógio e guarda-chuva (grifo meu). Em 1916, Daniel de Carvalho descrevia "*comboios*" de jornaleiros⁵ que saíam do "*Norte*" para a Zona da Mata e São Paulo: eram chamados "*sãopauleiros*" e usavam o "*pau de arara*" e o "*trem baiano*"⁶

O relato acima nos possibilita entender as dinâmicas dos processos migratórios presentes nas histórias de vida da população do Vale, se deslocando para vários pontos do país, em diversas frentes de trabalho, principalmente no meio rural.

É importante salientar que a ausência do Estado em períodos prolongados favoreceu o aumento das desigualdades no Vale. O problema não é o mau uso da terra, mas a precariedade de recursos para mantê-la fértil. E sem a presença do Estado, a força política de uma elite local se intensificou e manteve o quadro de desigualdades presente até hoje. Ainda que Minas Gerais esteja historicamente inserida nas questões políticas nacionais, o Vale do Jequitinhonha pouco esteve nas agendas políticas locais.

E quando o Estado resolveu intervir no Vale nos anos de 1970 com sua política de desenvolvimento, entregou as terras de chapadas para grandes empresas madeireiras, carvoeiras e de celulose, como a Suzano e Acesita, e ignorou a população que ocupava há séculos esse lugar. Os incentivos a estas empresas e ao reflorestamento de eucalipto preconizavam a criação de empregos e promoveram a ocupação dessas áreas planas por meios diversos: grilando as terras, arrendando do Estado ou adquirindo-as a preço muito baixo, ludibriando agricultores na metragem e nos contratos⁷.

Hoje as grandes plantações de eucalipto são as responsáveis por inúmeros danos ambientais, tais como assoreamento de nascentes, destruição de áreas de plantio e

⁵ Trabalhador por jornada.

⁶ Fonte: <http://www.nucleoestudo.ufla.br/nppj/artigos.pdf>

⁷ Ver a publicação *Errantes de fim de século* de Maria Aparecida de Moraes Silva – Editora da UNESP, 1999.

secagem de lagoas. Com as consequências perversas desse projeto modernizador da economia do Vale, a migração foi mais uma vez a saída encontrada pela grande maioria dos moradores desta região. Para os que conseguiram manter suas terras o destino traçado foi às migrações sazonais, onde as usinas de São Paulo eram o caminho certo para a reprodução familiar, a agropecuária de subsistência e poucos bens de consumo. A perda da água, do gado livre e da fartura anterior são lembrados nas falas dos seus habitantes que, como uma promessa, esperam o dia em que a mudança, a melhora vai se realizar.

Na história do Vale até o século XIX não existia a presença de escolas, havia os promotores da instrução pública, que de modo disperso eram encontrados sem frequência regular nos estudos junto à população. Há relatos de que as escolas rurais funcionavam, no final deste século, nas casas das professoras e descritas como casas velhas e pobres, porém limpas e asseadas. A discussão e a efetivação da política de instrução encontrava um entrave que era obrigar os pais a levarem seus filhos à escola, principalmente nos sertões mineiros. Porém, o Estado não investiu em formação docente e muito menos nas construções de escolas no Vale. É recente esta realidade que ainda necessita da presença marcante de políticas públicas.

1.2 – Jenipapo de Minas

Conhecer um município em determinadas regiões de Minas Gerais é uma tarefa árdua, pois são 853 municípios pertencentes ao segundo estado com a maior população do Brasil. São 19.597.330 habitantes em uma área de 586.520,368 km² (IBGE 2010). Em 1989 o estado foi dividido em 10 regiões de planejamento: Alto do Paranaíba, Central, Centro-Oeste de Minas, Jequitinhonha/Mucuri, Rio Doce, Nordeste de Minas, Norte de Minas, Sul de Minas, Triângulo Mineiro e Zona da Mata.



Fonte: Instituto de Geociências Aplicadas

Ele carrega a distância e as desigualdades norte-sul. No sul do estado encontramos os municípios que concentram as indústrias e grande parte das atividades agrícolas mais produtivas, tornando esta região mais favorecida em serviços e qualidade de vida. Ao norte e nordeste localiza-se a parte que apresenta maiores desigualdades, com a seca presente ao longo do ano, onde a convivência com o semiárido é o grande desafio.

O Vale do Jequitinhonha está situado na parte nordeste do estado e é composto por 58 cidades, dividido em três regiões: Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha. A sua população aproximada é de 460.000 habitantes.

Jenipapo de Minas localiza-se no Médio Jequitinhonha, com 7.117 habitantes, sendo 2.882 na zona urbana e 4.235 na zona rural, ou seja, 60% de sua população se encontram em áreas rurais, com IDH de 0,618. (IBGE, 2010). Limita-se ao Norte com Francisco Badaró, ao Sul com Novo Cruzeiro, a Leste com Araçuaí e a Oeste com Chapada do Norte. O Município fica a 590 km da capital do estado, Belo Horizonte.

Em termos oficiais, o IBGE aponta três características fundamentais de definição do que é o espaço rural: habitat disperso; dependência em relação à sede municipal ou a cidade próxima; e precariedade do acesso a bens e serviços. O Decreto-Lei 311/1938, que vigora até hoje, classifica as sedes dos pequenos municípios como cidade, como área urbana, independente de seu número de habitantes e condições estruturais

apresentadas, criando uma imagem distorcida das dimensões rurais no Brasil, pois a maioria de sua população se concentra nas áreas rurais.

Maria José Carneiro (2007) coloca que as definições de rural aparecem em oposição ao urbano, incluindo ideias de atraso, dependência e escassez, promovendo uma relação de inferioridade do que se apresenta como rural em negação ao urbano. É salienta também a importância de se perceber que “todo esforço de classificação resulta em sistemas arbitrariamente construídos e que não podem ser confundidos com a própria sociedade” (CARNEIRO, 2005 p. 246). E, como produto, essas categorias se definem de acordo com os interesses em questão.

Esta definição de cidade influencia diretamente na conceituação de juventude rural como aponta a autora, trazendo “diferenças internas em uma mesma localidade segundo as condições econômicas, as identidades de gênero, grau de escolaridade, entre outras variáveis” (p.247). Nestas “diferenças internas”, os jovens cortadores de cana de Jenipapo, os alunos e professores entrevistados, que também são moradores da zona rural, relataram situações de preconceito principalmente quanto ao jeito de falar e o sotaque e expressões utilizadas no cotidiano das comunidades rurais. A escola da sede e as faculdades e cursos realizados no município vizinho de Araçuaí foram apontados como os lugares onde viveram esta situação com mais frequência, levando até as últimas consequências de abandono escolar.

Outra questão é a ideia de *continuum*, presente nos estudos clássicos de sociologia rural, colocando o rural como o mais natural e o urbano como o mais artificial. Esta visão ainda é presente e reforçada por vários autores quando sugerem uma reclassificação dos municípios brasileiros a partir da ideia de áreas de natureza praticamente não alteradas para classificar o que é rural. O urbano seria classificado como áreas de maior índice de artificialmente. Carneiro (2007) faz uma crítica a este conceito, colocando que estes critérios levam a uma nova ideia de *continuum* que tem como fundamento a oposição entre natureza e cultura. O rural seria o menos civilizado, o menos artificial, ou seja, o espaço menos afetado pela cultura.

Para Maria José Wanderley (2007) o vínculo com a natureza e as “relações sociais de interconhecimento” exercem funções importantes na organização, gestão e representação do espaço rural, assim como a integração deste universo com o sistema mais geral das cidades. Quanto à natureza, por ser um espaço de trabalho, é sempre modificada de acordo com as relações estabelecidas pelos seus habitantes. Por ser rural,

a construção deste espaço o coloca em “menos natural possível” (WANDERLEY, 2009) e, assim, dotado de múltiplas atividades e usos humanos. É neste espaço que se encontram as “relações sociais de interconhecimento”, resultantes da dimensão e da complexidade restritas das “coletividades” rurais (2009 apud MENDRAS, 1976), que resultam as práticas, as representações e o sentimento de pertencimento.

Para a autora, o rural é definido como categoria histórica e portanto dinâmica, e que se transforma de acordo com o seu tempo. Para entender as dinâmicas do mundo rural, é preciso considerar que este “mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que o recortam como uma realidade própria, da qual fazem parte, inclusive, as próprias formas de inserção na sociedade que o engloba.” (WANDERLEY, 2001, p.3)

Diante de tal conceituação, podemos considerar Jenipapo de Minas um município rural. A história de sua ocupação inicia-se a partir de 1954, com o padre holandês Willy, na época vigário de Berilo, que começou a celebrar na Vila de Jenipapo todos os meses. Aos poucos ele foi adquirindo áreas para construção de praças, igrejas, escolas e doando lotes para aqueles que sonhavam em construir sua casa e não tinham condições. Em 1962, o povoado foi elevado a distrito do município vizinho, Francisco Badaró, emancipando-se em 1995.

Em Jenipapo há 22 comunidades rurais, segundo informações do técnico extensionista da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), significando 60% da população total. Nestas comunidades existem associações com lideranças ativas, com presença forte da juventude, que são elos junto ao sindicato, igreja ou qualquer trabalho comunitário. Alguns jovens cortadores manifestaram interesse futuro de exercer tal função em suas comunidades. E foi neste papel de liderança a única manifestação percebida quanto ao interesse de participação coletiva.

De acordo com as informações da Secretária de Assistência Social do Município, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) está completo em sua equipe, com uma psicóloga, uma assistente social e uma técnico do Bolsa Família. Não há projetos direcionados para a juventude, o Projovem é para adolescentes. São 25 adolescentes na sede e um outro grupo sem informação numérica na zona rural. Os adolescentes se reúnem duas vezes por semana e seguem o caderno de atividades, realizam passeios e oficinas. A bolsa do Projovem é de R\$ 30,00 e é atrelada ao Bolsa Família. Os adolescentes que ganham bolsa também trabalham em setores públicos no

município. O CRAS já ofereceu cursos profissionalizantes para jovens entre 18 a 29 anos, tais como: calceteiro, eletricista, artesanato com reciclagem etc. A presença de jovens do sexo masculino não foi expressiva, com apenas um jovem matriculado. O período do curso com início em março era o mesmo em que a maioria desta demanda está no corte de cana ou já realizou a migração para outras frentes de trabalho. O Programa Travessia⁸ também ofertou cursos de pavimentação, onde a procura foi maior por conta da construção de estradas é da barragem. O Projovem Trabalhador está no segundo momento. No 1º módulo, a Secretaria escolheu Serviços Pessoais (manicura, pedicura) com curso de 6 meses de duração com direito a bolsa de R\$ 100,00; houve muita procura pelas mulheres. Outro curso oferecido neste projeto foi o de Construção e Reparo I, tendo apenas dois inscritos, provavelmente devido ao seu início em um mês onde a demanda masculina do município não estava presente. No segundo módulo houve um curso de corte e costura com muitas mulheres inscritas e outro de eletricista, que só teve um inscrito. A secretária disse que o prazo de divulgação para os cursos no 1º módulo foi muito pequeno, depois melhorou.

O fato de não haver homens na cidade, pois a maioria após 18 anos vai para o corte ou estudar em outra cidade, pode ser uma resposta para a ausência masculina no curso, e os prazos de início e término não foram alterados diante desta realidade.

Um dos grandes problemas do município de Jenipapo é a água, tanto na sua presença e utilização como na sua qualidade. Existem nas comunidades rurais 26 barragens comunitárias de captação de água e o projeto Mandala⁹ construídos em parceria com a ASA¹⁰ e também com a AJENAI¹¹. A poluição do principal rio da cidade impede a plantação local em áreas mais próximas ao perímetro da sede, fazendo com que sejam comprados em Belo Horizonte grande parte de legumes e verduras. A justificativa fornecida pelo presidente do sindicato rural é que a plantação não é suficiente para suprir a demanda do município, pois já estão em parceria com a merenda escolar. Em um município onde a oferta de trabalho não é suficiente, uma demanda como esta não deveria ficar de fora das políticas locais.

⁸ O Programa Travessia é coordenado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de MG e executado por vários órgãos e entidades da administração pública estadual.

⁹ Projeto Mandala - A mandala é um sistema de cultivo agropecuário com base agroecológica.

¹⁰ A ASA - Articulação no Semi-Árido Brasileiro - é uma rede formada por organizações da sociedade civil que atuam na gestão e no desenvolvimento de políticas de convivência com a região semiárida.

¹¹ AJENAI - Associação Jenipapense de Assistência à Infância – pertence ao Fundo Cristão para Crianças e desenvolve, nas regiões semiáridas brasileiras um programa chamado Água para a Vida, com barragens de terra para reter e armazenar a água da chuva.

Jenipapo de Minas está no caminho do crescimento, iniciado com a construção da barragem¹² do rio Setúbal, inaugurada em janeiro de 2010. A administração da barragem é realizada pelo estado de Minas Gerais através da Rural Minas. As obras facilitaram o acesso a outros municípios ao asfaltar o trecho Jenipapo de Minas – Araçuaí. Na inauguração da barragem, a então candidata a presidência Dilma Rousseff¹³ prometeu asfaltar dois trechos da BR-367, rodovia que corta parte de Minas e vai até a Bahia.

O transporte público em Jenipapo é precário e, devido às condições de acesso e manutenção, a maioria dos carros da prefeitura não funciona. O grande meio de transporte local é a carona, pois como os ônibus têm prioridade escolar e são gratuitos, aparecem no máximo três vezes ao dia, para levar os estudantes.

A barragem de Setúbal produz impactos recentes, como por exemplo o acesso por estradas e a construção de duas agrovilas para os desabrigados pela barragem. Embora uma das agrovilas tenha ficado sem água mais de um ano, existe a proposta de construir neste local uma EFA (Escola Família Agrícola). De acordo com o presidente do sindicato rural de Jenipapo, as diversas lideranças sempre estiveram presentes nas inúmeras reuniões realizadas para a instalação desta EFA, que será a primeira do município. Quando fui entrevistá-lo estava acontecendo uma reunião e fui convidada a participar. O que chamou atenção foi a quantidade de jovens, principalmente do sexo feminino, presentes como lideranças comunitárias, representando suas comunidades rurais distantes.

Desde janeiro de 2007, este município pertence a SUDENE¹⁴, que ampliou seus domínios no semiárido brasileiro, porém não mudou de sigla ao incorporar os estados do sudeste (Minas Gerais e Espírito Santo). A questão é também de identidade, o Vale não é o nordeste, o que está em jogo são as diferenças e não as proximidades. Como se reconhecer apenas através do semiárido?

A representação da miséria do Vale do Jequitinhonha remete à ideia de rural enquanto atraso e ausência, e faz com que o discurso de inferioridade causado pelas

¹² A barragem é uma obra do PAC em parceria com o governo de Minas e a prefeitura de Jenipapo.

¹³ Dilma ganhou a eleição para presidente no município com vantagem, sendo apoiada pela prefeitura local. Ela teve 2.029 eleitores (71,8%), mas perdeu votos para o um candidato forte: o corte de cana. Os votos válidos – somados diferença de abstenção, nulos e brancos – foram 4,65% a mais no segundo turno. Nas eleições municipais é comum candidatos a vereador pagarem passagens para que os cortadores venham votar. É o voto de cabresto revelando a baixa participação política.

¹⁴ Lei complementar nº 127 (03/01/2007)

desigualdades presentes seja predominante na visão daqueles que não o conhecem. Em 2011 o Programa “Brasil sem Miséria” apontou o estado de Minas Gerais como a sétima população de miseráveis do país, e a concentração maior estava nas regiões Norte e do Vale do Jequitinhonha¹⁵. Porém, ver o Vale como lugar miserável é desvalorizar a sua cultura e a dignidade de sua população, que cria estratégias de luta por dias melhores. As desigualdades colocam o Vale no mesmo caminho do país. O Brasil é liderança mundial em diversos produtos agrícolas, competitivo no setor de agronegócios, mas tem fome e miséria. E tem um número razoável de analfabetos, problemas com acesso à água e distribuição de renda. E não podemos afirmar que o Brasil é um país pobre, mas sim desigual.

Um dos relatos da realidade enfrentada por seus moradores foi o de uma professora durante um curso oferecido pelo CPF, onde narrou uma situação vivenciada por ela quando precisou levar seu filho até um hospital em Belo Horizonte para uma consulta de urgência. Ao chegar foi logo encaminhada para o início da fila com o anúncio entre os pacientes de que ela era do Vale. Não houve conflito, mas muitos comentários em voz alta de que ela era muito pobre, vinha do Jequitinhonha. Ela, que não é muito pobre, disse que aproveitou o preconceito, “se valeu dele” e se manteve na frente da fila. A categoria “miserável” vem acompanhada de preconceito e sentimento de inferioridade, e ao conceituar o Jequitinhonha como Vale da miséria, inserindo sua população neste todo precário, salientando apenas as mazelas sociais e econômicas, ignora-se suas “coletividades” e diferenças, a sua cultura e história.

Todos os municípios do Jequitinhonha apresentaram melhoras na sua renda per capita municipal entre 1991 e 2000, embora os valores recentes ainda sejam modestos, principalmente na região do Médio Vale, onde se localiza Jenipapo de Minas. Em 1991 nenhum município do Jequitinhonha possuía renda per capita acima de um salário mínimo. Em contrapartida, considerando-se como limiar da pobreza os municípios com renda de até meio salário mínimo, verifica-se que entre 1991 e 2000 esta classe diminuiu de 31 para 5 municípios. Somente em 2000, dois polos regionais (Diamantina e Almenara) se sobressaíram por apresentar população com renda per capita superior a um salário mínimo. Tais informações elucidam a pobreza e a desigualdade presentes em todo o Vale do Jequitinhonha, no qual a disparidade dos indicadores em relação ao

¹⁵ Estado de Minas – 11.06.2011- http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2011/06/11/interna_politica

restante do estado é evidente. O Estado de Minas Gerais apresenta valores bem superiores, chegando a aproximadamente três vezes acima da média da região do Vale.

Um dos maiores problemas da saúde em Jenipapo é conseguir médicos que queiram se estabelecer no local, situação comum nos municípios em que estive com o Projeto CPF. Como enfatiza Wanderley (2009), a dinâmica do meio rural supõe a existência de uma população que faça dele um lugar de vida e de trabalho. E para tanto, é importante que esta dinâmica agregue permanência e retorno à terra, qualificação e aumento de escolaridade.

As duas praças da sede do município são os lugares de convergência, de trocas, de se ver e de ser visto, e onde se encontra grande parte da juventude local. Em conversas neste espaço com diversos estudantes foi manifestado o interesse de continuação nos estudos de nível superior e o desejo de trabalhar no município. O curso de medicina, direito e informática foram apontados por vários jovens como desejo a ser realizado. O que antes parecia impossível de ser pensado por um jovem em um município do Vale, hoje pode se concretizar, salvo todas as adversidades e desigualdades.

Nas praças encontramos sorveterias, supermercados, bares, padarias, lojas de presentes, móveis e eletrodomésticos, farmácias, boutiques, oficinas mecânicas, correio, lotérica, igrejas, pousadas, bancos, salão de beleza, pizzarias e *lan-house* etc. É neste local que os jovens trocam suas experiências de lazer e estudo e também se informam sobre as possibilidades futuras de trabalho e renda.

O aumento considerável de lazer e serviços no município se deu por conta da construção da barragem, trazendo um número grande de operários, engenheiros e técnicos. A população local foi beneficiada com novas frentes de trabalho, com a possibilidade de consumo e acesso a serviços. Um exemplo é a construção da estrada de acesso à Araçuaí, onde vários serviços de saúde, cartórios etc. foram facilitados. Ela é também a cidade polo de vários cursos superiores de educação à distância. Em janeiro de 2011 houve a inauguração da primeira casa lotérica, funcionando também como banco da Caixa Econômica, um evento que mobilizou a praça principal. A queima de fogos foi interminável, e é a atividade favorita da cidade para anunciar grandes momentos, como a chegada dos jovens cortadores das usinas no início de dezembro. O padre foi solicitado com veemência pela dona da lotérica, que o chamava ao microfone para benzer o espaço, alternando com a música alta e palavras do atual prefeito.

A religiosidade local é na sua maioria de credo católico; a população é muito atuante no cotidiano das igrejas e das capelas longínquas. Ser padre em um pequeno município mineiro é ser dotado de respeito absoluto com a agenda diária repleta de solicitações. A importância de sua presença no dia a dia das pessoas é invocada sempre através de convites para almoços, lanches, festas comemorativas ou apenas uma visitinha. É neste momento em que se troca, se pede ou é colocada uma situação de dificuldade. A presença dos religiosos, tanto padres como freiras, é vital para estas comunidades como histórico atenuante de abandono do poder público e de seus serviços básicos de atendimento aos cidadãos.

As freiras deste município também realizam um trabalho muito bonito com as famílias locais. Um dos trabalhos é a construção de casas com doações de projetos europeus. A família recebe a verba e constrói a própria casa, com a supervisão das religiosas. O interessante é que tudo é discutido, como será a casa, quantos cômodos são necessários. Mas o jeito, o desenho da casa é de quem constrói, da família. É importante lembrar que o início do processo de ocupação do município também começou com doação de terras e casas.

Na construção de casas deste município se encontra um excelente jovem artista plástico e escultor, que fez a estátua em ferro de Pai Joaquim, símbolo da cidade, que está na Praça do mesmo nome. Pai Joaquim, segundo as histórias narradas pelos moradores, foi um escravo negro maltratado até a morte por não conseguir cumprir as ordens de um senhor branco. A sua gruta, ponto turístico do município, é também local de promessas, onde os devotos do ainda não santificado Pai Joaquim levam seus pagamentos de promessas na forma de ex-votos de cera, retratos, terços, orações, etc.

Os trabalhos artísticos locais se manifestam em diversas áreas como o grêmio musical, que é composto por jovens. As fiandeiras dividem os seus teares com a brinquedoteca no espaço cedido pela igreja católica da sede. O único ponto de cultura é o projeto da terceira idade com a fabricação de biscoitos, licores e pães.

A informação sobre os eventos religiosos, culturais e educativos da cidade são anunciados nas missas e nas duas rádios locais. O reforço na informação é realizado ao longo do dia no megafone da igreja, que fica em frente à praça principal, e assim se divulga e convoca a população para os principais eventos. Não existe jornal local e nem banca de jornal. A informação é feita de forma oral, ou por cartazes e hoje também de forma virtual, em processo ainda muito inicial. Em muitas cidades do interior do Brasil

a informação escrita é muito precária, não existindo, até hoje, a biblioteca pública de qualidade. O acesso às revistas se dá por assinaturas, o jornal não chega, ou chega com um mês de atraso. O livro novo da biblioteca, quando ela existe, está sempre guardado. E quanto ao cinema, não há o espaço e nem proposta para a sua existência. A TV e o rádio cumprem a função informativa e formativa. Enquanto isso, a escola deseja que os seus alunos sejam leitores críticos, ignorando as situações apresentadas.

Apenas 8% dos 156 jovens que responderam ao questionário aplicado nas escolas de ensino médio têm o hábito da leitura. O lazer é a casa dos amigos e a TV, poucos saem do município para o lazer em festas ou nas férias, geralmente quando o fazem, vão visitar parentes. O uso da internet se dá na escola, no caso da escola da comunidade rural de Santo Antonio do Bolas, ou em *lan house* na escola da sede do município. A maioria dos alunos não utiliza internet e nem faz uso do computador. Ao perguntar aos cortadores de cana se eles usavam ou tinham computador, a resposta foi em maioria negativa, mas tinham muita vontade de ter e aprender. Os jovens cortadores que chegaram ao Ensino Médio relataram que a escola da sede oferecia cursos de informática, porém em horários posteriores ao turno escolar, impossibilitando-os de participar por conta do transporte de retorno às comunidades rurais. Outros jovens afirmaram que os computadores chegaram, contudo nunca tiveram acesso a eles. Esta realidade vem se modificando, mas ainda não é comum a utilização do laboratório de informática como espaço de conhecimento escolar.

Em Jenipapo de Minas não há teatro, cinema, museu ou qualquer outro espaço para as artes. A escola, a igreja e a praça são os espaços representativos e coletivos das festas, reuniões, peças de teatro etc. São os espaços de memória. Para Ecléa Bosi (2003) uma memória coletiva se desenvolve a partir de convivências familiares, escolares, profissionais. Ela coloca que a memória entretém seus membros unificando e os diferenciando.

Outro grande problema do município é a ausência de postos de trabalho, somados a baixos salários, onde serviços temporários na construção civil, por exemplo, são realizados por trabalhadores que muitas vezes são jovens cortadores e estão no período de entressafra ou não foram escolhidos pelas usinas. Os jovens reclamam desta situação constantemente, tanto os que moram na sede do município como os das comunidades rurais. Os serviços públicos ainda são garantia de emprego, porém não contemplam grande parte da população. Ter o seu negócio é outra maneira de resolver a

questão de trabalho, empregando a família. Isto também é presente na pecuária, onde o município é produtor de leite, vendendo a sua produção para grandes empresas de modo cooperativado.

A maioria dos jovens entrevistados era morador de comunidade rural, mas mesmo morando na sede ou tendo uma casa neste espaço, as dinâmicas de trabalho no período de entressafra são as mesmas, cuidar da terra, do gado etc. Ou seja, o vínculo com as atividades rurais permanece. A ideia de ter um negócio próprio inclui a terra, o gado, a casa de shows, um restaurante, etc.

Contudo, não ter ofertas de emprego cria insegurança e falta de perspectivas principalmente para juventude. A migração não é garantia de emprego, contudo há mais ofertas de trabalho nos grandes centros ou em cidades maiores. A categoria migração não é apenas um deslocamento geográfico, mas traz em si uma dinâmica, inserida em uma rede de relações sociais, que muitas vezes visa a sobrevivência ou a mobilidade. Hoje prevalecem “os processos de exclusão, criando desestabilização de expectativas: quem está empregado hoje, amanhã pode não estar” (SANTOS, 2002). As principais características da modernidade, segundo Bauman (2001), são “desapego, provisoriedade e acelerado processo da individualização; tempo de liberdade, ao mesmo tempo, de insegurança. Tal contexto pode ser definido pela palavra alemã *Unsicherheit* que significa: falta de segurança, de certeza e de garantia” (BAUMAN, 2001).

Em Jenipapo, grande parte das famílias vive da agricultura de subsistência e pecuária, sofrendo ainda grandes consequências por causa da seca, pois o clima é seco e quente, com chuvas previstas para 2 ou 3 meses ao ano. Encontramos também a produção artesanal de queijos, requeijões, doces, biscoitos, pães, licores, farinha e artesanato em teares: toalhas, cobertores, tapetes, etc. Contudo, cerca de 1/3 de sua população realiza a migração sazonal para as colheitas de café, laranja e principalmente para as usinas de cana-de-açúcar. A migração é a força motriz das economias familiares deste município, e sua base de sustentação e reprodução.

No Vale do Jequitinhonha, esta situação se apresenta da seguinte maneira: 82,6% da população masculina realiza a migração, onde 82,7% estão na faixa entre 20 e 49 anos. O número de homens predomina em todas as faixas etárias: 79,6% em Araçuaí, 83,3%; em Minas Novas, 84,9%; em Francisco Badaró 77,5%; e em Jenipapo de Minas,

88,6%¹⁶. Para Wanderley (2009), o meio rural sofre transformações que são resultado de fatores internos e externos através das relações econômicas e políticas que regulam a produção agrícola de modo internacionalizado.

Zygmunt Bauman coloca que

“o que para alguns parece globalização, para outros significa localização; o que para alguns é sinalização de liberdade, para muitos outros é um destino indesejado e cruel. A mobilidade galga ao mais alto nível dentre os valores cobiçados — e a liberdade de movimentos, uma mercadoria sempre escassa e distribuída de forma desigual, logo se torna o principal fator estratificador de nossos tardios tempos modernos ou pós-modernos.” (BAUMAN, 1999 p. 8)

Esta realidade também não é recente e foi apontada por Afrânio Raul Garcia Jr. em sua pesquisa realizada na Paraíba na década de 1970, que originou a publicação *Sul: caminho do roçado*. Garcia Jr. (1990) verificou altas taxas de migração desde o final dos anos 40 e analisou várias trajetórias individuais e familiares, constatando que alguns migrantes tornaram-se trabalhadores assalariados nos centros urbanos no Sudeste, e outros continuaram a sua condição camponesa porque estiveram temporariamente inseridos no mercado de trabalho industrial. Esta trajetória de saída para o Sul em busca de recursos financeiros é uma das estratégias possíveis para a manutenção do patrimônio familiar. A acumulação se dá a partir de condições precárias de subsistência no sul, que asseguram a possibilidade de investimentos na terra, no gado ou a compra ou a ampliação do negócio. Destaquei aqui esta parte da pesquisa por se aproximar da realidade dos jovens cortadores de Jenipapo em relação as suas trajetórias de trabalho, estratégias de acumulação e permanência e de seus projetos de vida.

Mas a beleza da pesquisa de Garcia Jr. está na seriedade no tratamento dos dados coletados através de entrevistas, conversas e situações cotidianas, principalmente na abrangência dos atores escolhidos. E torna este estudo singular através da valorização dos sujeitos da pesquisa, desvendando quais são as lógicas utilizadas nas formas de luta pela sobrevivência e liberdade.

Outra questão relevante são as relações de parcerias entre usineiros e o Estado, quando o autor afirma que

¹⁶ Fonte: Programa Pólo de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha

"a reprodução das condições sociais de produção simples ou ampliada da usina passa pela reprodução do Estado cumprindo exatamente a mesma função: instituições públicas apoiadas no Tesouro Nacional, servindo de instrumento de conservação/reconversão de uma fração da classe dominante" (GARCIA JR., 1989, p. 227).

Estas relações ainda estão presentes nos dias atuais e se intensificaram ainda mais nas relações de trabalho no corte de cana e através de acordos de mercado e políticas de desenvolvimento.

E mudam a noção de tempo, como diz M^a Aparecida de Moraes Silva:

“O tempo cíclico marcado pelos momentos de plantar e colher e definidor do tempo de trabalho foi substituído pelo tempo linear, capitalista das usinas e fazendas do Estado de São Paulo. O tempo, agora, é compreendido pelo tempo da migração forçada, especialmente a temporária, mediante a permanência nas fazendas e usinas durante quase 9 meses ao ano. A vida passa a existir em dois espaços- tempos, definida pela presença-ausência.” (MARTINS, 1988a; FERREIRA, 1995; SILVA, 1991b apud SILVA, 1998 p. 56).

E os espaços-tempos também podem ser vistos como trabalho-escola onde a presença-ausência, nas entradas e saídas ao longo das trajetórias de vida dos jovens a procura de caminhos, nem sempre são tão favoráveis no que tange ao universo escolar.

Grande parte dos estudantes em Jenipapo de Minas tem família no corte de cana, e cerca de 80% o pai já esteve neste ofício. Assim, desde cedo convivem com esta realidade temporal.

Isto foi verificado nas respostas aos questionários aplicados aos estudantes de nível médio do município. Os estudantes que pretendem ir para o corte responderam por que seguirão este caminho: *Eu vou para o corte para fazer um teste, se gosto fico, se não vou embora; É um sonho, tenho vontade; Para ganhar dinheiro vou para o corte; Quero trabalhar no corte porque a escola não dá futuro nenhum. Vou para o corte para saber o que meu pai passou; Vou para o corte para ajudar a minha família.*

Estas mesmas respostas foram encontradas na forma negativa por quem não deseja ser cortador de cana: *Tenho sonhos maiores em minha vida; Meu pai passa mais*

tempo no corte do que com a família; Não é emprego fixo; Muito pesado e pouco lucro. Não trabalho no corte porque o preço está baixo; Faz mal a saúde; Pode ficar doente.

A maioria dos estudantes vê o corte de cana como um lugar sofrido, desvalorizado, ruim, onde se trabalha muito e se ganha pouco. E pretendem trilhar outros caminhos afirmando que *não é futuro para ninguém* e a escola, o estudo, lhe apontarão um caminho mais digno, um bom emprego. E também colocaram que: *hoje em dia, até para cortar cana é importante estudar.*

As afirmativas dos estudantes que acreditam na escola com garantidora de entrada no mercado de trabalho, também valorizam o conhecimento adquirido neste espaço e se colocam com superioridade em relação a quem optou pelo caminho do corte: *Tenho sabedoria para trabalhar em algo melhor; Consigo coisa melhor; Quero trabalhar com a mente. Formado acho emprego melhor.*

Em ambas as situações, ajudar a família é ponto prioritário na construção de suas trajetórias. A alternativa é migrar para conseguir um futuro melhor para si e para os seus familiares através do trabalho e /ou estudo. As perspectivas comuns entre estes dois grupos de jovens através das dinâmicas de saída do município se diferenciam no retorno à Jenipapo. Os jovens que vão para o corte em grande parte constroem suas vidas no espaço rural, e voltam sazonalmente para suas casas. Os que migram para outros frentes de trabalho fora da terra nem sempre retornam.

As usinas são os espaços de entrada e saída dos jovens cortadores, cada vez mais constantes e diversificados. E pautam o tempo, o lápis e o facão nas vidas destes jovens.

Cap. 2 – Jovens cortadores de cana de Jenipapo de Minas

2.1 – Juventudes

Conhecer os jovens cortadores de cana de Jenipapo de Minas foi para mim uma experiência memorável, de uma realidade tão pouco desvelada, repleta de histórias intensas, negações, sonhos e desejos. Um universo que traduz o próprio município, o meio rural e a suas juventudes tão diversas. Encontrá-los só foi possível com a grande ajuda de moradores, professores e principalmente freiras e padres. Ao adentrar suas casas encontrei receptividade, tristeza pela partida, orgulho de conquistas, timidez com a vida. Foram depoimentos marcantes pelo esforço da mudança, de manter os estudos, da busca por dignidade.

Para Thompson (2004), a classe não é uma categoria determinada pelas semelhanças de fatores econômicos, ou seja, não são as relações de produção que determinam as ações concretas do sujeito político e social. Mas um resultado de relações sociais, de ideias e valores, tradições e identidades desses sujeitos, dentro de contextos específicos de um processo histórico. Ou seja, o fazer-se da classe é dinâmico e os homens precisam ter consciência de que compartilham cultura e experiências comuns.

Em sua obra de três volumes, *A Formação da Classe Operária Inglesa*, faz uma análise precisa e detalhada da história dos trabalhadores no processo de industrialização da Inglaterra (XVIII – XIX). Para ele, a classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história, é um fenômeno histórico, resultado de relações entre os homens reais em contextos reais. (THOMPSON, 2004).

E insere assim uma nova análise histórica na formação da classe operária; é a história vista sob a ótica dos trabalhadores e feita pelos trabalhadores através de suas lutas e conquistas, a partir de suas escolhas conscientes, “embora atuem em condições pelas quais não optaram e por meio de processos cujos desdobramentos escapam ao seu controle.” (WILLIAMS, 1979; THOMPSON, 1981 apud FORTES, 2006, p.197-215)

Ao valorizar a experiência, Thompson ressalta a vida dos trabalhadores, dando sentido aos sujeitos da história:

“Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do obsoleto tear manual, o artesão utópico (...). Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência” (THOMPSON, 1987,p.13)

E insere assim uma nova análise histórica na formação da classe operária, que não começa com a fábrica. Ela é anterior, e se dá nos processos ilimitados de produtividade e leis de mercado. É a história vista sob a ótica dos trabalhadores e feita pelos trabalhadores através de suas lutas e conquistas, a partir de suas escolhas conscientes, “embora atuem em condições pelas quais não optaram e por meio de processos cujos desdobramentos escapam ao seu controle.” (cf. WILLIAMS, 1979; THOMPSON, 1981 apud FORTES, 2006, idem).

Esta pesquisa utiliza a linha metodológica seguindo os passos de Thompson na análise das experiências vivenciadas pelos jovens cortadores de cana de Jenipapo de Minas em suas comunidades, na família, no trabalho e na escola; segundo o autor, sem este aprendizado a vida social não poderia ser mantida e toda produção cessaria. (THOMPSON, 1981).

As diferentes experiências da migração evidenciam como é diversificado e complexo conceituar juventude em seus múltiplos significados, também no espaço rural. De acordo com a entrevista da religiosa da Pastoral de Migrantes de Araçuaí, na década de 1980, os adultos migrantes do Vale foram substituir a mão de obra grevista nas usinas de São Paulo. Porém, desde 2004, os jovens passaram a ocupar esta frente de trabalho. Uma parcela desta juventude sai de Jenipapo e de muitas outras cidades do Vale em busca de trabalho. Contudo, nem todos os jovens da cidade realizam este tipo de migração, outros saem para estudar e trabalhar, outros apenas para estudar ou trabalhar nas cidades de Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro etc.

Regina Novaes (2007) aponta para os diferentes significados e sentidos de “ser jovem” hoje, que variam também de acordo com o tempo histórico. Porém, apesar de todas as diferenças, a autora coloca que existem marcos geracionais compartilhados. Um deles é “ser jovem hoje é compartilhar do medo de sobrar”. E relaciona este medo com o mundo do trabalho e as transformações ocasionadas pela reestruturação

produtiva, causando a precarização do trabalho e do desemprego, tanto no campo, nas migrações sazonais, como no contexto urbano.

Como ser ator social e político diante das demandas apresentadas e dos processos de subordinação geracional?

As juventudes brasileiras, urbanas e rurais, de estudantes e trabalhadores, do semiárido, dos pampas, etc., podem ser consideradas, além de um recorte de população, uma categoria que representa identidades e configurações sociais, com múltiplos significados. Como diz Elisa Guaraná de Castro:

“é uma categoria social construída que ao acioná-la para definir alguém ou para se autodefinir, estamos, também, acionando formas de classificação que implicam em relações entre pessoas, classes sociais, relações familiares, relações de poder, etc. Isto é, pessoas que vivem a experiência da vida como jovens, e assim são tratados.” (CASTRO, 2009, 179-208).

A juventude rural, como coloca Castro (2007) é dotada de múltiplos significados que extrapolam as realidades locais e muitas vezes carregam estigmas tais como pobreza e baixa escolaridade.

E em se tratando de conceituar juventude rural encontraremos também a mesma fluidez, imprecisão e a diversidade do termo. Ela ainda permanece invisível quanto à sua participação nas esferas da vida social (DURSTON, 1994 apud CARNEIRO, 2005, p.244) e imprecisa quanto ao que se entende por rural. Maria José Carneiro (1998) ao delimitar este universo aponta que o jovem rural é “aquele indivíduo que se encontra em uma fase caracterizada pela discrepância entre o projeto de vida vislumbrado e as atividades em realização.” (p.98).

Muitas vezes, o jovem é associado à idéia de futuro, de transitoriedade, de transformação e identificado como sem experiência, incompleto, imaturo. Mannheim, ao estudar a questão geracional, coloca-a como um processo que deve ser pensado subjetivamente “*De esta manera, el problema generacional se transforma en el problema de la existencia de un tiempo interior no mensurable y que solo se puede comprender como algo puramente cualitativo*” (Mannheim, 1993). E que os vínculos geracionais não são dados pelas proximidades de grupo e das estruturas de organização,

mas da situação de classe, onde as condições socioeconômicas constituem uma base comum. (WELLER, 2007). O conceito de geração para Mannheim implica em uma similaridade de situações num mesmo tempo histórico, analisando como se processam os acontecimentos e como são vivenciadas as experiências semelhantes (idem), onde diferentes grupos etários podem vivenciar diferentes tempos internos em um mesmo período cronológico.

A condição de classe é uma forma específica de viver e de pensar que interfere no processo histórico. E a condição geracional não é apenas biológica e etária, mas também social e histórica.

Ele afirma que quando os indivíduos estão inseridos em uma região geográfica, no mesmo contexto histórico cultural, eles viverão uma similaridade de situação e estarão, por isso, vinculados a uma geração específica.

Mannheim assim explica o fato de que grupos etários diferentes, convivendo num mesmo contexto histórico, cada um num momento específico de seu ciclo de vida, vivenciem acontecimentos similares de modo diferenciado, não se colocando, portanto, numa mesma situação de geração. Deste modo, para Mannheim, os jovens que experienciam os mesmos problemas históricos concretos fazem parte da mesma geração real; enquanto aqueles grupos dentro da mesma geração real, que elaboram o material de suas experiências comuns através de diferentes modos específicos, constituem unidades de gerações separadas. (MANNHEIM, 1982).

Ou seja, do mesmo modo que a juventude, compreendida enquanto fase da vida, configura uma “aparente unidade”, logo desfeita quando se reconhece as diversas formas de se vivenciar tal fase, a noção de geração também coloca essa ambigüidade entre unidade e diversidade.

Assim, dentro de uma mesma geração real – definida de acordo com uma similaridade de situações num mesmo contexto – configuram-se grupos diversos ou, nos termos do autor, unidades geracionais distintas. Ou seja, estes jovens vivenciam uma similaridade de geração, pois vivem no mesmo contexto histórico, cultural e social e são membros de uma geração específica.

Weller (2010) coloca que Mannheim pensou a similaridade entre situação de classe e a situação geracional ocupada pelos indivíduos social e historicamente, gerando

uma modalidade específica do viver e do pensar, da forma como os membros interferem no processo histórico.

Os jovens de Jenipapo, embora estejam em contextos iguais, vivenciam diferentes caminhos em suas trajetórias, e a similaridade de situações nos remete ao conceito de experiência. Thompson entende a experiência a partir da compreensão do diálogo existente entre ser social e consciência social. Ou seja, a experiência “compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos interrelacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento” (Thompson, 1981, p. 15). É pela experiência que homens e mulheres definem e redefinem suas práticas e pensamentos.

Os jovens entrevistados em sua maioria eram moradores de comunidade rural, mas mesmo morando na sede, ou tendo uma casa neste espaço, as dinâmicas de trabalho no período de entressafra são próximas: ajudar a cuidar da terra, do gado etc. Ou seja, o vínculo com as atividades rurais permanece. A ideia de ter um negócio próprio inclui a terra, o gado, a casa de shows, um restaurante etc. É este o mundo rural dos jovens cortadores de cana, onde as atividades se relacionam e são sinônimos de vivências que experienciam os mesmos problemas históricos concretos, dentro de unidade geracional distinta.

2.2 – Trajetórias dos jovens cortadores: família, escola e trabalho

Na experiência do facão, o corte é o caminho, não é a solução.

Um cortador entrevistado chamado Próspero afirmou em sua entrevista que “*se pudesse só estudaria, se ganhasse uma bolsa, um alojamento, ficaria na faculdade morando.*” Mas mesmo assim, não acreditou em sua excelente nota no último ENEM, que permitiria seu ingresso em uma universidade federal no primeiro semestre para cursar Administração. Ele não optou por Direito, pois achou que não iria passar, “*é muito difícil*”, segundo ele. Difícil foi ele ouvir desta pesquisadora que havia passado, mas não tinha efetuado a inscrição no SISU e perdido a entrada na universidade. Eu acessei os dados na casa paroquial, foi um longo tempo de espera no *site* do ENEM e outro no *site* do SISU, mesmo após o prazo de inscrição. Acessar o site do SISU não é simples e menos ainda receber informações sobre datas e prazos quando se está fora da escola, trabalhando em sua terra ou nas usinas. O MEC anunciou este prazo na TV e no

rádio, mas esta informação nem sempre chega a tempo na zona rural. O acesso às informações ao SISU e ao ENEM é virtual ou telefônico, isso em um país onde apenas cerca de 37% da população¹⁷ faz uso do virtual no seu cotidiano. Em áreas rurais de difícil acesso este número é muito menor, quase inexistente. Nos questionários aplicados apenas 30% fazem uso do computador, mas nem sempre com internet. A *lanhouse* e a casa do amigo foram os itens mais marcados, necessitando de deslocamento para uso do computador entre outras estratégias. O desejo de estudo é presente em várias falas. O dinheiro que Próspero acumulou para não ir mais para o corte e poder estudar estava acabando e ele já sinaliza outra ida para lá. Ele preferiu não ver seu desempenho acadêmico, não acreditou em seu potencial de conhecimento, mas tem a certeza de seu potencial no corte de cana. Trabalhar com a derrota, com a perda em outro espaço, como a escola, onde ele sempre se destacou, não seria bem-vindo, principalmente depois dos ganhos econômicos adquiridos pelo esforço físico no trabalho. Estudar também é um esforço muito grande para ele, mas o medo de perder, de fracassar é maior. A competitividade vivenciada no corte de cana insere valores distorcidos sobre sucesso, ganhos etc. A ideia de perder não é bem vista, principalmente entre os mais jovens e menos ainda pelas usinas.

A existência de um projeto para o futuro vem acompanhada de estratégias com graus variados de idealização. As estratégias variam tanto quanto o conceito de juventude rural.

Em *Sul: o caminho do roçado*, Afranio Garcia Jr. aponta que desde o final da década de 40 a migração é estratégia:

“o deslocamento dos homens da unidade doméstica permitia reequilibrar o orçamento doméstico em ano de inverno ruim ou quando houvesse necessidade de dinheiro relativamente grande, como doença na família ou dívida a saldar. (...) Na década seguinte de 1950 a migração se intensificou, e a estratégia de saída permitia resolver tanto as adversidades climáticas que impediam a subsistência do grupo doméstico como a acumulação para extensão do patrimônio, compra de gado.” (GARCIA JR., 1989 p.150).

¹⁷ Censo IBGE 2010

No caso aqui descrito por este autor, as estratégias eram da categoria de agricultores que já tinham suas terras, onde o deslocamento de um membro da família para o Sudeste funcionava como uma estratégia de acesso a recursos financeiros. O que favorecia a reprodução familiar, permitindo acumular para investimento no local de origem, na ampliação da casa etc. Dentre os investimentos realizados merecia destaque a compra da terra, razão pela qual é colocado o Sul como o caminho do Roçado.

A migração dos jovens cortadores visa também projetos de autonomia e acesso a recursos financeiros para consumo tais como roupas, som, moto etc. E afirmam suas identidades de jovem e de gênero.

Ao serem perguntados se eles ajudavam em casa com o que recebiam pelo trabalho no corte, alguns diziam que sim, mas outros deixavam claro era seu projeto de independência. A masculinidade aparece no esforço em conseguir se manter neste trabalho árduo, para comprar casa e construir família, etc. A sua saída gera autonomia e é um projeto desejado, mas nem sempre estimulado pelas famílias, principalmente pelas mães ou pais que já foram e não lograram sucesso neste ofício. O que podemos afirmar que a migração se constitui, também, como um rito de passagem para vida adulta, o que também já foi apontado por outros pesquisadores a exemplo de Woortmann (2009).

Por outro lado, estes jovens vêm no campo as relações de proximidade de maneira positiva, tendo o meio rural como lugar de convivência e moradia, de pertencimento, através de redes de sociabilidade que se reproduzem e se fortalecem desde sua infância. Esta parece ser uma realidade compartilhada entre as diversas juventudes rurais no Brasil, conforme destaca Carneiro (2005).

Esta pesquisa utilizou entrevistas abertas e semiestruturadas com 17 jovens, do sexo masculino, de 18 a 29 anos, que já estiveram ou ainda vão para o corte de cana. A orientação nas escolhas dos jovens entrevistados foi fundamental para que fossem contempladas as diversas comunidades de Jenipapo. O recorte etário foi priorizado por ser esta faixa de idade a preferencial na contratação de trabalhadores pelas usinas. Como diz Castro (2007), um jovem rural pode vivenciar situações que determinam sua juventude, independente de sua faixa etária, e que próprias deste universo tais como a

sucessão da terra, a hierarquia familiar, a masculinidade etc. É uma categoria social, construída nas relações de classe, gênero, parentesco etc.

E também foram entrevistados: um fiscal de mão de obra, de 28 anos (que no passado recente era conhecido como agenciador ou “gato”); a assistente social, de 23 anos, primeiro emprego, e também Secretária de Ação Social do município e filha de um vereador local; uma professora do ensino fundamental, atuante em movimentos sociais, na CPT (Comissão Pastoral da Terra) local e no núcleo do PT (Partido dos Trabalhadores) no município; uma religiosa da Pastoral do Migrante de Araçuaí; 3 professores e a diretora da Escola N. Sra. das Dores localizada na sede. A ex-diretora da Escola de Ensino Fundamental e Médio da comunidade de Santo Antônio do Bolas; 4 professores do ensino fundamental do projeto CPF.

É importante relatar que a minha ida a esta cidade desde 2008 facilitou a entrada no campo e muitas informações foram coletadas ao longo dos anos. Os padres e as freiras locais foram meus informantes e companheiros de valor inestimável no trabalho de campo. Uma das freiras havia visitado uma usina em São Paulo em novembro de 2010 e também conhecia as famílias do corte de cana em todas as comunidades rurais, o que facilitou a realização das entrevistas. A viabilidade de transporte na caminhonete do padre e no carro do departamento de educação foi um luxo em um lugar onde existem poucos ônibus como transporte público.

Quando os jovens foram perguntados nas entrevistas sobre o processo de mecanização do corte de cana, o medo era notório em suas falas. Principalmente, diante da impossibilidade de se capacitar, por baixa escolaridade e/ou ausência de tempo de realizá-la durante ou depois da jornada de trabalho. Somente dois dos 17 jovens entrevistados tiveram acesso a um computador com internet e pretendem adquiri-lo de imediato. Os demais expressaram o desejo de aprender a usar um computador, porém justificaram as dificuldades de acesso, tanto de aprendizagem como de uso, por ser muito distante da realidade deles.

Para eles, o corte é uma frente de trabalho extremamente rentável, embora o que se ganhe em dinheiro perca-se em qualidade de vida. E como diz José Roberto Novaes,

o que se ganha em melhorias, em bens de consumo, como a casa etc. é deixado na produção e no lucro exorbitante das usinas.

A agricultura familiar local é de subsistência, significa trabalho e não emprego. Ao longo dos anos atuando na região, pude observar que o acesso à terra não é o problema, mas sim sua qualidade. É uma área do semiárido, com uso dificultado pela seca e falta de acesso à água. O problema de acesso se configura também no escoamento da produção, com a dificuldade de transporte e asfalto nas comunidades rurais.

Na pesquisa nas comunidades de Alfredo Graça e Engenheiro Schnoor localizadas no município de Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha, Cavalieri (2010) verificou a influência da migração nas relações entre o cortador e sua família e na organização e reprodução social deste grupo. A migração foi vista pela pesquisadora como uma maneira de manter vínculos. Assim, a princípio, a ideia de permanência no local de origem e o trabalho na agricultura seria independente da escolaridade. E conclui que estar na terra, tratar a terra em sua comunidade, no seu local de origem faz muito mais sentido do que vivê-la em outro lugar.

Em Jenipapo também foi percebido o forte vínculo com o local de origem nas comunidades rurais. A identidade dos jovens cortadores se relaciona com a terra, como local de vida. Eles não negam a origem, muito pelo contrário, tem orgulho de ser mineiro, do Vale. O que foi verificado, até então, com esta pesquisa é que a maioria dos jovens do corte não quer sair deste local. E este pressuposto é mantido nas suas trajetórias de trabalho, na formação das turmas nas usinas e na educação. Ser jovem, trabalhador, do Vale do Jequitinhonha, de Jenipapo de Minas os coloca numa situação de classe como diz Thompson (1987) “enquanto vivem a sua própria história”.

Mas ao falarem sobre a sua condição de cortador de cana, esta classe invisível perante tantas políticas públicas, perde a sua força enquanto jovem no seu local de trabalho, se diluindo no medo, no cansaço, na perda do status e do reconhecimento.

Ao estudar os trabalhadores do café no Alto Paranaíba em Minas Gerais, Roberta Novaes (2009) relata o status que tem o trabalho na cana. Na fala de um dos

trabalhadores entrevistados foi enfatizado que cortar cana é pesado, porém hoje é mais valorizado do que o café devido aos “direitos”. O status de ganho material e conquistas, inclusive de direitos, é reforçado na visão do outro. Esta visão se sustenta também no local de origem dos jovens cortadores de cana, como foi verificado nas entrevistas:

“Algumas usinas tem um cuidado a mais, parece que é tudo desordenado, de um jeito só, mas não, não é desordenado em todas as usinas.” Este cuidado a mais ele atribuiu aos direitos, porque tem fiscalização.

O que parece um jogo de tabuleiro, com perdas e ganhos nas questões de direitos e cumprimento de leis em relação aos mandos e desmandos das usinas, para os trabalhadores rurais assalariados, safristas, colaboradores, tão ausentes de sua cidadania; qualquer resultado apresentado no plano da justiça, trazendo o mínimo de dignidade, faz com seja reconhecido como melhora. Para Nobert Elias (2000) a questão está em dimensionar a autovalorização, lembrando que o conceito de “valor” pode ser interpretado de várias formas: em sociedades tradicionais o “orgulho” de um indivíduo advinha de uma habilidade guerreira, pastoril etc., o que reforçava a autoestima. Já em sociedades contemporâneas, a autovalorização vem sendo pensada de forma equivocada em termos de “elevação ou diminuição”. Nesse caso a autovalorização é conseguida às custas da desvalorização do outro. Para Elias, uma alternativa seria reconhecer que o valor do grupo “pode ser aumentado *sem* diminuir o valor do outro grupo” (op. cit., p.209, grifo do autor).

Entrevistei um cortador de cana chamado Samir¹⁸, 26 anos, solteiro, da comunidade rural de Santana, com trajetória escolar regular, cursou até o 1º ano do ensino médio. E quando completou 18 anos foi para o corte de cana durante sete anos seguidos. Há um ano não vai mais para este trabalho. Quando perguntado por que foi para o corte, disse:

“Fui lutar com a vida, fui conseguir o que o povo não consegue na vida. Ô moça, pra você ver, o que eu consegui mesmo foi comprar o meu teclado, e comprei

¹⁸ Optei por manter o seu nome, pois é um artista conhecido na região.

graças a Deus, meu sonho. E uma mesa de som comprei também, pra começar, com a primeira ida.”

Com o primeiro salário do corte comprou um teclado como disse ele “*fraquinho*” e ao longo do tempo comprou 6 teclados melhores, moto e carro. Ele aprendeu a tocar sozinho, “*ninguém me ensinou, eu aprendi a modo de meus próprios jeito*” e começou a tocar e cantar no corte, desde dos 18 anos, quase todos os dias após uma cansativa jornada de trabalho:

“Eu fazia um showzinho na praça pra rapaziada ver. De noite cantava, cansado. Ô moça, eu chegava lá todo quebrado, subir na cama dava trabalho. Mas se não dava uma ensaiada no caminho não conseguia dormir direito.”

Há dois anos passou a se apresentar nos municípios próximos com o nome artístico de Samir dos teclados, cantando as músicas que compõe e fazendo muito sucesso no local, embora encontre muita dificuldade em colocar as suas músicas nas rádios da cidade. Na escola nunca teve aula de música. Ao ser perguntado sobre o que leva da escola para a vida dele, respondeu que aprender a ler e escrever e também as amizades da escola foi o que levou de mais importante. Ele gostava de inglês, português, ciências e história. Não gostava de estudar matemática e no corte sempre usou calculadora. Ele disse que na usina Barra Bonita, do grupo Cosan, a última em que foi trabalhar, tinha escola para alfabetizar os cortadores e tinha muita gente analfabeta. Eu perguntei se não era muito cansativo aprender depois de um dia de trabalho no corte e ele disse que “*era meio garrado, mas quem se esforça consegue*”.

A ideia do esforço para conseguir algo foi colocada nas entrevistas como determinante, pois se não se esforça, não consegue e só conquistou porque se esforçou.

Samir já ajudou muito a família plantando milho, feijão e abóbora nas terras dos pais, fazendo frete e com o dinheiro do corte. Quanto à terra familiar, os pais dizem a ele que o que é deles é dos filhos, que a terra pode ser dividida entre os irmãos, mas ele disse que é um cara orgulhoso, quer ter a sua própria terra.

Hoje ele é famoso no município e arredores, mas segue sua vida, fazendo frete, ajudando a construir sua casa na terra dos pais com o dinheiro dos shows, como ele disse “*com o suor dos teclados*”. Cantar é mais um dos trabalhos que ele executa, é o sonho realizado. O que ele ganha com os shows é bem próximo ao que tirava no corte, entorno de R\$ 900,00 limpo. Ao mesmo tempo afirma que não pretende voltar para o corte, por enquanto: “*Eu não falo que não vou mais, sabe*”. Ele não quer sair de

Jenipapo porque é *“um lugar que não tem violência, todo mundo é amigo da gente. É bom demais”*.

E faz grande sucesso com sua música Samara, uma mulher que trai. Ele afirma que nunca viveu esta situação com as namoradas. A música poderia ser enquadrada na Lei Maria da Penha, e foi regravada pelo grupo Sereno de pagode sertanejo, que modificou a letra substituindo a violência física contra a mulher, deixando apenas a verbal. Na letra de Samir, Samara apanha na cara, é chamada de safada e depois faz amor. Na letra modificada pelo grupo de pagode ela é chamada de ordinária e solicita-se vergonha na cara porque ela trai. Samir virou ídolo local, as crianças o adoram e principalmente as mulheres. O comportamento preconceituoso e violento preconizado pela música é diluído no sucesso.

A possibilidade de viver a traição devido ao curto período de tempo de convivência, durante os três meses do período da entressafra, foi colocada pelos jovens em vários momentos. Como um deles disse: *“não dá tempo de amor não”*. E no corte as relações amorosas também não são favorecidas: *“devido ao cansaço a gente perde o jeito”*. A dificuldade em manter relacionamentos duradouros e o medo da traição faz com que a ideia de construir família, mesmo com a casa e a terra, seja adiada para o tempo que não irá mais para o corte ou qualquer frente de trabalho mais longa, fora do município. O fiscal de mão de obra deixou bem evidente esta situação:

“eu não gosto de trabalhar lá, tipo assim, porque é longe, longe de casa, eu fico 9 meses lá, só por causa disto.(...) Eu fico trabalhando, quando a gente para dá muita saudade, não é bom ficar pensando(...)”

Assim, alguns jovens disseram que investem primeiro na melhoria da casa de seus pais e depois constroem suas próprias casas. As famílias dos cortadores de cana possuem algumas das melhores casas da cidade, geralmente com a moto na frente, sinal de status e mobilidade. Comprar uma moto para os jovens é possibilitar mobilidade e autonomia, além do status de não ser mais o carona. Agora com a facilidade do crédito para compra de carros, este é o desejo seguinte. No corte de cana os jovens acumulam para prover: a si mesmo, a família ou a futura família.

Este processo de acumulação, que atenua as impossibilidades de mudança, traz melhoras nas condições materiais, produzindo novos sonhos de consumo. O primeiro objeto de consumo desejado já foram armas: comprar um revólver era garantia de vida, impondo respeito. Hoje são as casas, a moto e o carro: o status de conquistas, da

produtividade e do acúmulo viabilizado pela força. A masculinidade é reforçada nos dois momentos.

A masculinidade aparece também nas falas dos jovens entrevistados e reforça a idéia de sacrifício e risco presente nas relações de trabalho. Ao invocar a masculinidade através da força física, atributo fundamental para o exercício da função no corte manual, reforça também o medo, o indesejável e ao mesmo tempo confere respeito a quem ultrapassa esta provação. Miguel Vale de Almeida (2000) coloca que masculinidade reporta a significados culturais da “pessoa”. "Em geral, pode-se dizer que a masculinidade tem de estar sempre a ser construída e confirmada, ao passo que a feminilidade é tida como uma essência permanente, 'naturalmente' reafirmada nas gravidezes e partos" (p.66). Para ele, o processo de socialização se dá quando o *gaiato* deve deixar a segurança da casa materna para se lançar definitivamente nos círculos de sociabilidade masculina.

No caso desta pesquisa, os jovens que vão para o corte também constroem e confirmam a sua masculinidade, através da força física e provações cotidianas do ofício nas usinas e nos seus projetos de autonomia.

A rigorosa jornada de trabalho nas usinas não facilita saídas para o estudo e o lazer¹⁹. Os jovens colocaram que os cursos oferecidos nos locais onde estiveram são sempre distantes dos alojamentos e não se disponibiliza transporte para o deslocamento dos trabalhadores. Para frequentar cursos diurnos de capacitação, os jovens, de acordo com a usina, podem até receber falta no trabalho ou uma diária baixa, por volta de R\$ 23,00. Eles recebem, em média, R\$ 3,00 por tonelada de cana e derrubam pelo menos de 10 a 12 toneladas por dia. Sendo assim, não é vantagem participar dos cursos de qualificação, que nem sempre são divulgados, pois o dinheiro no final do mês não cobre as despesas. Um salário de um cortador, segundo os entrevistados é de R\$ 650,00 (baixa produtividade), podendo chegar a R\$ 2.200,00 (alta produtividade, o que é muito raro), mas a média é de R\$900,00 a \$1.200,00, após os descontos.

¹⁹ A Cosan, maior conglomerado de usinas no Brasil realizou um relatório em 2010 que informa que a jornada do trabalhador que faz a colheita manual é de 7 horas e 20 minutos diários, incluindo dentro desse período os dois intervalos diários compulsórios de dez minutos cada um e o treinamento inicial de 15 minutos, composto de ginástica laboral para evitar lesões. Assim, a jornada efetivamente trabalhada é de 6 horas e 45 minutos. Além desses intervalos, o trabalhador possui uma hora para intervalo de refeição, que não está computada na jornada diária de 7 horas e 20 minutos.

Em conversa informal com um grupo de cortadores das comunidades rurais foi relatado que alguns conseguem estudar próximos à suas comunidades quando não estão no corte, pois nem todos vão seguidamente, ano a ano; muitos ficam um ano em suas terras, ajudando a família a plantar, a cuidar do gado e vivem de biscates, geralmente na construção civil local. O que não deixam transparecer é se não vão porque não querem, aproveitando para descansar deste ofício pesado e cuidar de sua terra, ou se não conseguiram ir, sobram. Alguns destes jovens aproveitam para voltar a estudar. Em depoimentos nas entrevistas, dois jovens cortadores que estudaram até o 5º ano, um com 26 e outro 29 anos, e um outro com 25 anos que estudou até o 2º ano do fundamental I relataram o desejo de voltar a estudar, mas todos afirmaram que já estão “velhos” para voltar para à escola.

José, de 25 anos, o cortador que “*rende família*”, ou seja, é casado com filhos, foi quatro vezes ao corte. Na segunda ida teve problemas de saúde em uma usina em São Paulo e foi dispensado, porque sentia muita dor. Passado um ano ele foi outra vez para o corte, em outra usina no mesmo estado, do grupo Cosan, mas só conseguiu ficar dois meses, teve uma crise de hérnia de disco e foi deslocado para a faxina, que tem diária fixa, mas muito baixa segundo ele de R\$17,00. Nos dias que não conseguia trabalhar devido às intensas dores, ele levava falta. E ao ser perguntado por que não procurou o sindicato local ele disse: “*eles não dão bola pra gente, se a firma pagar mais, eles abandonam o caso, e a gente acaba ficando na mão.*” E foi dispensado mais uma vez, após acordo com a usina. Quando chegou à sua cidade, procurou o sindicato dos trabalhadores rurais de Jenipapo que o encaminhou para o INSS, que lhe deu três meses de licença. Ao retornar à perícia do INSS, o médico disse que ele não tinha mais nada e poderia voltar a trabalhar, mas as usinas não o aceitavam mais e estava desempregado. Hoje ele vive com os pais, trabalhando na criação de gado e na terra da família. Estudou até o 8º ano do Fundamental I e não continuou os estudos devido às dificuldades de transporte, pois morava em uma comunidade rural de difícil acesso:

“Até quando eu saí da aula eu tinha muita vontade de estudar, fiquei dois anos querendo ir para a aula. Mas o lugar que a gente morava era difícil, não tinha rodagem pra ir até em casa e o transporte não pegava até em casa. Ai o carro pegava uns 5 km, e num dia que se desse uma chuvada, não tava igual hoje, porque hoje chove as estradas tá boa, pode chover cedo ou tarde que o carro apanha do mesmo jeito. Tinha vezes que a gente caminhava 8 a 10 km pra chegar à escola. Tinha dias que eu saía de casa de manhã, 8 horas da manhã, pra pegar o carro e tinha dias que 9 horas da noite nós não tinha chegado em casa ainda.”

(...) Hoje o carro chega, pega eles, buzina e não atrasa nem meia hora e eles ficam reclamando. Eles não viram metade do sofrimento que eu passei. Eu digo pra eles que se nós tivesse o carro pra trazer nós até onde trás vocês aqui, hoje nós era tudo formado, porque tinha vontade de estudar demais. Graça a Deus uma oportunidade que nosso pai sempre dava. O pai nunca tirou a gente da aula pro serviço, nós tinha toda a liberdade que queresse estudar, só devido a dificuldade do transporte nós não estudou mais. Agora a gente já tá adulto, já começou a render uma família, tenho dois filhos. É o que o pessoal sempre fala, é sempre o estudo, se tiver estudando não pensa muito em formar família muito cedo, tá aí preocupado com os estudos. ”

Embora hoje o transporte escolar esteja bem melhor, com rodagem asfaltada em alguns pontos de acesso à escola, ainda existe muita dificuldade de locomoção nas comunidades rurais. Estudar é um esforço contínuo. Em julho de 2011 estava na praça de Jenipapo e encontrei um grupo de jovens, e dentre eles também havia cortadores de cana vindos das comunidades rurais que iam estudar em Araçuaí. A rota de estudo é a seguinte: primeiro eles vêm de moto até a sede no final da tarde, depois pegam carona no carro de quem também vai estudar em Araçuaí, retornando por volta de meia-noite e meia às suas casas. Eles levam, em média, duas horas para ir e mais duas pra voltar e se a moto quebrar ou a carona não aparecer, não vão à aula. A ida para Araçuaí é realizada uma vez por semana para fazer cursos à distância em universidades particulares de Administração, Letras, Ciências Contábeis, Pedagogia, etc.

Próspero, 22 anos, o cortador de cana já citado, gosta de ler poesia e teve uma trajetória escolar exemplar. Aos 18 anos já havia terminado o ensino médio, e logo depois foi para o corte de cana duas vezes. Foi pensando em ganhar dinheiro pra pagar a sua faculdade, e porque não apareceu outra oportunidade, segundo ele. Os irmãos são mais velhos, também cortadores de cana, e não tiveram as mesmas oportunidades de estudo que ele teve. Eles viveram a falta de transporte, principalmente o mais velho de 29 anos, que parou de estudar no 5º ano, o que para ele equivale a alfabetização. O outro irmão estudou até o 9º ano. E sua irmã mais velha é formada em Administração. Mesmo com toda dificuldade encontrada em morar em uma comunidade rural com acesso extremamente difícil, Próspero é um dos jovens que vai estudar em Araçuaí.

Hoje ele faz o terceiro período de Ciências Contábeis à distância na UNOPAR. Com o dinheiro do corte, que já está acabando, ele paga a sua faculdade e já comprou uma casa na sede, um terreno na zona rural e uma moto. Os irmãos já ajudaram muito a família, e como ele é o caçula, pôde acumular para estudar. O seu dinheiro é gasto com as suas necessidades e sonhos. O que não é comum entre os cortadores entrevistados de

Jenipapo, que muitas vezes constroem sua autonomia ajudando também a sua família, e assim dificilmente sobra dinheiro para pagar os estudos ou outros cursos e viver os seus sonhos. O que Próspero e os irmãos colocaram sobre como conseguiram não gastar o dinheiro do corte durante a estadia nas usinas está relacionado a uma disciplina muito grande no controle de seus gastos, principalmente em festas, bebidas etc., como apontam as falas destes cortadores:

“De tudo sem nada, as pessoas que cortam cana em uma certa época ai, não ficou de durar a toa não. As pessoas desta região nossa aqui, que tem um ritmo de trabalhar, assim mesmo, que é sofrido lá pacaramba, e indo e voltando pra cá, mas não joga todo dinheirinho que ganha fora não, sabe.”

“E tem muitos que trabalham e se ganhou dinheiro pra tomar um gole de Coca ali tá bom. Mas tem outros que vai, se ele ganhou no caso mil conto, já tira pra compra uma vaquinha, uma motinha nova, um cavalo pra montar, já investe aqui. Mas é tudo muito difícil.”

“Na verdade o lugar nosso aqui não é ruim. O lugar nosso precisa gera mais emprego, alguma coisa. Se tivesse emprego era o melhor lugar do mundo pra viver. O povo daqui costuma sair assim de acordo com temporada, sabe, vai lá trabalha uns tempo e volta pra cá. Não sei se é porque é tradição das pessoas fazer assim ou se é mesmo que já acostumou. (...). Eu acredito assim, tem sempre umas pessoas lutando pra que quando chegar esta data (data prevista para o fim do corte manual) já ter um jeitinho de ficar aqui, por exemplo, porque quando acontecer assim mesmo, que seja em outro setor. Pra lá vai ser mais difícil porque tem muita gente lá que trabalha na mesma lavoura que a gente trabalha. Eu acredito que o serviço de construção civil que tiver por lá, vai ficar mais pra aquelas pessoas daquela região, eu acredito que não vai esse tanto de gente daqui do norte pra lá, eu acredito que num vai.”

“Um jeito que nós acha, que eu pelo menos acho, que a gente vai dar, é a nossa terra, aqui na terra se investe, forra uma manga, tem leite, faz um queijo e um requeijão se vende, tenta produzir um pouquinho, mesmo porque o lugar é um pouquinho agreste, sabe, não ajuda tanto. Sem nada num fica não. Uma coisa que tá meio ruim é a água, é o problema mais grave, ainda tá muito difícil. Eu acredito que o governo, os governantes deve ter que conseguir mais coisas pra esta região, chegando até esse ponto onde a gente mora. Do governo maior até o mais pequeno. A gente precisa muito de umas barragens, essas coisa assim. A gente espera que melhore um pouco. Eu não tenho vontade de voltar para o corte, vontade não é o nome, é necessidade. Muita gente que nunca foi lá, acha que é bom. O serviço que mais maltrata as pessoas é o corte de cana e também é o que mais emprega as pessoas que vão daqui pra lá. Não tem serviço fácil, não tem nenhum serviço braçal fácil.”

A mesma disciplina enfatizada pelos cortadores é encontrada na fala de Próspero sobre seu trabalho no corte para alcançar seus ganhos salariais. Ele era um excelente cortador, chegando a tirar R\$1.200, limpo em média. Chegou a ser premiado com um DVD por sua produção. Este é um excelente exemplo de desigualdade de ganhos e premiação entre uma usina e um cortador de cana.

O pai de Próspero também foi para o corte umas duas vezes e faleceu quando ele tinha 17 anos. Na pesquisa foi verificado que a maioria dos jovens cortadores são filhos de ex-cortadores, e muitos morreram com problemas cardíacos, diagnóstico comum nesta profissão.

Encontrei alguns ex-cortadores, na faixa de 30 a 40 anos, que são produtores de leite, comerciantes, trabalhadores na construção civil e também professores. Ao conversar com alguns professores do projeto CPF descobri diferentes trajetórias de migração como as descritas abaixo:

Antonio de 30 anos é de uma comunidade rural e é professor há seis anos. Entrou na escola aos 7 anos e começou também a trabalhar na terra da família com esta idade. Ao terminar o Ensino Médio foi para o corte de cana. “*Era a minha única opção*”, disse ele, pois não tinha contato com ninguém em outras cidades. Achou mais fácil ir para o corte porque queria comprar uma moto e um carro. Na primeira vez em que foi para uma usina ficou dois meses. No ano seguinte ele ficou quatro meses. Depois passou a realizar serviços na construção civil e com o que conseguiu acumular tanto no corte como em Jenipapo, comprou sua moto. Ele fez o concurso para professor e hoje leciona em uma escola rural multisseriada de Fundamental I. E não deseja que seus filhos estejam no corte.

Inácio tem 33 anos e vem uma família numerosa, com 18 irmãos, também de uma comunidade rural. Seus irmãos mais velhos foram para o corte e não quiseram estudar. Ele e uma de suas irmãs se formaram em professores. Ao terminar a 8ª série, Inácio resolveu migrar e foi trabalhar em Santos, aos 17 anos, na copa de um restaurante. Voltou após 3 meses e foi estudar no ensino médio da escola da sede. Ele sofreu muito preconceito por ser da zona rural, fez apenas um ano. E então, resolveu fazer o curso CHAMA²⁰, em Teófilo Otoni. Em sua casa na zona rural não tinha luz, comprou um lampião a gás para estudar, terminando os estudos em 1998. No ano seguinte abriu o concurso para professor no ensino fundamental I nas escolas do município. O amigo Valdir, que também queria ser professor foi quem o avisou, por meio de bilhete, para realizar a inscrição. Inácio passou em 1º lugar neste concurso, e afirma que gosta

²⁰ Curso de Suplência em Magistério para séries iniciais, oferecido pelo Projeto Chama da SEE-MG, no final da década de 1990.

muito da profissão, só não gosta do salário, que inicialmente está em R\$ 621,00; o dele após 15 anos de magistério é R\$950,00. *“Eu queria estudar direito, queria ser juiz, era um sonho.”* Agora ele sonha em fazer o concurso para inspetor escolar do Estado, em Araçuaí, *“é um bom salário”* disse ele, que também é funcionário administrativo de uma das escolas estaduais de Ensino Médio. Ele gosta de política e informou que não há sindicato de professores em Jenipapo por conta do pequeno número de profissionais²¹.

Valdir tem 34 anos, 9 irmãos e começou a estudar aos 6 anos. Ele morava em uma comunidade rural e o pai tinha muita preocupação com os estudos dos filhos e com o nascimento dos três últimos resolveu comprar uma casa na sede para que todos estudassem. Seus pais eram analfabetos, todos os seus irmãos estudaram e sua irmã foi a primeira da família a concluir o ensino superior. Dois de seus irmãos foram para o corte com o pai. Hoje um é vereador e o outro é produtor de leite. A filha deste último irmão estuda Biologia na PUC - Minas. Após terminar a 8ª série seus amigos, em maioria, foram para o corte. Ele não queria ir, continuou estudando e depois fez o CHAMA em Teófilo Otoni, com o amigo I. Em 2005, formou-se em magistério superior na Faculdade Noroeste de Minas e sua esposa hoje também estuda Pedagogia. Atua como professor no ensino fundamental I.

Entrevistei também um ex-cortador, também “turmeiro”, porém ele foi apresentado como um “cortador de sucesso”:

Décio nunca foi à escola, tem 37 anos, aprendeu a escrever o seu nome com um fazendeiro, não lê e nem escreve. Tem 10 irmãos e seu pai morreu muito cedo. Foi com 17 anos para o corte, alternando este trabalho com padaria, metalúrgica e pecuária. Foi chefe de cozinha e turmeiro²² no corte, levando muitas turmas para as usinas do Mato Grosso. Há dois anos não vai para as usinas, vive da pecuária. Ele tem 40 cabeças de gado e disse que ainda não produz o que gostaria e que tudo o que tem deve ao corte: *“Eu me sinto um herói!”*, exaltado

²¹ Os professores de Jenipapo não tem representação sindical local. Alguns professores são filiados ao Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG), com sede em Belo Horizonte, que tem representação regional. Até 2011 a rede municipal de ensino contratava professores, sem poder efetivá-los porque estavam cursando o nível superior, em Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação para lecionar nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Em janeiro de 2012, a prefeitura realizou o concurso para regularizar esta situação. Apenas duas professoras seriam efetivadas porque os demais que prestaram concurso ainda não tinham concluído o curso superior.

²² Turmeiro é o responsável pelas turmas de trabalhadores que realizam o corte da cana. É quem seleciona os cortadores criando uma turma que vai dividir o mesmo alojamento.

de felicidade ao ser fotografado ao lado da imagem de N. Sra. Aparecida e do porta-retrato em que está sua foto na frente de sua nova caminhonete.

Na verdade ele deve o seu sucesso ao trabalho árduo que realizou nas usinas. Mas, principalmente pelo número enorme de trabalhadores que levou para o corte durante muitos anos.

Outras trajetórias de sucesso e fora do corte de cana também foram encontradas, como a deste professor:

Pedro é professor do Fundamental II e Médio, na escola da sede. Ele nunca foi para o corte. Perguntei se ele não havia pensado em ir, e disse:

“Ô moça, eu quase tive indo, mas aí Graças a Deus eu agradeço muito a um bispo, chamado Dom Enzo²³, que teve aqui na diocese. Ele pra mim é sagrado. Ele que me incentivou e me ofereceu uma bolsa para estudar na escola técnica agrícola – Hagrogemito, em Araçuaí. Eu estudei nesta escola, que hoje não existe mais. Aí eu era bolsista, eu era uma espécie de funcionário e aluno da escola. Rolei muito, trabalhei muito pra concluir o segundo grau. Sei que na época que eu tive que ir para lá, não tinha segundo grau aqui, eu formei em 1994, aqui começou em 1997, nesses meados, por aí. E eu pensei nesta época em ir para o corte. Eu formei em 1994, aí fui convidado pra trabalhar em uma Escola Família Agrícola (EFA) em Itinga, trabalhei em 1995 durante um ano, como técnico agrícola, no mês de maio. Quando foi no mês de agosto surgiram inscrições para professores na área de faculdades à distância, gratuita, pela a UEMG em Araçuaí, oferecendo 200 vagas, 50 vagas para Matemática, 50 pra Letras, 50 pra História e 50 pra Geografia. E aí o pessoal lá da comunidade, lá onde eu tava, lá de Itinga, eles me inscreveram e tal, e disseram: vamos escrever todo mundo! Eu disse: tá bom! Só que no período de janeiro até maio eu estava me preparando pra fazer um concurso dos Correios, e aí eu estudei bastante, principalmente na área de matemática e português. Mas eu não sonhava de fazer faculdade, não. E eu tava estudando para ingressar nos Correios. Se caso não desse certo com a escola família agrícola. Porque eu tive que passar por várias etapas: o prefeito me entrevistou, eu tive que visitar a escola, eles me conheceram mais ou menos, foi aquele namoro e tal, não foi logo assim de uma vez não,

²³Dom Enzo Rinaldini era italiano e foi Bispo Emérito de Araçuaí - MG. Faleceu aos 86 anos em outubro do mesmo ano desta entrevista, em 2011. Ele atuou nesta diocese por mais de 50 anos. E foi o primeiro presidente do Serviço Pastoral dos Migrantes – SPM. Em 1984 fundou a escola técnica Hagrogemito de agropecuária, geologia, mineração e topografia no antigo seminário de Araçuaí. Segundo ele, não existia nenhuma escola técnica na região, principalmente para população de baixa renda, a sua preocupação não era “formar técnicos, mas seres humanos”. Neste espaço também funcionou o Campus Avançado do Vale do Jequitinhonha da Universidade Católica de Minas Gerais. A escola fechou suas portas em 2010, após longa crise financeira. Dom Enzo fundou a primeira emissora de TV do Vale do Jequitinhonha, a TV Araçuaí, em 1999 “com o intuito de valorizar a cultura do Vale, denunciar as injustiças e anunciar o Evangelho”. Ele também fundou uma emissora de rádio, a Vale FM, em 2008. Era um missionário scalabrino, muito respeitado e amado pelo povo do Jequitinhonha.

primeiro eles chamam de monitor. A princípio seria pra fazer um treinamento no Espírito Santo, aí eles mandaram o outro técnico e me deixou no lugar. E eu cru, recém formado, tive que dar aula, nunca tinha entrado em sala pra dar aula. E foi ótimo, uma ótima experiência, eu descobri que tinha vocação, talento pra ser professor, foi a partir do momento que trabalhei na escola família agrícola. Aí vim até Araçuaí, fiz a prova e depois descobri que fui selecionado, tinha passado pra UEMG. Foram 10 módulos, de faculdade de férias, janeiro e julho, presencial, nas férias. Eu fiz dois módulos, encontrei pessoas conhecidas de Jenipapo fazendo também. Uma colega que fazia faculdade com a gente e era vice-diretora da escola, pegou meus dados e disse: quem sabe você não volta pra Jenipapo? Pode ter vaga pra você e tal. Eu estava doidinho pra voltar pra Jenipapo, porque meu pai estava doente, ficou internado muito tempo e morava só. Meu pai era epilético e tinha problemas no coração. Ele trabalhou muito na paina de café, no algodão no corte de cana, na construção civil na capital. Eu tenho 4 irmãos, um irmão e três irmãs. A mais nova está estudando em Mariana, fazendo Assistência Social, os outros dois estudaram até o segundo grau. Só a mais velha que não estudou porque herdou a epilepsia do meu pai. Eu sou o mais velho. Eu estava gostando muito de trabalhar na EFA, inclusive o meu coordenador já tinha o objetivo de me deixar no lugar dele. Ele ia assumir todas as EFAs mineiras em Belo Horizonte. Aí eu vim pra cá e fui dar aula de desenho geométrico e ciências. Meu pai ficou muito feliz. Foi a melhor decisão da minha vida, foi ficar com meu pai, pois se não tivesse feito isso teria remorso até hoje. Aí fiquei com a casa e paguei as partes dos meus irmãos, construí, aumentei e graças a Deus tenho um lugar pra morar. Hoje eu estou bem, estou indo, trabalhando...”.

Ele é o professor mais citado nas entrevistas, muito querido entre os jovens, também os prepara para concursos e foi o responsável por ministrar um curso da Petrobrás no município recentemente.

Na entrevista com a diretora da escola da sede foram citados dois “professores cortadores”, ou seja, professores em formação que vão para o corte de cana para acumular e pagar seus estudos. Um professor não vai mais para o corte porque foi contratado pela escola. Está cursando Educação Física durante as férias e não foi possível entrevistá-lo²⁴. Ele foi contratado depois de muito tentar, o salário é bem próximo ao que é recebido em média pelos jovens cortadores, conforme seus relatos. Assim, é possível que este professor não retorne às usinas. O outro professor também estava tentando contratação para a disciplina de Biologia, mas não obteve sucesso e foi mais uma vez para o corte de cana para acumular e pagar seus estudos. Nem todos têm

²⁴ O trabalho de campo desta pesquisa foi realizado durante as férias escolares, em consonância com o projeto CPF.

ou tiveram oportunidades parecidas com a do professor Pedro, mas fazem do corte um caminho e não uma solução.

Apontar estas trajetórias distintas, desconhecidas no início desta pesquisa, não significa valorizar o esforço individual, meritocrático, mas reforçar o quanto é múltiplo e distinto este universo. Não há estatísticas em relação à escolaridade de cortadores de cana, pois não pode haver números de uma realidade negada. Eles não são visíveis, logo não é possível mensurar, o que também dificulta pensar em políticas públicas compensatórias para esta demanda. François Dubet (2004) avaliando o sistema escolar francês diz que:

“É preciso principalmente assegurar a igualdade da oferta educacional para suprimir alguns “privilégios”, algumas cumplicidades evidentes entre a escola e determinados grupos sociais. Essa é uma luta fundamental para a justiça escolar. Se compararmos a justiça meritocrática a uma espécie de competição esportiva, seria preciso garantir que todos os competidores conhecessem as regras do jogo, o que não é o caso da escola, em que muitas famílias as ignoram; seria preciso que o terreno fosse igual para todos, ou seja, que o sistema fosse transparente e que os juízes não fossem parciais. Ainda estamos longe disso, apesar da igualdade de oportunidades alardeada em todos os discursos. (p.539-555)

No caso brasileiro, a igualdade de oportunidades ainda enfrenta barreiras até para ser pronunciada e também ainda está longe de ser alcançada, principalmente na educação do meio rural. Porém, como afirma Dubet (idem) é fundamental assegurar a igualdade em todos os níveis, de forma transparente e imparcial.

A importância das famílias, sempre citadas nas entrevistas tanto pelos jovens quanto pelos professores e diretoras, demonstra o interesse e a valorização da escola, mesmo não conhecendo muito bem “as regras do jogo”. Eles incentivam os estudos através de ações cotidianas ou na mudança para a sede do município para proporcionar aos filhos o acesso à escolaridade, na maioria das vezes negada aos pais. Esta relação de importância pode explicar algumas trajetórias, ditas improváveis, de filhos de cortadores ou lavradores que concluíram ou estão em processos de conclusão da educação de nível superior. A ajuda de Dom Enzo com uma bolsa foi uma atitude isolada e hoje pode ser vivenciada por outros jovens com as políticas públicas atuais. Mas elas ainda não são suficientes para ampliar a escolaridade e garantir os jovens na escola, conciliando trabalho e estudo.

2.3 – A experiência do facão

A ida para o corte se traduz em dinheiro rápido. E os cortadores falam que o trabalho “*está mais valorizado*”, quando na verdade está mais produtivo, acelerando em quase o dobro o uso do facão.

Na década de 1980, a média de produtividade exigida pelas usinas era de 5 a 8 toneladas de cana cortada por dia; em 1990 aumentou para 8 a 9; de 2000 a 2004 foi para 10 toneladas; e a partir de 2004 passou de 10, 12 a 15 toneladas de cana cortada por dia (ALVES, 2008; SILVA, 2008). Não é por acaso que muitos trabalhadores reclamam de dores e câimbras no corpo, pois são obrigados a cumprirem a média de 10 ou 12 toneladas/dia, o que se torna condicional para a sua contratação na próxima safra, já que ficam visados pelos fiscais da usina.

A religiosa da CPT também informou que devido à fiscalização do Ministério Público do Trabalho, houve melhoras nas condições de trabalho, mas ainda são muito precárias. Os jovens relataram que nas usinas em que estiveram são descontados até pelo saco de pipoca em seus contracheques quando há festas. Nas festas realizadas nos municípios canavieiros, em que os jovens entrevistados estiveram, havia momentos de lazer, onde algumas usinas destinaram um ônibus para os eventos nas cidades, ou em outras usinas próximas do mesmo grupo. “*Tem uma festinha em tal usina, aí convida a usina vizinha, juntam os grupos e leva, e tem horário pra ir e pra voltar. Em outubro tem torneio de jogo de bola e sinuca*”. Nestas saídas de lazer, caso queira ir sem o aparato da usina é necessário um deslocamento de muitos quilômetros, à medida que a maioria das usinas, no relato dos cortadores, não fica próxima da diversão e nem do comércio. Portanto, a disciplina, tanto nos gastos com a energia corporal, quanto econômica aparece como entrave à diversão.

Algumas usinas permitem a celebração de missas. As visitas de religiosos, em geral, precisam ser autorizadas pelo setor de Assistência Social, que segundo os entrevistados modifica a rotina melhorando a alimentação, oferecendo bolo e arrumando os alojamentos. A alimentação é um item muito reclamado por eles, apontado como caro e de péssima qualidade. Os descontos, segundo um jovem cortador entrevistado,

podem chegar a R\$ 125,00 ao mês no salário, dependendo da usina todos os descontos podem chegar a R\$ 300,00 no contracheque.

Mas, para o fiscal de mão de obra entrevistado a alimentação é “balanceada”. Ao ser perguntado sobre o que era “balanceada”, não conseguiu explicar o termo, era a fala da usina em que trabalha, vazia de significado. Entrevistei também um jovem que trabalha na cozinha de uma usina. Eu perguntei se a comida era “balanceada”, houve um certo silêncio e demora na resposta. Então perguntei se era variada. Ele disse que sim, bem variada, com diferentes carnes no cardápio da semana, com peixe, legumes, verduras e frutas.

A contradição nas informações sobre alimentação reforça o discurso das usinas, que apresenta um universo paralelo de vantagens e sustentabilidade presente também no ambiente de trabalho, muito diferente do vivido pelos cortadores. Ao ser perguntado se era melhor este trabalho do que cortar cana, a resposta do jovem cozinheiro foi afirmativa de imediato: *“não fico no sol, no tempo”*. Então perguntei se ele estudaria caso tivesse a oportunidade. Ele respondeu que não, já tinha o fundamental até o quarto ano e estava bom. O trabalho era muito pesado e no turno da noite e ele precisava dormir de dia. E em seguida perguntei se fosse oferecido algum curso para realizar outra atividade na usina, se ele se interessaria. A resposta foi positiva e disse que já tentou participar, mas não pode porque não era do quadro de funcionários da usina, era terceirizado e trabalhava para a firma responsável pelo restaurante da usina.

O cortador pode se tornar cozinheiro, mas o cozinheiro não pode almejar a outros quadros na usina, a não ser o retorno ao ofício de cortador. Os quatro homens desta família estão no corte, todos já foram cortadores, o pai e os três filhos hoje são cozinheiros da comida “balanceada” desta usina.

Ao analisar os bóias-frias em Piracicaba, Dawsey (1997) coloca que a questão da alimentação implica em proximidade com a terra em que se trabalha. E neste caso, ao receber a marmita não estão presentes os produtos por ele cultivados no seu local de moradia. Segundo a fala dos jovens entrevistados que trabalharam em usinas que forneciam alimentação: *“não há legumes, não há sabor, não há lembranças da comida da nossa terra”*. A marmita vem vazia de significados e hoje com o Compromisso Nacional ela vem vazia de fato, é mero objeto. Vem sem direito à comida, escolhas e reclamações.

Os jovens entrevistados apontaram o critério de ter experiência em cortar cana como o mais válido para a seleção das usinas em que trabalharam, principalmente se já constava na carteira de trabalho. *“Com carteira limpa não se é contratado com facilidade”*.

Ao mesmo tempo é favorecido o jovem no primeiro emprego, e passa a ser também uma relação de “favor”, “o empregamos mesmo sem experiência”. Quando na verdade é um ganho para as usinas, pois não são sindicalizados e nem possuem elementos de comparação com outros espaços do corte de cana.

O contrato de trabalho, mesmo com carteira assinada, é por tempo determinado. Então se aparecer qualquer doença no período posterior ao contrato cabe ao seguro desemprego resolver e se houver possibilidade é solicitada a aposentadoria. E as despesas passam a ser do Governo e não das empresas tão subsidiadas.

Quanto à escolaridade, quando perguntados se as empresas contratavam analfabetos, a maioria dos jovens entrevistados disse que esses geralmente são os cortadores nordestinos, o que isso não era comum entre os cortadores do Vale Jequitinhonha. Ao longo da pesquisa encontrei falas distintas quanto a esta questão, onde vários jovens também afirmavam que tinham mineiros analfabetos, mas não eram muitos. Relataram histórias de como muitos cortadores são ludibriados por não saberem contar direito e muitas vezes sabem apenas assinar o nome. E que num dia de pagamento faltou a tinta para recolher a impressão digital, e então um cortador analfabeto passou o dedo na perna e com a fuligem da cana se identificou.

Ao longo das entrevistas perguntei aos jovens qual matéria escolar que eles mais gostavam e a maioria apontou a Matemática como preferencial, embora muitos tenham dificuldades com os cálculos.

Um dos cortadores, que concluiu o ensino médio, disse que não entendia porque se estudava História, pois era muito sofrimento, mortes e escravidão, só falava do passado. Curiosamente, ao expressar sua opinião sobre o trabalho de cortador de cana, utilizou essas mesmas palavras. O único que apontou a matéria de História como preferencial não gosta de matemática e quer ser bancário, para ficar longe do sol. Outras duas matérias apontadas como preferenciais foram Educação Física e Artes. É o desejo presente de ser jogador de futebol e cantor e ao mesmo tempo se insere na dura realidade de ser um trabalhador da força física, que como jovem não deixa de sonhar.

O fiscal de mão de obra é também artista. Ele desenha e pinta maravilhosamente e tem vontade de voltar aos estudos, pois concluiu o ensino médio e pretende fazer vestibular para Educação Física e, futuramente, abrir uma academia na cidade, pois adora esportes. O que ele gosta mesmo é de ser preparador físico, mas crê na dificuldade de atuar nesta área e será professor de sua academia. Ele acredita que foi escolhido pela usina para exercer a profissão de fiscal pela sua escolaridade e pela liderança que possui frente aos trabalhadores.

O discurso de superioridade escolar e de conduta nos alojamentos dos migrantes mineiros é reforçado em vários momentos, tanto entre os jovens cortadores entrevistados quanto na fala do fiscal de mão de obra, que é responsável por indicar, acompanhar e fiscalizar os trabalhadores nos alojamentos da usina em que trabalha e pelo kit médico²⁵, formando uma turma de aproximadamente 35 trabalhadores, número que diminui a cada safra, segundo ele. E informou que as turmas são agrupadas regionalmente para que não ocorram problemas de adaptação; assim as usinas do grupo COSAN, por exemplo, constroem uma espécie de currículo do trabalhador, e o avalia com conceitos A, B ou C, indicando a sua qualificação, que será muito útil no processo de mecanização, é o que ele acredita. Esta situação vem se fragmentando a cada dia à medida que se diminui o número de vagas. Os trabalhadores se deslocam e não sabem se continuaram naquele lugar ao longo da safra, indo para outras usinas.

Excluir e sobrar relacionam-se diretamente com poder, *status*, autoestima. A questão da valorização é central nesse tipo de situação. De acordo com as palavras de Norbert Elias (2000) “Seja como for, os seres humanos são sempre valorizados do seu próprio ponto de vista e aos olhos dos outros” (idem, p.209). Ele coloca ainda que talvez seja uma forma de sobrevivência num mundo de rivalidades, porém os seres humanos estabelecem fronteiras em suas relações e interações sociais como, por exemplo, o medo e o preconceito.

O que quis mostrar com estas entrevistas foi o melhor dos jovens, das pessoas deste município, não reforçando o preconceito e a miséria, mas sim o quanto de belo existe nas histórias deles e na luta por uma vida melhor e estudada. O que Paulo Freire²⁶

²⁵ Não foi esclarecido o que ele leva na maleta de material de primeiros socorros.

²⁶ Este ano Paulo Freire (1921-1997) passou a ser reconhecido como patrono da educação brasileira.

chama *da boniteza de ser gente*, descobrindo e valorizando a pessoa e a sua dignidade.

E como ele mesmo afirma em sua carta *Do direito e do dever de mudar o mundo*:

O fundamental, se sou coerentemente progressista, é testemunhar, como pai, como professor, como empregador, como empregado, como jornalista, como soldado, cientista, pesquisador ou artista, como mulher, mãe ou filha, pouco importa, o meu respeito à dignidade do outro ou da outra. Ao seu direito de ser em relação com o seu direito de ter. (FREIRE, 2000 p. 26)

Cap. 3 – Os caminhos do trabalho na cana-de-açúcar

3.1 – Breve histórico nas configurações econômicas, políticas e sociais da cana de açúcar no Brasil (1930 a 2012)

A cana de açúcar está presente na história do Brasil desde o processo de colonização. A sua produção sempre se caracterizou pela concentração de terra e exploração de seus trabalhadores.

Na década de 30 do século passado, a manufatura e a monocultura agrícola continuavam favorecidas pelo Estado, e o setor açucareiro recebia incentivos financeiros do IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool, que tinha como principal objetivo o controle da produção nacional. Até então, as questões relacionadas ao mundo do trabalho eram tratadas pelo Ministério da Agricultura²⁷. No ano de 1930 foi criado pelo governo “revolucionário” de Getúlio Vargas o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ampliando a legislação trabalhista e previdenciária, visando principalmente minimizar os conflitos trabalhistas existentes ao longo das décadas anteriores:

O movimento [operário] lutava por direitos básicos, como o de organizar-se, manifestar-se, de escolher o trabalho, de fazer greve. [...] Lutaram também por uma legislação trabalhista que regulasse o horário de trabalho, o descanso semanal, as férias, e por direitos sociais como o seguro de acidentes de trabalho e aposentadoria. (CARVALHO, 2008, p. 60).

O primeiro Governo Vargas criou leis que ampliavam os direitos trabalhistas, tais como salário mínimo, férias, assistência médica e educacional etc. e também o direito de sindicalização, sob a vigência do Estado Novo. No entanto, é importante destacar que não houve conquistas dos trabalhadores a partir do crescimento das organizações sindicais, aconteceu devido à dura intervenção estatal sobre o mundo do trabalho e dos sindicatos (MEDEIROS, 2002). A ideia de construir um conceito de trabalho e trabalhador tanto para o urbano como para o rural foi relevante neste sentido.

²⁷Fonte: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/PoliticaSocial/MinisterioTrabalho> e <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/PoliticaAdministracao/SENAI>, acessado em julho de 2012

Contudo, houve “uma contrapartida do que já se praticava no setor urbano industrial: o forjamento do trabalhador despolitizado, disciplinado e produtivo” (LENHARO, 1986 apud MEDEIROS, 2002 p. 6), marcado pelo autoritarismo do Estado Novo e com isto as relações de trabalho no meio rural se mantiveram distantes do plano de direitos.

Como visto até os dias atuais, esta ampliação foi legislada, mas não foi implementada. O cumprimento das leis é ainda o grande obstáculo das mudanças na questão agrária brasileira, onde os laços do Estado com as oligarquias mantiveram o latifúndio e a distância da Reforma agrária e de garantias mais efetivas aos trabalhadores do campo.

O êxodo rural era uma das preocupações de Vargas, pois precisava assegurar a produção nacional de alimentos. Contudo, a migração de mão de obra barata também era muito bem acolhida nos processos de industrialização que ocorriam nos grandes centros urbanos do país:

Para incentivar a permanência dos trabalhadores no campo, fez-se inclusive a concessão de passagens, para que os descontentes com a cidade pudessem voltar ao meio rural. Ao mesmo tempo, o Departamento de Imigração encaminhava anualmente centenas de trabalhadores rurais para diversos pontos do país. (MEDEIROS, 2002, p. 7).

Os trabalhadores rurais até a década de 1960 era a maior parcela de trabalhadores brasileiros. As leis não os atingiram diretamente, embora fossem de grande importância para os trabalhadores em geral. A utilização da mão de obra dos trabalhadores do campo sempre está em voga quando a palavra desenvolvimento aparece com mais vigor, como tem ocorrido também nos dias atuais.

Até a década de 1940, a produção canavieira limitava-se à região nordeste do país. Após a II Guerra Mundial, o estado de São Paulo iniciou a conversão de destilarias em usinas de açúcar, dando início assim a um novo período de ampliação da capacidade produtiva, às vezes, com a mão de obra vinda do processo de colonato²⁸, oriundo das

²⁸ O censo agrícola de 1940 agrupa os trabalhadores que moravam nas propriedades como colonos, termo utilizado nas plantações de café, porém em outras regiões, como as da cana de açúcar, eles eram conhecidos como moradores. Em 1950 estes trabalhadores desaparecem dos quadros estatísticos. De 1960 a 1980 a classificação passa a fazer referência a forma de remuneração (GARCIA JR, 1990). Hoje, uma das dificuldades na procura de estatísticas de referência da categoria cortador de cana é que ela se apresenta como forma de remuneração, aparecem como colaboradores, devido ao tipo de contrato de trabalho, no regime de colaboração.

terras cafeeiras. Com a crescente demanda do mercado interno e proximidade com o mercado consumidor diversas usinas são instaladas em São Paulo na década de 1950. Na década de 1960 o setor teve grande impulso produtivo no mercado internacional devido à exclusão das exportações do açúcar cubano no mercado norte-americano, São Paulo troca de fato o café pela cana.

Neste período, Igreja Católica estimula a sindicalização e disputa as bases com o PCB e as Ligas Camponesas (MEDEIROS, 2002). Em 1963, surge a CONTAG durante o governo João Goulart, que previa reformas de base. Este período foi marcado pela institucionalização dos direitos, onde o papel do Estado é legitimar as demandas que surgiam no meio rural, entre elas o regulamento do sindicalismo rural, dividido entre o sindicato dos trabalhadores e o patronal.

A promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, pela Lei nº 4.214 de 1964, foi uma tentativa do Presidente João Goulart de regulamentar “as relações do trabalho Rural”. Esta lei foi revogada em 1973, pela Lei nº 5.889 que regulou o trabalho rural. Com o golpe militar o estímulo de concentração de terras foi o ponto principal do desenvolvimento agrário e econômico do país, pois freava as questões políticas no campo durante a ditadura militar. (MENDONÇA, 2010). Várias monoculturas foram estimuladas, como o café, a soja e a cana de açúcar, resultando em efeitos socioeconômicos perversos presentes até hoje, aumentando ainda mais o êxodo rural e a exploração da força de trabalho assalariada no campo.

É no final desta década que surgem os primeiros guinchos mecânicos²⁹ nas usinas de açúcar, substituindo os carregadores que levavam a cana nas costas até os caminhões. (SILVA, 1998). É o início da mecanização do setor, realizando a substituição perversa da força de trabalho, gerando altos índices de desemprego, pois eram muitos trabalhadores que realizavam esta atividade.

Na década de 1970 o setor canavieiro se expandiu ainda mais e se modernizou, apesar de não haver qualquer mudança na estrutura fundiária. Em 1971 a lei

²⁹ “O sistema de feixes existiu até os finais da década de 1950. A cana crua cortada e enfeixada era transportada nas costas dos homens ou carros de bois até os vagões dos trens, que a levava para a usina. Os trabalhadores eram, em geral, residentes na propriedade. A partir de 1960, com a criação das usinas, a cana passa a ser queimada, os talhões aumentam de tamanho e o sistema por feixes vai declinando. Desaparece o trabalho das crianças que consistia em amarrar os feixes. No final dos anos 60, surgem os guinchos mecânicos que substituem os carregadores. Surgem, aí, os bituqueiros que recolhem as canas que caem dos caminhões ou aquelas que os guinchos não conseguem pegar. Hoje, os guinchos estão sendo substituídos pelas máquinas que cortam, picam e jogam a cana no caminhão.”(Silva, 1998). São as máquinas colheitadeiras, operadas por um pequeno número de trabalhadores, substituíram os cortadores de cana e os operadores de máquinas carregadeiras (guinchos).

complementar nº11 instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, executado pelo FUNRURAL. Foram criados os Programas de Racionalização e Apoio da Agroindústria Açucareira, Programa de Apoio à Indústria Açucareira e o Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar - Planalsucar, com o objetivo de renovar as pesquisas sobre as variedades de cana-de-açúcar disponíveis na produção sucroalcooleira do país. Com a crise do petróleo e queda do preço do açúcar no mercado internacional, é lançado o Programa Nacional do Alcool – Proálcool, visando o mercado interno e externo. As inovações tecnológicas não chegavam à lavoura e se inseriam somente na parte industrial das usinas.

Com as novas tecnologias inseridas no processo produtivo, o Proálcool se expande e torna o mercado seguro, permitindo não só a expansão da cultura canavieira como a sustentação econômica do setor até a primeira metade da década de 1980 (IAMAMOTO, 2001 apud SOARES, 2003). A partir da segunda metade desta década, o Proálcool entra em declínio, com redução de subsídios estatais devido à grande crise econômica no país. E se faz presente então um conflito de ideias e de disputas de lideranças na construção da identidade “empresarial” dos grandes proprietários de terra (MENDONÇA, 2010). Neste processo são redefinidos os canais de representação política e de reivindicações de vários atores sociais. O setor também se diversifica, produzindo ração, energia, adubo, etc., além de incorporar novas técnicas de cultivo e iniciando a mecanização da lavoura.

O aumento da demanda por trabalho assalariado durante as safras ocasionou um grande fluxo migratório, e muitos trabalhadores vinham do Vale do Jequitinhonha. Esta década é marcada por conflitos trabalhistas nas usinas paulistas, como a greve de Guariba, em 1984, onde a resposta patronal foi a mecanização do corte de cana queimada. Francisco Alves (2009) coloca que a mecanização foi um processo adiado pelos usineiros de acordo com seus interesses, mas já estava sendo implementada desde a década de 1970, quando os usineiros se viram diante da possibilidade de igualar os salários dos cortadores ao dos trabalhadores urbanos devido à falta de mão de obra (ALVES, 2009). Segundo este autor, a mecanização seguiu ao longo da expansão do setor e vem sendo utilizada de acordo com a situação apresentada tanto no plano econômico como no social.

Nesta década foi criado o MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra) no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, com o apoio da CPT

(Comissão Pastoral da Terra) pertencente à ala progressista da Igreja Católica. E surge em Goiás a UDR – União Democrática Ruralista, organizada inicialmente pelos pecuaristas do estado, excluídos do processo de “modernização” da agricultura, eram vistos como antiprodutivos e entravam no processo de desapropriação de suas terras (MENDONÇA, 2010).

Na década de 1990, o setor sucroalcooleiro investe na representação política-patronal, formando a bancada ruralista e ocupando o Congresso Nacional. E reorganiza sua produção, estabelecendo novas relações de trabalho e mercado. É o surgimento dos complexos agroindustriais, trazendo uma nova configuração para o campo: reforça a presença do trabalhador assalariado, que necessita ser “flexibilizado e capacitado”; aumenta consideravelmente a quantidade de propriedades na monocultura da cana com a criação de mais usinas; contribui ainda mais para a diminuição de pequenas propriedades, principalmente no Nordeste; reforça o processo migratório para áreas de grande produtividade agrícola; causa forte impacto ambiental; e insere novos produtos no mercado internacional, gerando novas bases de competitividade.

É inegável que o reposicionamento do agronegócio no setor alcooleiro provocou uma aceleração no tempo do processo produtivo, tanto do trabalhador e do uso de sua força física quanto no grande investimento em novos conhecimentos, técnicas, insumos químicos e biológicos, novas matizes genéticas etc. A cada processo inventivo consolidado gera-se uma inovação. Na cana-de-açúcar a inovação gerou “as melhores variedades, as mudas que melhor adaptam às diferentes regiões do país, os fertilizantes, o plantio, a colheitadeira, e seus meios de transporte.” (SOARES, 2003 p.15). O crescimento do setor foi “intermediado pelo uso de novas tecnologias e de novas formas de consumo da força de trabalho.” (idem, 2003). Porém, surge um novo perfil de trabalhador, que precisa atender ao aumento da produtividade e às expectativas da nova economia global, mais rápida e mais competitiva. Esse trabalhador tem que ser capacitado, multifuncional e polivalente (idem: ibidem, 2003). Aparecem, assim, as novas formas de flexibilização e desregulamentação do trabalho, causando desemprego e rotatividade no espaço físico produtivo. Richard Sennett (2008) coloca que tamanha flexibilidade e fragmentação têm efeitos nocivos no caráter, levando à degradação dos trabalhadores, onde os laços sociais rompem com o mundo do trabalho, perdendo a identidade do seu ofício, da sua importância como trabalhador, tratados como descartáveis.

Logo após a Conferência Eco 92³⁰ a discussão sobre a necessidade de mecanização do corte de cana foi retomada, mas não pelos usineiros. Ela vem em forma de reivindicação da sociedade civil solicitando o fim da queimada da cana que causa problemas ambientais e de saúde, tanto para os trabalhadores como para a população do entorno das usinas. Os usineiros responderam a essa reivindicação ameaçando com o desemprego de milhares de trabalhadores:

“Eles passam a utilizar esta premissa juntando duas questões que estavam separadas: uma era a necessidade de acabar com a queima de cana, que era reivindicado pela sociedade, a outra era o desemprego provocado pela mecanização do corte de cana crua. Colocando a questão nestes termos, os usineiros objetivavam: de um lado, conseguir novos financiamentos do Estado, para ultrapassar o período de baixa da atividade econômica, de outro, buscavam ganhar aliados e tempo, devido ao risco social que o fim da queima criava, suprimindo empregos.” (ALVES, 2009, p. 4).

Na primeira década do século 21, o etanol, novo nome técnico do álcool etílico comum, foi o produto que alocou os maiores investimentos no setor, gerando a sua expansão e colocando o Brasil em segundo lugar na produção mundial deste biocombustível. O Estado aumentou a subvenção do setor sucroalcooleiro, a bancada ruralista no Congresso Nacional se solidificou ainda mais e os alguns sindicatos e entidades de classe se tornaram parceiros nesta rentável jornada. E o trabalhador manual do corte de cana, fora da tríade estabelecida, seria visto em um futuro bem próximo como mero objeto de compromisso, e continuou sustentando os baixos custos desta produção, muitas vezes na condição de trabalhador escravo.

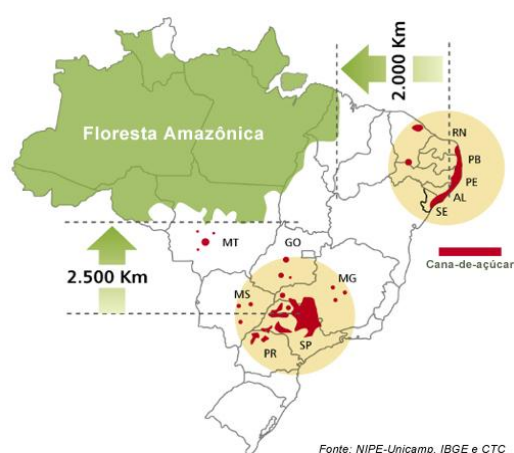
Em 2004, a discussão sobre mecanização volta à pauta com premissas ecológicas e de melhoria nas condições de trabalho, já visando o mercado europeu. Para os usineiros, a efetiva mecanização do corte soluciona a eliminação da queima da cana, o aumento das exportações de álcool e diminui os gastos com postos de trabalho. Este discurso é presente até os dias atuais, causando medo, submissão e deslocamento dos

³⁰ Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), foi realizada em junho de 1992 na cidade do Rio de Janeiro. A ideia principal do encontro era pensar e criar documentos para viabilizar o desenvolvimento sustentável como modelo de crescimento econômico.

trabalhadores para outros setores em expansão como a construção civil, também campeã em números do trabalho escravo.

3. 2 - O setor sucroalcooleiro hoje no Brasil e os cortadores de cana

Atualmente, as usinas de cana-de-açúcar, etanol e bioeletricidade no Brasil se concentram nas regiões Centro-Sul e Nordeste.



O Estado de Minas Gerais ocupa, por enquanto, a terceira colocação em número de usinas no país, concentrando 41 das 413 usinas espalhadas pelo território brasileiro. Depois vem Goiás, com 73 usinas, e a imbatível primeira colocação é de São Paulo, com 209 usinas³¹. Para garantir a oferta de etanol até 2020, o Brasil precisa construir mais 120 usinas, com investimentos de R\$ 156 bilhões, sendo R\$ 110 bilhões de aportes na área industrial e R\$ 46 bilhões na área agrícola. Com isso, aumentaria a moagem de 555 milhões de toneladas de cana na safra atual para (2011/12) para 1,2 bilhão de toneladas da matéria-prima em 2020.

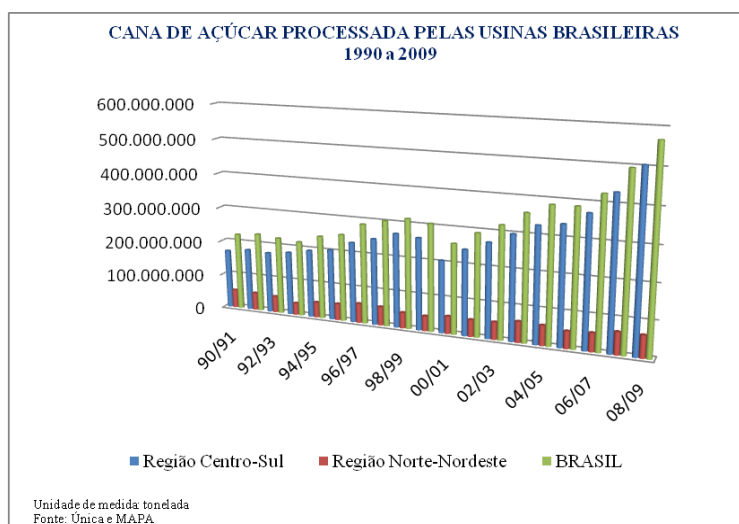
Os dados são da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (UNICA) e, segundo ela, o faturamento bruto anual do setor é de U\$ 23 bilhões com 845 mil empregos diretos. Em 2010, foram 595 bilhões de toneladas de produção de cana e 2011 foram 571 milhões de toneladas de cana, quase 8% menos em relação à safra passada. Contudo, o

³¹ Fonte: União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA) – julho de 2012.

que manteve o setor estável foi o preço da tonelada, que subiu cerca de 30% nesta safra. “A gente está conseguindo uma média de R\$ 67,00 por tonelada³²”. Enquanto o trabalhador manual recebe em torno de R\$ 50,00 em um dia de excelente produtividade cortando cerca de 10 a 12 toneladas de cana.

São números grandiosos para os usineiros e com o fim da queima controlada da palha da cana em áreas mecanizáveis previstas para 2014 em São Paulo, colhedoras mecânicas estão, gradativamente, substituindo o corte manual da cana-de-açúcar. Estima-se que 60% da área plantada neste estado já seja colhida mecanicamente.³³

O aumento de produtividade e lucro do setor sucroalcooleiro é exorbitante. O BNDES é um dos seus principais financiadores no país, e desde 2004 destinou R\$ 14 bilhões para as empresas do setor. No gráfico abaixo podemos acompanhar a evolução produtiva da cana-de-açúcar até a safra de 2009, época do Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar:



Para José Roberto Novaes (2009), este crescimento ocorreu devido às mudanças produtivas e a nova estrutura gerencial e administrativa das empresas, que visam maior eficiência e disciplina. O autor salienta que o aumento da produtividade intensificou a exploração e precarizou ainda mais as relações de trabalho. E conclui que não há, por parte dos usineiros, a intenção de eliminar totalmente o corte manual por vários

³² Fonte: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2012/01/setor-da-cana-tem-pior-desempenho-em-productividade-dos-ultimos-anos.html>

³³ Fonte: <http://www.reporterbrasil.org.br>

motivos: o baixo custo da mão de obra; as restrições tecnológicas; e as dificuldades no solo. Outro fator importante é o aumento de áreas destinadas à cana, principalmente em São Paulo, que cresce constantemente, levando ainda o corte manual. No Estado de São Paulo existem, aproximadamente, entre 180.000 e 250.000 trabalhadores no corte³⁴ de um total geral estimado em 400 mil.

A medição do corte de cana

Hoje, para medir a produção que um trabalhador manual realizou consiste em:

“[...]cortar toda a cana de um retângulo de seis metros de largura; o comprimento é a produção do cortador e será medido pelo apontador no final do dia. Esse retângulo é chamado pelos trabalhadores de eito e está contido no retângulo maior que é o talhão³⁵. (ALVES, 2009, p.17)

Além do corte, o trabalhador tem que realizar as seguintes atividades:

- 1) limpeza da cana
- 2) retirada da ponteira;
- 3) o transporte da cana cortada para a linha central do oito;
- 4) arrumação da cana depositada na terceira linha, na forma de esteira ou em montes separados um do outro por 1 metro de distância.

³⁴ Este número é impreciso, porque as usinas só contabilizam os trabalhadores formais, os terceirizados, temporários e os informais não são incluídos nas suas estatísticas.

³⁵ Talhão é a área onde é plantada a cana e esta é delimitada pelos carreadores, ou vias, onde trafegam os caminhões e as máquinas agrícolas. Em geral os talhões são retangulares, porque essa forma possibilita o melhor tráfego das máquinas e caminhões, mas, dependendo das condições do terreno, estes podem ser trapézios, losangos ou um outro polígono qualquer. Quando as usinas queimam a cana, os cortadores precisam eliminar a palha da cana depois de queimar. (ALVES, 2009)

Segundo Francisco Alves (2009) a medição do eito deveria ser em metros quadrados e não em metros lineares. A medição do eito em metros lineares é feita através de um compasso, com 2 metros de raio. O comprimento é multiplicado pelo valor do metro. Porém o valor do metro só será conhecido pelo trabalhador em seu salário no final do mês, após a transformação do valor da tonelada em valor do metro. Para a transformação do valor da tonelada em valor do metro linear, é realizado um complexo cálculo matemático, que só pode ser explicado se o objetivo for enganar os trabalhadores. É o moderno brasileiro encontrando o atrasado de sempre, prevalecendo as antigas práticas para enganar o trabalhador. Apesar de toda modernização do setor, para medir a produtividade do trabalhador ainda encontramos as formas mais rudimentares de pesagem e cálculo. Segundo Carlita da Costa³⁶, sindicalista da FERAESP:

“[...] A mecanização aumentou a escravidão, os trabalhadores não denunciam mais porque o número de vagas diminuiu consideravelmente, e a usina escolhe a melhor mão de obra pra ela. Embora com toda a mecanização ainda não foi desmontado o sistema de contagem da cana, onde os usineiros roubam deslavadamente, sem balanças informatizadas³⁷, não realizando controle de sistema de produção. O que se utiliza como cálculo é um caminhão completo de cana, que pode chegar de 18 a 26 toneladas de cana.[...]. Eu conheci um cortador que era chamado de “podão de ouro” e chegava a produzir 56 toneladas de cana por dia. Ele morreu no corte [...]”

O fim do pagamento por produção significa a substituição dessa cruel relação de trabalho por uma a qual os trabalhadores sejam remunerados através de salário. De acordo com os estudos de Ligia Sigaud nos anos setenta do século passado, a mudança de metro para tonelada já causava problemas entre os trabalhadores:

³⁶ Informação verbal no seminário de aulas no curso de Serviço Social para o MST na Escola de Serviço Social da UFRJ – junho de 2012

³⁷ Em apenas um sindicato no Estado de São Paulo, o Sindicato dos Empregados Rurais de Cosmópolis, o sistema de conversão de valor da tonelada de cana para valor do metro linear é realizado através do método do *talhão fechado*. Neste sistema o sindicato fiscaliza e participa da conversão, porque conquistou a instalação de um computador próprio junto a balança da usina.

“‘A tonelada está matando o povo’, ou então: ‘Porque o corte de cana... sabe quando é que os pobres brasileiros comiam um bocado? Quando cortavam cana por cento, que não tinha furto. Cortavam cana por cento, quando faziam o centinho deles já sabiam que tinham ganhado... (...) mas agora e se não for homem mesmo não faz o salário’. (...) O morador cortando, ele sabe se fez ou não. Agora, sendo por tonelada e não por cento, a avaliação do trabalho vai depender exclusivamente dos homens”. (SIGAUD, 1971, p. 39)

Os jovens cortadores de Jenipapo ao serem entrevistados disseram: *“eu só vou pro corte com a calculadora, eu não gosto de contar e ninguém me engana não.”* Outro afirmou *“o cálculo é muito difícil, atrapalha a gente. Eu num sei explicar, ô moça, pra você como faz direito, eu sei no final como fica, e é assim que fica.”*. O fiscal de mão de obra entrevistado disse que é uma regra de três. Outro jovem não sabe ao certo quanto lhe pagaram nos três meses que esteve no corte, só sabe que é por produção: *“quanto mais cortar o cara ganha. Quando faz mal feito manda embora, sem reclamar, faz cortar certo, é porque não dá renda, não dá renda pra usina.”*

O lucro das usinas e dos empreiteiros está relacionado também a esta forma cruel de medir, notoriamente realizada para ludibriar. O discurso da modernização do campo tem hora e espaço para ser utilizado, e não há nenhuma referência sobre salário fixo e mensal no Compromisso Nacional. Não há nada mais velho do que o moderno brasileiro.

Segundo Francisco Alves a colheita da cana-de-açúcar é dividida em três atividades: corte; carregamento e transporte. Na maioria das usinas brasileiras a mecanização incidiu primeiro sobre as duas últimas etapas. (ALVES, 2009). Assim, o corte mecanizado vem reduzindo drasticamente o número de trabalhadores e selecionando os melhores em termos produtivos. Como uma máquina realiza o trabalho de 80 pessoas, de cada 100 trabalhadores, apenas 20 serão selecionados e, talvez, requalificados. A UNICA lançou o programa RenovAção³⁸, que pretende requalificar,

³⁸ É um projeto que espelha bem a ideia de parcerias na cana-de-açúcar: a UNICA com suas associadas e a FERAESP, desenvolvido com o apoio das empresas John Deere, Case IH, Syngenta, Fundação Solidaridad, IVECO e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

por ano, sete mil trabalhadores de operações manuais do corte de cana e terá a participação de 123 usinas. Mas não disse quantos trabalhadores ficarão desempregados e qual será a política da empresa para eles e muito menos até onde a Previdência Social sustentará os gastos.

O perfil preferencial de contratação dos cortadores de cana pelas usinas é de jovens, do sexo masculino, a partir de 18 anos, onde a escolaridade para a realização deste trabalho não é uma exigência. Segundo a Síntese de Indicadores Sociais 2010 do IBGE, o aumento de escolaridade dos jovens brasileiros é dado importante, porém 32,8% dos jovens de 18 a 24 anos não completam a educação básica. E a população do campo ainda inclui um número considerável de analfabetos funcionais, de 15 ou mais anos de idade.

As mudanças produtivas no campo inserem novas tecnologias no setor sucroalcooleiro e exige mais uma vez do trabalhador escolaridade pertinente às inovações. Logo, o conhecimento escolar vem sendo valorizado e utilizado na seleção para ocupação de novos cargos nas usinas. Entretanto, a prioridade no corte manual da cana são os trabalhadores jovens, saudáveis e de boa conduta, independente de sua escolaridade. Para muitos deles, este é o primeiro emprego, cuja rotina extenuante transforma-os em possantes trabalhadores, com produtividade superior às máquinas. Encontramos diversas conceituações para atividade do cortador de cana, tais como “atletas” e “colaboradores rurais”. Na condição de “atletas”, os jovens cortadores são levados à exaustão no auge da sua produtividade física, sugados como a própria cana e privados de suas relações sociais e culturais. E as usinas os chamam de “colaboradores” para atenuar as relações conflituosas que se estabelecem através de contratos temporários de trabalho, sem vínculos contínuos e sujeito às leis, pois assim determina-se que não pertencem ao quadro permanente de funcionários e trabalham habitualmente ou alguma vez. No início da pesquisa achei que a palavra “colaborador” era apenas um eufemismo encontrado nos sites da ÚNICA e da COSAN. Ao acessar o site do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) verifiquei que colaborador é uma categoria trabalhista presente nos contratos temporários de trabalho.

3.2.1 Trabalho escravo nas usinas

As relações “flexíveis” e as condições apresentadas aos trabalhadores da cana dão continuidade a um problema histórico e social no Brasil: o trabalho escravo.

Ao ser perguntado se já tinha visto trabalho escravo, um cortador respondeu:

“Nós cortador já é escravo, a hora que tá cansado ali, você num guenta produzir mais, aí chega, ameaça, se não produzir mais corta a hora, isso é escravidão. Imagina três hora cortada três dia no mês? No final do mês num dá não, porque somo obrigado a produzir, mesmo não querendo. E nós é os último a receber, depois de todos os pessoal da usina, do escritório, do motorista. Ninguém liga pra gente não.”

Para receber o selo ambiental e de sustentabilidade, as usinas buscam a ideia chave de “Energia limpa e renovável”, essencial para entrada dos produtos da cana-de-açúcar no mercado internacional. E para os trabalhadores, a “energia limpa” se refere à saúde, com ausência de problemas físicos e doenças para serem contratados pelas usinas. Porém ela também se apresenta de modo sujo e descartável no que tange à mão de obra do corte, persistindo ainda o trabalho escravo.

Os dados do MTE sobre trabalho escravo em 2010, um ano após a realização do Compromisso Nacional, informam que em Goiás 95 trabalhadores foram libertados de uma usina e 126 em outra no Mato Grosso do Sul, onde também 78 trabalhadores foram libertados nas fazendas de soja e 95 na construção civil. A Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério Público do Trabalho divulgaram junto à Comissão Pastoral da Terra – CPT, que do ano de 2003 a 2010 o setor sucroalcooleiro acumulava 10.010 trabalhadores resgatados nas operações realizadas nas usinas.

São contínuas as maiores incidências de trabalho escravo neste setor, perdendo somente para a pecuária de acordo com as tabelas abaixo da CPT:

POR ATIVIDADE 2003 a 2011	CASOS	%	FISCALIZAÇÃO	%	ENVOLV.	%	LIBERT.	%
DESMATAMENTO	107	5%	74	5%	3131	5%	1877	5%
PECUÁRIA	1258	56%	716	48%	22334	38%	10883	29%
REFLORESTAMENTO	67	3%	65	4%	1122	2%	934	2%
EXTRATIVISMO	19	0,8%	14	0,9%	621	1,1%	393	1,0%
CANA	72	3%	66	4%	12401	21%	10495	28%
OUTRAS LAVOURAS	267	12%	212	14%	9920	17%	6720	18%
CARVÃO	234	10%	160	11%	4767	8%	2622	7%
MINERAÇÃO	27	1,2%	21	1,4%	624	1,1%	246	0,7%
OUTRO & n.i	196	9%	172	11%	4212	7%	3399	9%
TOTAL	2247	100%	1500	100%	59132	100%	37569	100%

POR ATIVIDADE 2011	CASOS	%	FISCALIZAÇÃO	%	ENVOLV.	%	LIBERT.	%
DESMATAMENTO	11	4%	9	4%	109	3%	55	2%
PECUÁRIA	96	39%	71	34%	920	21%	526	21%
REFLORESTAMENTO	17	7%	17	8%	208	5%	167	7%
EXTRATIVISMO VEGETAL	8	3%	7	3%	53	1%	18	1%
CANA	7	3%	6	3%	1.599	37%	485	19%
OUTRAS LAVOURAS	37	15%	31	15%	507	12%	361	14%
CARVÃO VEGETAL	34	14%	31	15%	339	8%	276	11%
MINERAÇÃO	4	2%	4	2%	85	2%	82	3%
OUTRO	35	14%	35	17%	528	12%	531	21%
TOTAL	249	100%	211	100%	4.348	100%	2.501	100%

Sub.total ATIVIDADES EXTRA-AGRICOLAS	39	16%	39	18%	609	4%	613	25%
Extração mineral	4	2%	4	2%	85	2%	82	3%
Construção civil	28	11%	28	13%	439	10%	446	18%
Confecção	5	2%	5	2%	81	2%	81	3%
Hotel/restaurante	2	1%	2	1%	4	0%	4	0%

LISTA SUJA POR ATIVIDADE (30/12/2011)	PROPRIETÁRIOS	LIBERTADOS	% PROPRIETÁRIOS	% LIBERTADOS
DESMATAMENTO	10	200	3,4%	2,2%
PECUÁRIA	131	3.317	44,3%	37,1%
REFLORESTAMENTO	25	355	8,4%	4,0%
EXTRATIVISMO	5	59	1,7%	0,7%
CANA	11	2.581	3,7%	28,9%
LAVOURA	38	1.210	12,8%	13,5%
CARVÃO	60	871	20,3%	9,7%
MINERAÇÃO	3	46	1,0%	0,5%
CONSTRUÇÃO CIVIL	11	231	3,7%	2,6%
OUTRO (comércio) & n.i	2	71	0,7%	0,8%
TOTAL (sendo 2 nomes repetidos)	296	8.941	100,0%	100,0%

Coleta e processamento : CPT, Campanha nacional contra o trabalho escravo – atualização: 10/05/2012

Na entrevista com o presidente do sindicato rural de Jenipapo, em janeiro de 2011, ficam evidentes as práticas de trabalho realizadas pelas usinas, como a situação descrita abaixo, envolvendo o filho dele:

“Eles (os jovens) têm o sindicato como um ponto de apoio, vamos dizer assim. Quando dá problema lá neles. Agora mesmo, esse ano, o meu filho, ele foi para o Mato Grosso. Foi uma turma, foi 31 rapazes, deslocou de Xinô³⁹ para Mato Grosso, da minha comunidade saiu 4, inclusive meu filho. Xinô é comunidade de Araçuaí, é mais pequeno do que a cidade aqui. Aí ficou numa situação, uns dias sem trabalhar, sem registrar. Eles tava num alojamento muito ruim de madeirinha, com uma telinha fininha, que separava e terminava no teto, tava numa situação difícil, comendo aquela comida que diz que hoje nem o cachorro quase num come. O lixo ficava lá 8 dias, eu nem gosto de falar isso, que faz até arrepiar o corpo da gente, mas que dava bicho no lixo que subia nas paredes. Aí meu filho ligou pra mim e perguntou: Ô pai, aqui tá de jeito... Mas meu filho aí não tem um sindicato pra ajudar vocês, não? Eu disse. Aí ele falou: eu tenho aqui, mas disse que o sindicato é comprado pela firma. E perguntei: mas não tem outro então, mais próximo? Ele disse que tinha lá o de Iturama (que fica em MG), que o sindicato lá ajuda muito a turma aqui. Então, eu disse: me passa o telefone deles, que eu vou ligar lá. Eu liguei lá no sindicato de Iturama, falei com o presidente que foi no mesmo dia com a funcionária deles. E foi lá entrevistou eles, filmou tudo o que tava acontecendo. E aí quando ele chegou ligou pra mim e disse : fui lá a coisa lá é difícil mesmo, o problema lá é sério, mas nós vamos resolver. Aí ele passou para o Ministério Público de Uberlândia, que foi lá e fez o levantamento de tudo, e com 5 dias eles arritirou essa turma de lá. Tinha 31 de Xinô e 31 de Porteirinha. Libertou este povo todo de lá. Ficaram lá quase 60 dias sem receber nada. Não tinham recebido nada. Tava quase como escravo, eles registrou depois que eu liguei e o Ministério Público foi lá, e o sindicato de Iturama também. Mas foi a força do Ministério Público, ao contrário eles iam ficar lá nesta situação, sem dinheiro pra vir embora. Eles pagaram R\$400,00 pelos dias trabalhados e indenizo eles com R\$ 2.000,00. Foi a força do Ministério público e sindicato de Iturama. Aí o ministério público fez eles trazerem todo mundo pra cidade deles, deu o ônibus pra trazer e pagar as despesa de estrada e os R\$2.400 ficou pra eles. Meu filho hoje está no Mato Grosso, disse que tá bom pra ele. Ele tá numa cidade chamada Três Lagoas, foi trabalhar na construção civil. Ele está com 22 anos e foi junto do irmão, que já está lá na construção, lá do Projeto Minha casa, minha vida. Ele gosta muito de trabalhar na terra, no caso, ele vai pra lá pra conseguir ganhar recurso pra trabalhar na terra.”

Mesmo assim, o Governo continua certificando as usinas afirmando que “melhoraram suas práticas trabalhistas”. Em junho deste ano cerca de 150 empresas deste setor receberam da presidente Dilma Rousseff um certificado de “boas práticas trabalhistas”, às vésperas da Rio+20⁴⁰, reafirmando o falso discurso de que o Brasil é um exemplo de país que concilia crescimento econômico, inclusão social e proteção ambiental. O selo de boas práticas trabalhistas foi lançado no momento em que o setor

³⁹ O nome oficial deste lugar é Engenheiro Schnoor.

⁴⁰ A Rio+20 aconteceu em junho deste ano após vinte anos de realização da ECO-92 e continuou tentando definir a agenda do desenvolvimento sustentável.

rural é pressionado pelo avanço da tramitação da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) do Trabalho Escravo. Aprovada pela Câmara e enviada ao Senado, a proposta de emenda constitucional prevê a expropriação de imóveis onde for flagrada a exploração de trabalho escravo.

A ÚNICA se posicionou através de seu porta-voz dizendo que é fundamental para o setor avançar na melhoria das condições de trabalho, disseminando as melhores práticas, pois não se pode defender a ilegalidade. Segundo ele, a maior parte do setor já vinha tratando isso com seriedade, mas sempre houve contestação por parte da comunidade internacional. A certificação para a ÚNICA é uma resposta do país, do governo e do setor produtivo de que se eliminará esse problema.⁴¹

Segundo o Relatório da ONG Repórter Brasil de maio de 2011, que apresenta dados relevantes sobre usinas que sofreram intervenção e não foram impedidas de exportar etanol, conclui que não há indícios de que os importadores, em sua maioria de europeus, estejam adotando concretamente o caminho da certificação quanto a padrões mínimos de sustentabilidade social e ambiental no processo produtivo de seus fornecedores. Ou seja, estão preocupados com a qualidade e preço do produto e não com o processo produtivo.

E atenta para um novo ator surgindo com força neste processo: os investidores estrangeiros e o capital internacional, como por exemplo, a Shell, investidora do Grupo COSAN, criaram a Raizen. Hoje 100 usinas estão sob o controle parcial ou total dos investidores estrangeiros, que também adotam práticas trabalhistas irregulares, desmatamento e invasão de áreas indígenas, reforçando o que de pior existe no cenário nacional. Embora haja esforços tanto na esfera pública, como na sociedade civil organizada para que essas práticas irregulares sejam extintas, principalmente no combate ao trabalho escravo, infelizmente ainda não impedem que ele aconteça.

No material de divulgação da Bonsucro⁴², sediada na Inglaterra, é informado que foi desenvolvido um sistema de certificação hoje reconhecido pela União Europeia (UE) para o cumprimento pelos países-membros da EU-RED (Diretiva da União Europeia

⁴¹ Fonte: Jornal Valor econômico - 12/06/12

⁴² A Bonsucro é uma associação *multi-stakeholder*, criada com o objetivo de reduzir os impactos ambientais e sociais da produção de cana-de-açúcar, através do desenvolvimento de um padrão, critérios de sustentabilidade e um programa de certificação para a indústria da cana.

Fonte: http://www.bonsucro.com/assets/Bonsucro_membership%20-%20V4-1_ptbr_3.pdf <http://www.ibd.com.br/pt/Bonsucro.aspx> - acesso em julho de 2012.

para a Promoção de Energias Renováveis⁴³) e desde de 2011, a UE só permite a importação de etanol que esteja de acordo com os critérios de sustentabilidade exigidos pela EU-RED. E uma das formas de cumprir a exigência é a obtenção da certificação Bonsucro. Doze grupos empresariais do setor sucroenergético brasileiro são membros da Bonsucro, inclusive a própria UNICA, que integra o comitê diretor da entidade. E neste material encontramos a seguinte frase “*Associação Bonsucro - Onde a sustentabilidade é igual a lucro.*” Enquanto existem problemas para medir corretamente a produção diária dos trabalhadores do corte, evidentemente ignorados pela Bonsucro, esta organização garante “o primeiro padrão métrico global para cana-de-açúcar” demonstrando através de impactos mensuráveis que a empresa apóia os direitos humanos e está preocupada em implementar práticas ambientalmente corretas. O padrão métrico sugerido por ela pode medir precisamente a pegada de carbono da empresa. É a calculadora de Emissões de Gás.

A política energética internacional tem a União Europeia e os Estados Unidos à frente do objetivo de reduzir a dependência ao petróleo. Mas para isto é preciso que este produto esteja isento de relações desfavoráveis. Começa então a história do **Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar**, onde os trabalhadores são mais uma vez uma peça descartável na corrida pelo lucro das exportações da cana.

3.2.2 - O Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar

O Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar é mais um instrumento de certificação do Governo Federal para viabilizar a imagem “sustentável” das práticas trabalhistas nas usinas, tendo como premissa a entrada do etanol no mercado internacional. Ele foi firmado com o objetivo de certificar socialmente as usinas que realizarem “boas práticas”, além de sinalizar o destino de milhares de cortadores de cana no Brasil afetados pela mecanização.

⁴³ É a principal peça normativa da União Europeia sobre combustíveis renováveis e foi lançada em maio de 2009, chamada Diretiva 2009/28/CE. Ela determina que, até 2020, o bloco alcance uma cota de 20% de energias renováveis no consumo final bruto de energia e cada país-membro atinja a meta mínima de uso de 10% de energia renovável no setor de transportes.

Em julho de 2004⁴⁴ um representante da UNICA foi ao Parlamento do Reino Unido e ao Partido Verde alemão tentar convencer os europeus de que o setor não praticava *dumping* social ou ambiental. E relatou: “Acham que a gente desmata a Amazônia e mantém escravos para produzir açúcar”. Nesse mesmo ano, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu o vice-chanceler e ministro do Exterior da Alemanha, Joschka Fischer, para tratar, entre outros assuntos, do comércio bilateral entre esses países. Nesse ano o Brasil registrou recorde de exportações para a Alemanha, de janeiro a agosto, o país exportou US\$ 2,7 bilhões para os alemães - 36% a mais em comparação com o mesmo período de 2003. As importações de produtos alemães cresceram 15,5% nos oito primeiros meses do ano, e somaram US\$ 3,2 bilhões.

Em visita ao Brasil em maio de 2008⁴⁵ a Chanceler Alemã deixou bem claro, falando não apenas em nome da Alemanha, mas da Comunidade Europeia, que a inclusão do álcool brasileiro à matriz energética alemã e europeia estava relacionada às melhorias prometidas pelo então presidente Lula em 2004 ao Partido Verde alemão, de que os produtores não utilizariam trabalho escravo e infantil, e não estenderiam as plantações e a pecuária para as terras de florestas, causando desmatamento na região amazônica.

Esta fala da Chanceler alemã espelha o esforço que o governo brasileiro e os usineiros vem fazendo para vender a ideia de sustentabilidade do setor sucroalcooleiro, afirmando que utiliza pouquíssima mão de obra migrante no corte manual. Para a UNICA somente 10% dos cortadores de cana é de migrantes. A Pastoral do Migrante, que faz a avaliação com base nos relatórios de seus núcleos espalhados pelos estados brasileiros, afirma que o número é bem maior, cerca de metade do contingente total.

Em 2009 o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar foi reconhecido em cartório pelo presidente Lula como um acordo tripartite entre o Governo Federal (com diversos ministérios), coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República; a FERAESP (Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo) e a CONTAG (Confederação Nacional

⁴⁴ Fonte Folha de São Paulo – 18/07/2004

⁴⁵ Renate Künast, representante do Partido Verde, em uma entrevista à influente revista alemã *Der Spiegel*, manifestou sua preocupação com o fato de Angela Merkel não ter debatido mais a fundo com Lula a questão do impacto ambiental da produção de etanol, preferindo aceitar a proposta de criar uma comissão binacional que vai avaliar esse impacto. Para ela o fato de Merkel ter acreditado que a criação de tal comissão levará a uma solução para o problema é enganação, pois criou uma comissão semelhante a que já foi criada cinco anos atrás sem obter resultados palpáveis. (Folha de SP – 20/05/2008)

dos Trabalhadores na Agricultura) representando os sindicatos rurais; e das empresas do setor sucroalcooleiro, representadas pela UNICA. A adesão das empresas é voluntária, sendo que até novembro de 2011, 237 usinas haviam aderido ao Compromisso. Em junho deste ano, 169 usinas foram agraciadas com o certificado de “empresa compromissada”, concedido pela Comissão Nacional de Diálogo e Avaliação do Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, que foi criada em novembro de 2010 e é coordenada pela Secretaria-Geral da Presidência, sendo representativa também nos três referidos setores. Entre as atribuições desta Comissão está a definição de critérios para implementar, acompanhar e avaliar os resultados do Compromisso Nacional, inclusive na contratação de auditoria independente para monitorar o cumprimento das práticas empresariais.

No caderno editado em 2009 pela Secretaria Geral da presidência da República (em três idiomas: português, inglês e espanhol), o então ministro Luiz Dulci previa que o Compromisso possibilitaria “vigoroso salto de qualidade nas condições e relações de trabalho do setor sucroalcooleiro”. E referendava que o Compromisso Nacional nos daria “a certeza de que as melhores práticas trabalhistas já existentes serão de fato universalizadas e novos direitos serão criados, modernizando em definitivo o setor e humanizando plenamente o trabalho canavieiro”. O que vem acontecendo para a melhoria das “boas práticas” é devido ao aumento da fiscalização do Ministério Público, aplicando multas e denunciando o trabalho escravo. Os novos direitos ficam à mercê da política de desenvolvimento que vem sendo aplicada.

O Compromisso Nacional tem 5 cláusulas abordando 18 temas: contrato de trabalho; saúde e segurança do trabalho; transparência na aferição da produção; alojamento; transporte; migração; escolaridade, qualificação e recolocação; remuneração; jornada de trabalho; alimentação; trabalho infantil e trabalho forçado; organização sindical e negociações coletivas; proteção ao desempregado, com atenção aos trabalhadores no corte manual no período da entressafra; responsabilidade sobre as condições de trabalho na cadeia produtiva; responsabilidade no desenvolvimento da comunidade; Programa de Assistência Social – PAS da atividade canavieira; trabalho por produção; trabalho decente e trabalho análogo ao escravo.

Destes temas o que é notícia são os certificados, pois os ganhos nas condições de trabalho são aplicação de leis trabalhistas que já existem e não são cumpridas pelas

empresas ou uma pequena regulamentação, mantendo as práticas anteriores. E as perdas são encaminhadas de acordo com a correlação de forças deste acordo tripartite.

Na primeira cláusula do Compromisso – **DO OBJETO**, diz: “O *Compromisso Nacional tem como objeto a cooperação entre os entes privados e públicos neste ato representados para viabilizar conjunto de ações destinadas a aperfeiçoar as condições de trabalho no cultivo manual da cana-de-açúcar, valorizando e disseminando práticas empresariais exemplares.*” Aperfeiçoar é trazer melhoramentos, elevar; essas ações não são praticadas com igual valor neste Compromisso, como veremos a seguir.

A definição de práticas empresariais exemplares é reforçada na cláusula segunda – **DAS PRÁTICAS EMPRESARIAIS**, onde ganhos consideráveis para o trabalhador são destacados, tais como a regulamentação de quem contrata no local de origem do trabalhador, com carteira de trabalho assinada, utilização do sistema público de emprego, ou seja, práticas conquistadas há muito tempo através da luta dos trabalhadores e não efetivadas. O agenciador ou “gato” tornou-se fiscal de mão de obra, que também será contratado temporariamente e a princípio não receberá mais a porcentagem sobre o salário dos cortadores indicados, recebendo diretamente da usina o seu salário. Esta pesquisa não verificou a perpetuação desta relação, apenas entrevistou um jovem fiscal de mão de obra. O que se coloca neste item está relacionado com leis trabalhistas já existentes e não colocadas em prática.

Um item polêmico nesta cláusula diz respeito à Transparência na aferição da produção, como já foi dito anteriormente, a pesagem ainda é realizada fora dos padrões de inovação e avanços tecnológicos tão preconizados pelas usinas. O uso da balança eletrônica aferindo com precisão a produção não se faz necessário para os principais atores do compromisso. Logo, foram mantidos os velhos métodos de contagem, de acordo com as normas constantes de convenções coletivas ou acordos coletivos de trabalho, afinal era preciso justificar a presença sindical na mesa. Assim, o que se manteve foram: metro, tonelada ou outros. A presença da palavra “outros” define o quanto ainda se pode lesar o trabalhador neste processo.

Porém, outros ganhos se revertem em situações perversas, como por exemplo, “*ter rigor no exame admissional, lançando mão de exames complementares sempre que o médico responsável entender necessário*”. Este item esteve na pauta de várias entrevistas com os jovens cortadores, descrevendo com tensão o medo de sobrar e não ser aceito para o trabalho nas usinas.

Com este exame muitos trabalhadores são excluídos da contratação, principalmente os mais velhos, por apresentarem doenças adquiridas durante o processo de trabalho, como a Doença de Chagas, que é transmitida pelo barbeiro, muito presente nos canaviais e causa sérios problemas cardíacos. As mortes nas usinas não são consideradas acidente de trabalho. O laudo de afastamento de trabalhadores com problemas diversos de saúde são caracterizados como auxílio doença. Outra situação é a idade dos trabalhadores, que se torna um item importante de contratação. Através do exame, as empresas podem escolher seus trabalhadores saudáveis e não contratar trabalhadores fora do perfil produtivo almejado. A saúde do trabalhador é totalmente verificada com uma série de exames (sangue, pressão arterial, corporal etc.). No exame demissional não há verificação da saúde do trabalhador, não importando os sintomas adquiridos na realização do trabalho, e o diagnóstico não é detalhado. E assim, exime a empresa de qualquer dano processual futuro. É uma contradição na aquisição de direitos; o que deveria favorecer ao trabalhador nas “práticas empresariais exemplares”, que é o exame médico, se transforma em instrumento de coerção legitimado pela ciência médica.

Outros itens são de fato curiosos, como o uso da marmita. No item VI – *Alimentação*, as empresas devem “*fornecer gratuitamente recipiente térmico – “marmita”* – que garanta condições de higiene e manutenção de temperatura.” Algumas empresas não garantem alimentação e esta foi uma discussão acalorada entre os setores envolvidos. Colocando o item como “muito dispendioso”, as empresas garantiram o desconto no salário do trabalhador. Bauman (2010) salienta que a luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho se transformou na luta contra o direito do empregador definir os limites e conteúdos da ordem no local de trabalho. E conclui que por fim, convoca-se a esfera pública para melhorar os efeitos de tais limites. Neste caso, as entidades sindicais que estavam na mesa de negociação não conseguiram negociar a favor de seus trabalhadores, provando a quem serve o Compromisso. E a esfera pública não se pronunciou, deixando o debate entre patrões e sindicalistas.

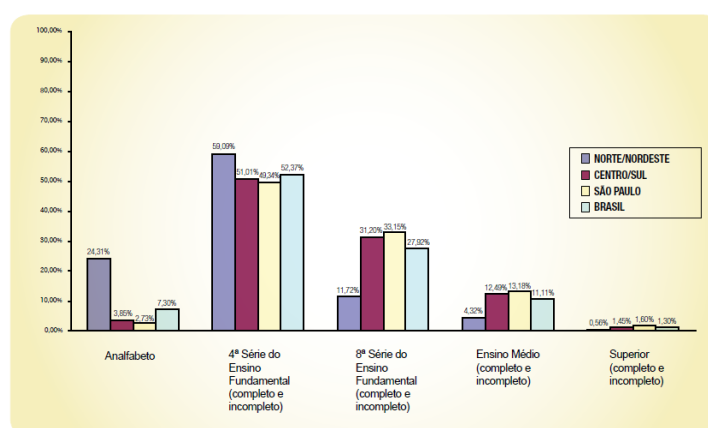
Na cláusula terceira: **DAS POLÍTICAS PÚBLICAS** encontramos a questão da escolaridade. O Governo Federal se comprometeu em apoiar e incentivar ações destinadas a alfabetizar e aumentar a escolaridade dos trabalhadores, além de qualificar e requalificar para eventual reinserção produtiva. E também “*fortalecer ações e serviços sociais para atividades sazonais do cultivo manual da cana-de-açúcar.*” A princípio

não fica claro o que será realizado e muito menos como e quando isto acontecerá e qual a obrigatoriedade da parceria, à medida que é voluntária. Muitos recursos foram destinados ao SENAR⁴⁶ (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) para que aulas de alfabetização fossem realizadas. Em 2010 foi lançado o Plano Nacional de Qualificação para o Setor Sucroalcooleiro, executada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Este Plano Nacional visava qualificar os trabalhadores do setor, empregados e desempregados, atingidos pela mecanização do corte. A meta era de qualificar mais de 25 mil trabalhadores através de diversos cursos com duração de 200 horas, oferecidos, principalmente pelo SENAI, requalificando para a construção civil.

Na cláusula quarta: **PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO E MONITORAMENTO**, é proposta a “Comissão Nacional de Diálogo e Avaliação do Compromisso Nacional” acompanhar, etc. E na quinta cláusula: **CONDIÇÕES GERAIS**, o Compromisso estabelece prazo de vigência por um período de dois anos, podendo ser prorrogado, o que será durante muitos anos, se mantiver as relações favoráveis com os usineiros.

Na tabela abaixo podemos constatar os níveis de escolaridade utilizados como referência durante as mesas de discussão do Compromisso:

Empregados no cultivo de cana-de-açúcar por escolaridade (2007)



Fonte: RAIS - CGET/DES/SPPE/MTE

⁴⁶ O SENAR foi criado em 1991 com o objetivo de organizar, administrar e executar, em todo o território nacional, a Formação Profissional Rural de jovens e adultos do meio rural. Ele é mantido pela classe patronal rural, vinculado à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA e dirigido por um Conselho Deliberativo Tripartite, integrado por representantes do governo, da classe patronal rural e da classe trabalhadora.
Fonte: <http://www.senar.org.br/atividades/download/cartilhaconhecendoosENAR.pdf>

Os itens relativos à escolaridade se relacionam com diversas políticas públicas já existentes como Educação do Campo; PRONERA; Programa Brasil Alfabetizado; Escola Ativa e o Pró-Jovem Campo. Contudo, o acesso a estas políticas nos locais de trabalho ou nos municípios de origem dos cortadores não se tornou realidade, pois o tempo da safra não é o mesmo da escola. Para estudar é necessário tempo e garantias de que não haverá perdas econômicas. Ao trabalhar por produção o trabalhador do corte não pode dispor deste tempo porque terá seu salário reduzido. A solução seria ganhar dignamente um salário mensal e assim garantir a sua escolaridade. Mas as “boas práticas” previstas neste Compromisso não podem viver sem o lucro exorbitante ganho neste processo produtivo de trabalho. Em momento algum do Compromisso o salário fixo aparece como condição de trabalho decente, favorecendo o aumento de escolaridade.

É importante salientar a estratégia da ÚNICA ao colocar em sua direção recentemente Pedro Parente, que durante os mandatos de Fernando Henrique Cardoso foi chefe da Casa Civil da Presidência da República, ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e secretário executivo do Ministério da Fazenda, e foi responsável pela privatização dos bancos dos estados e do setor de energia elétrica. Como ele mesmo afirma, conhece a máquina pública de perto, e sabe conciliar parcerias de modo favorável à novos investimentos no setor. A sua meta é validar a visão do etanol como combustível e não como produto agrícola, para melhor competir nos mercados, principalmente no interno onde disputa com o petróleo. Ao retirar a ideia de produto agrícola, se distancia ainda mais da força de trabalho de quem produz este combustível: os jovens cortadores de cana.

A agricultura brasileira e de outros países da América Latina vivenciam hoje o domínio e expansão do agronegócio, com concentração de terras e capital internacional. As parcerias não são apenas público e privado, mas também a Shell e Cosan, que compram novas usinas, expulsam famílias inteiras do campo; outras plantam soja em larga escala, danificam o solo e colocam gado nas florestas tropicais. Esta lógica permite o pagamento da dívida externa através destes produtos e vem mantendo este modelo de desenvolvimento agrário no Brasil. O que vem sendo destinado à agricultura familiar, trabalhadores assalariados e reforma agrária não sustenta nenhum processo de mudança e transformação diante desta lógica.

Outro fator relevante é a utilização dos recursos hídricos. Enquanto falta água nas comunidades rurais de Jenipapo, para produzir um quilo de cana voltada para o etanol são necessários 600 litros de água. Segundo o artigo de Gilberto Dupas⁴⁷ citado por Maria Aparecida de Moraes Silva (2008)

“a importação de grãos, carne, etanol, ou seja, alimentos e produtos industrializados, pelos países ricos é uma forma encontrada para minimizar o déficit hídrico que possuem, enquanto os países da América do Sul, ricos em água, não tomaram consciência do futuro problema que terão em torno da sua escassez.”

O que se observa é que o cumprimento do Compromisso Nacional está relacionado a esta lógica de desenvolvimento. E busca de um selo de qualidade como prerrogativa para se manter no mercado internacional. A massa de trabalhadores desempregados que vem se deslocando para os grandes centros para exercerem atividades na construção civil ou em outras culturas agrícolas, darão continuidade à migração.

Segundo a análise MTE, o mercado de trabalho formal brasileiro caracteriza-se por uma forte flexibilidade contratual. E cerca de 2/3 dos vínculos são desligados antes de atingirem um ano de trabalho.

Como podemos observar na tabela abaixo:

Taxa de Rotatividade no mercado formal brasileiro

Setores de Atividade Econômica: 2007-2009

Atividade	2007	2008	2009
Construção civil	83,4	92,2	86,2
Agricultura, Silvicultura, Criação de animais e Extrativismo vegetal	79,9	78,6	74,4

⁴⁷ Publicado em 19/01/2008 no jornal O Estado de São Paulo

*Fonte: RAIS (tem). As taxas foram calculadas entre o mínimo de admitidos ou desligados e dividido pelo estoque médio (estoque do ano somado com o estoque do ano anterior dividido por dois).** Excluídas as transferências, aposentadorias, falecimentos e desligamentos voluntários.

Na RAIS 2010 foi verificado que o emprego formal se expandiu nos sete setores de atividade econômica. O único setor que apresentou queda foi a Agricultura (-18.052 postos ou -1,26%) devido às atividades ligadas ao cultivo de laranja e cana-de-açúcar.

O tempo médio do emprego formal é de, aproximadamente, apenas quatro anos. As taxas de rotatividade são abusivas e os trabalhadores, “requalificados” para novas frentes durante a mecanização poderão serão contemplados com as tão alusivas melhorias através de novos contratos temporários e flexíveis. Celso Furtado sempre apontou que o crescimento econômico e aumento do Produto Interno Bruto (PIB) não se reverterem automaticamente em desenvolvimento social.

Segundo Francisco de Oliveira (2006), no desenvolvimento econômico brasileiro acontece uma simbiose, uma organicidade, uma unidade de contrários quando “atrasado” e “moderno” não estão em oposição, mas um se alimenta do outro “(...) introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo.” (2006, p.60). Esta é a lógica da atual expansão da agroindústria canavieira, que exalta modernidade com relações precárias de trabalho e destruição ambiental.

E diante das transformações, é exigida a qualificação do trabalhador ao mesmo tempo em que se intensifica e explora até as últimas consequências a força de trabalho. Segundo Marcelo Badaró (2012):

“As marcas mais visíveis de um quadro geral de precarização das relações de trabalho são: o emprego de um número cada vez maior de mulheres com salários inferiores aos pagos aos homens nas mesmas posições no mercado de trabalho; as formas de contratação temporária ou por tempo parcial, muitas vezes autorizadas por reformas neoliberais da legislação trabalhista; os processos de “terceirização”; o crescimento do trabalho “informal”; e, principalmente, a elevação generalizada das taxas de desemprego aberto.” (Beynon, 1995, p. 16 apud Badaró, pag. 111).

Graça Rua coloca que a segunda fase de uma política pública é a sua formulação:

“A decisão é sempre política. Por mais imbuída que esteja de visões ideais acerca do que seria uma “boa sociedade” ou do que seria “justo”, ou por mais informada que esteja por considerações técnicas. Nesta fase, naturalmente, cada um dos atores exibe suas preferências e seus recursos de poder e se envolve numa disputa mais ou menos acirrada, marcada por conflitos e alianças, em busca da adoção da alternativa que seja mais satisfatória aos seus interesses. (RUA, 1998)

E foi exatamente o que aconteceu no processo de construção do Compromisso Nacional, onde os atores patronais exibiram o seu poder, o Governo Federal o referendou baseado em divisas internacionais e os trabalhadores continuaram o seu caminho buscando dias melhores e mais justos nesta realidade contraditória, onde parece não existir mais conflitos no campo e muito menos com os trabalhadores. O custo destas parcerias é alto e se manifesta nas mortes dos trabalhadores, na terra invadida pelo latifúndio, no desemprego e na migração forçada, na perpetuação do trabalho escravo.

Uma alternativa que se quer foi pautada no Compromisso Nacional é quanto ao uso da terra dos grandes latifúndios. Francisco Alves (2009) sugere que essas terras não utilizadas pelas usinas após a mecanização, por exemplo, por conta das limitações que o tipo de relevo⁴⁸ impõe, deveriam ser convertidas em áreas de reservas ecológicas e também utilizadas para assentamentos de reforma agrária, o que seria em torno de “um milhão de hectares assentando cerca de 30.000 famílias (considerando um módulo rural médio de 30 hectares). Em um lote deste tamanho cria-se, pelo menos, 2,5 empregos diretos, o que poderá gerar 75.000 novos postos de trabalho.” Isto estabeleceria uma parceria efetiva, com ganhos para todos os atores envolvidos e não apenas um jogo de interesses, com vencedores marcados.

As tabelas abaixo mostram o enorme crescimento do setor sucroalcooleiro e o quantitativo recente (2010) de trabalhadores empregados neste setor por região, destacando o Estado de São Paulo com o maior índice de empregabilidade no cultivo da cana de açúcar, ou seja, no corte manual. Demonstrando que a mecanização não se desfaz deste trabalho tão lucrativo.

⁴⁸ Declividade superior a 12%; existência de acidentes pedológicos (buracos, pedras e vossorocas) e existência de limitações à regularidade e comprimento dos talhões, impostas por cercas, cursos d’água, etc. (ALVES, 2009)

EMPREGADOS NO SETOR SUCROALCOOLEIRO (*) 2010								
Região	Cultivo de cana-de-açúcar		Fabricação de açúcar		Fabricação de álcool		TOTAL	
Norte / Nordeste	94.153	22,41	242.205	44,14	47.759	22,41	384.117	32,50
Centro Sul	125.367	29,85	102.088	18,61	107.463	50,43	334.918	28,34
São Paulo	200.540	47,74	204385	37,25	57886	27,16	462.811	39,16
Total	420.060	100,00	548.678	100,00	213.108	100,00	1.181.846	100,00

Fonte: RAIS/2010 - MTE

(*) - Compreende vínculos ativos em 31/12 e inativos

EMPREGADOS NO SETOR SUCROALCOOLEIRO*				
BRASIL - 2000 a 2010				
Ano	Cultivo da Cana-de-Açúcar	Fabricação de Açúcar	Produção de Álcool	Total
2000	356.986	217.724	68.138	642.848
2001	400.326	268.437	67.127	735.890
2002	367.620	301.873	95.100	764.593
2003	382.668	346.814	101.580	831.062
2004	388.121	405.490	107.157	900.768
2005	414.668	439.573	128.363	982.604
2006	459.710	477.435	176.949	1.114.094
2007	497.670	572.289	190.894	1.260.853
2008	481.662	575.200	226.513	1.283.375
2009	425.027	574.048	213.317	1.212.392
2010	420.060	548.678	213.108	1.181.846

Fonte: RAIS - MTE

* Compreende vínculos ativos em 31/12 e inativos

E se instala a pergunta dos trabalhadores do corte: “Quem precisa de mim?”.

E. P.Thompson (1987) ao estudar a formação da classe operária identificou a importância do ofício, mesmo entre os trabalhadores menos favorecidos e desempregados, que se afirmavam enquanto tecelões, metalúrgicos ou camponeses. Hoje, para se tornar um trabalhador do corte de cana é preciso apresentar as qualidades exigidas para tal: o bom uso do facão, a produtividade pela força física e a conduta ilibada. Com o tempo, o trabalhador se especializa neste ofício se identificando como cortador. Hoje ele é, em sua maioria jovem, e vai adquirindo experiência, muitas vezes é o seu primeiro emprego com carteira assinada. Ao longo de 5 ou 6 safras, este trabalhador está fisicamente destruído devido as metas de produtividade que teve que alcançar. Diante desta condição física ele está fora do mercado, não serve mais para este ofício. Este trabalhador qualificado se torna desqualificado e, portanto desempregado.

As políticas públicas para estes trabalhadores, em consonância com as usinas e sindicatos, colocam que para resolver esta situação há necessidade de requalificá-los e inseri-los em novas frentes de trabalho, sem vínculos com o seu ofício anterior de cortador e muito menos com sua tradição rural, com grandes possibilidades de novas desqualificações. O que se apresenta como saída é a ida para usinas bem distantes no

centro-oeste do país, longe das “boas práticas” e muito perto da escravidão. A dinâmica apresentada para esta classe vem desqualificando o ofício do facão, com interesses na manutenção das relações precárias de trabalho devido à grande demanda de jovens disponíveis, e vem camuflando através da ideia de absorvê-los em novos postos da usina, exigindo qualificação e produção em um tempo acelerado, ignorando a maneira como os jovens vivenciam suas experiências de vida e trabalho.

O Compromisso da Cana não resolve absolutamente nada para os trabalhadores. A única preocupação é não sujar a imagem das empresas, servindo de cenário para referendar as “boas práticas” através de concessão do Selo de Reconhecimento.

Em março deste ano aconteceu a “Primeira Mobilização Nacional dos Assalariados e Assalariadas Rurais”, organizada pela CONTAG, veio cobrar os direitos previstos em leis e mudanças na política agrícola do país que se baseia no latifúndio, na mecanização desordenada, no uso de agrotóxicos e sementes geneticamente modificadas, e não tem se pautado pela geração de emprego de qualidade⁴⁹. Os objetivos desta manifestação vêm mais uma vez colocar em pauta a necessidade de ações mais contundentes e eficazes no cumprimento das leis. A PEC do Trabalho Escravo é um bom exemplo, tramitando desde 2001, somente agora chega ao Senado, e seu objetivo maior é o cumprimento das leis já existentes, e poderíamos dizer desde 1888. O que está em jogo é vontade política acima de forças políticas na construção de uma sociedade mais justa.

Este ano foi firmado também o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Indústria da Construção, é mais um selo prevendo a imagem das “boas práticas” nos eventos esportivos internacionais com o objetivo de aprimorar as condições de trabalho (decente, palavra que falta), nos canteiros de obras do país. Ele também é baseado em parcerias no modelo tripartite, com a participação dos sindicatos. É mais elaborado, com 11 cláusulas, que falam de trabalho, comunidade, sindicato, escolaridade etc. É a prova de que para os trabalhadores rurais não precisa elaborar muito para manter o *status quo*.

⁴⁹ Fonte: <http://www.trabalhoescravo.org.br/noticia/43>

3.3 Juventude, trabalho e processos formativos

Hoje a questão do trabalho para jovens faz parte da agenda política e pública brasileira e internacional. A OIT em 2007 publicou o texto “Trabalho Decente e Juventude na América Latina”, destacando a temática do emprego juvenil como prioridade da Agenda Hemisférica para a promoção do trabalho decente, na busca do desenvolvimento socioeconômico com equidade (FALEIROS, 2008). Neste documento é colocado que a juventude latino-americana dispõe de “melhores condições de educação de que seus antepassados, mas com enormes desafios para integrar-se no mundo do trabalho.” (FALEIROS, 2008, p. 66)

A I e II Conferência Nacional da Juventude (Brasil) em 2008 e 2011, respectivamente, tiveram a categoria trabalho como um dos temas relevantes, referendando as convenções da OIT.

A questão do trabalho às vezes é colocada como “crise do trabalho”, mas na verdade é necessário perceber que este discurso não analisa as mudanças no processo de produção, que acelera a produtividade, estimula a terceirização e insere novas formas de gestão por resultado e tempo, ampliando as desigualdades.

E coloca a juventude diante de questões complexas, onde se apresentam posturas, definições e escolhas tais como diz Faleiros:

“trabalhar e/ou estudar, morar na casa dos pais ou ter a sua própria casa, entrar numa gangue ou num grupo religioso, morar junto com alguém ou morar só, estar empregado ou autônomo, migrar ou ficar no território conhecido, definir sua vida profissional entre várias carreiras. Esses dilemas são próprios da juventude, mas condicionados pelos campos, dispositivos e disposições das forças em presença, pois as possibilidades e oportunidades não estão abertas igualmente a todas e todos.” (2008, p.65-66)

As desigualdades estão presentes em vários espaços e se articulam mais dos que as políticas públicas apresentadas. A desigualdade de renda se manifesta também como de cor, gênero, território etc. e reforça preconceitos e exclusão.

Considerando que a taxa de desemprego entre jovens hoje é três vezes maior que entre adultos e que apesar do aumento de escolaridade o mundo do trabalho não está garantido, as alternativas oferecidas para os jovens cortadores de cana não podem se

limitar a construção civil ou usinas em locais bem distantes no país, longe do trabalho decente.

Que política pública se apresenta para garantir a todos esses jovens condições equânimes de inserção no mundo do trabalho e na escola tanto nos municípios de origem como em outros ofícios? O que está em crise não é o trabalho, mas a forma capitalista de trabalho assalariado, principalmente nas condições apresentadas aos trabalhadores assalariados do campo.

Para a classe trabalhadora brasileira, aprender um ofício na maioria das vezes significa aprender fazendo, na prática. É necessário que os processos formativos sejam integrados à qualificação profissional, oferecendo diferentes possibilidades, diante de novas realidades. Para os jovens e adultos trabalhadores a experiência escolar e formativa tem que ter sentido e significado e responder tanto as necessidades imediatas como a formação cidadã. O fato dos jovens cortadores necessitarem de inserção escolar sazonal, por múltiplas razões, torna necessário um sistema de formação que atenda e contemple de forma diferenciada esta demanda, assegurando uma formação de qualidade.

É uma questão complexa, pois além de criar espaços que contemplem formação, buscando qualidade dentro de uma situação de sazonalidade, não deveriam se desvincular das políticas de EJA, pois os seus sujeitos vivenciam esta situação enquanto trabalhadores de diferentes ofícios.

E como coloca Frigotto (2005):

“a educação adquire um sentido instrumental, inclusive devido ao fetiche com que é tratada, ao se conferir a ela um poder sobre-real de possibilitar a permanência das pessoas no mercado de trabalho. É como se expressa o mito da “empregabilidade””. A idéia de que os pobres são pobres porque não têm boa escolaridade, quando, ao contrário, eles têm uma precária escolaridade exatamente porque são pobres. Da mesma forma, induz-se à idéia de que ter ou não ter emprego ou um bom emprego depende exclusivamente da escolaridade, mascarando, portanto, as relações sociais geradoras do desemprego estrutural, do subemprego, das atividades precarizadas e da desregulamentação das relações de trabalho. (63-71).

Entrar e sair da escola de forma sazonal não deve ser avaliado de forma moral por professores e responsáveis por processos formais educativos, não valorizando a possibilidade de retorno dos alunos trabalhadores.

Os jovens cortadores que estudam em licenciaturas em Educação Física e Biologia, por exemplo, pretendem ingressar definitivamente no magistério e não voltar para o corte. As entradas e saídas dos seus cursos superiores ocorrem de acordo com o tempo marcado pelo trabalho. Alunos de EJA vivenciam a mesma situação quando a escola cabe em seus projetos de vida.

Foram encontrados quatro casos de estudantes universitários cortadores de cana, o que não é uma realidade comum e nem condizente com a maioria dos jovens presentes nas usinas. Mas, não deixa de ser real e não se trata de exaltar pela meritocracia as trajetórias destes jovens, os colocando como “esforçados”. Porém, seria importante pensar políticas específicas que atendam esta realidade, que com o aumento de escolaridade pode ser mais presente do que foi relatado.

A tônica moral também incide nos alunos que vão para o corte como sendo consumistas, precipitados, sem gosto pelos estudos etc. A realidade do mundo do trabalho e de ser uma opção, ou melhor, falta de opção não foi colocada pelos alunos.

É preciso, então, que as políticas de educação para esta demanda não ignorem essa realidade e proporcionem condições de inserção e valorização desses jovens. “Para isto, entretanto, são necessárias políticas públicas que integrem formação, certificação, orientação e inserção profissional.” (idem)

Cap. 4 – Os caminhos da escola - passos e descompassos

4.1 - Breve histórico da educação rural no Brasil

A educação rural no Brasil, ao longo de sua história, foi direcionada para ser *instrução*, ou seja, era vista como necessária para responder aos interesses do trabalho, principalmente para os que se beneficiam da exploração da mão de obra dos trabalhadores do campo.

O processo tardio de escolarização no país, principalmente no campo, se deve a múltiplas questões. Do período colonial até 1930, o Brasil centrou sua atividade econômica na produção de produtos primários para exportação: a cana-de-açúcar, o ouro e o café. Até o Segundo Império, a mão de obra era escrava, negra, indígena, mestiça e pobre, não havendo nenhuma necessidade de educação para esta população por parte do Estado e nem da classe dominante. Para o trabalho na terra não era preciso o conhecimento das primeiras letras e muito menos dos números. Em 1850, é proibido tráfico de escravos, com a **Lei Eusébio de Queiroz** e é instalada a Lei de Terras. Esta lei proibia a compra de terras por quem não possuísse propriedades. Era uma lei perversa, que forçou os trabalhadores livres e imigrantes - chegados a substituir a mão de obra escrava no café.

“Henrique Handelman, em seu Relatório ao Príncipe Adalberto da Prússia, em 1859, denunciava a existência de *"grande massa de povo sem propriedades"*, e não se referia à massa dos escravos.” (GADELHA, 2010).

Em um país eminentemente agrícola, onde a posse seria o meio mais viável da ocupação da terra para a subsistência do trabalhador livre e não proprietário, a opção do Estado foi a de preservar a estrutura fundiária vigente. Em 1854, o Decreto nº 1.318 reforça esta política, regulamentando a Lei de Terras e legitimando a propriedade. Assim, são separadas “as terras de domínio público das dos particulares, apressando a expulsão dos pequenos posseiros, revelando-se, por excelência, o instrumento de concentração da propriedade” (GADELHA, 2010). Com isto, teremos a manutenção do sistema de latifúndio, elemento presente em nossa estrutura agrária até os dias de hoje.

No final da década de 1860, o debate acerca da importância da instrução pública através da organização de um sistema nacional de ensino cresceu e se estendeu até a Primeira República. A grande questão era a substituição da mão de obra escrava pelo

trabalho livre. E a educação seria o caminho para a formação do novo trabalhador, cabendo a ela assegurar que esta transição se realizasse de maneira segura, sem prejuízos aos proprietários de terra. Neste período surgem as escolas agrícolas, também chamadas de fazendas-escolas ou colônias agrícolas. Estas escolas destinavam-se à absorção de crianças negras nascidas na Lei do Ventre Livre e órfãos. Esta Lei gerou novos conflitos entre escravos e seus senhores, pois pressupunha expectativas de liberdade; era uma época de crescente tensão social. Mas com a chegada dos imigrantes, em 1870, estas escolas já não eram mais necessárias para a formação do trabalhador assalariado.

Com a Lei Saraiva, de 1881, incorporada à Constituição Federal de 1891, foi excluído o voto do analfabeto, tornando-se eleitores e candidatos apenas os letrados e não somente pelo critério de renda, como ocorria anteriormente. Para Rui Barbosa, esta medida estimularia o interesse da população pela instrução e por sua vez os governos criariam mais escolas. José Bonifácio se manifestava contrário a esta lei, pois entendia que ela reduzia o eleitorado a uma pequena minoria da população do país (SAVIANNI, 2008), distorcendo e aristocratizando o processo eleitoral. A instrução não era a princípio a necessidade primordial da população do campo, sendo ela a maior parte da população brasileira no período e analfabeta. Com esta lei, a escolarização passa a se tornar critério de ascensão social e o analfabetismo passa a ser associado à incapacidade e à incompetência.

Nas constituições de 1824 e 1891 não foi feita qualquer menção a respeito da educação rural. Até o final do século XIX ainda era difícil pensar um sistema nacional de ensino devido às condições materiais, com os poucos recursos destinados à educação. Em 1892, o Estado determinava apenas 1,99% para essa área, enquanto 20,86% eram designados às despesas militares. Outro fator relevante estava no pensamento político pedagógico, que via o Estado como um obstáculo para a propagação das ideias positivistas e liberais. “Assim, o caminho da implantação dos respectivos sistemas nacionais de ensino, por meio do qual os principais países do Ocidente lograram universalizar o ensino fundamental e erradicar o analfabetismo, não foi trilhado pelo Brasil” (SAVIANNI, 2008 p. 168) “O censo de 1890 informava a existência de 85,21% de iletrados na população total” (Paiva, 1983). Na última década do século XIX, 84% da população era de analfabetos e o Estado centralizador e imperial “se recusava a aceitar seu protagonismo no desenvolvimento da sociedade” (idem) mesmo em vias de um

processo de “modernização”. E como aponta Demerval Savianni, “as conseqüências deste fato projetam-se ainda hoje, deixando-nos um legado de agudas deficiências no que se refere ao atendimento das necessidades educacionais do conjunto da população” (ibdem).

Em 1889, instala-se a República, e com ela todas as mazelas sociais que perduram até hoje. No final do Segundo Império, mesmo com toda centralização, a instrução estava descentralizada. Com a República, que já nasce descentralizada, a instrução popular se mantém no mesmo patamar, o Estado continuou se ausentando de tal questão, permanecendo distante. A escola era destinada à elite, o povo não era contemplado e os recursos destinados à educação continuavam escassos. Entretanto, na política educacional da “*República educadora*”, não havia programas específicos destinados à escolarização no meio rural.

No campo, destacavam-se os movimentos contrários à ideia de República. Os messiânicos, como Canudos (1896 e 1897) no nordeste e o Contestado no sul (1911-1915), marcados pelo descaso e abandono do Estado e pela luta da terra. E também a Colônia Cecília, uma experiência anarquista, em 1890 no município de Palmeira, no Paraná.

Na década de 20, novas forças e camadas sociais aparecem no cenário brasileiro, com a inserção de valores urbano-industriais, provocando novos padrões de comportamento. O Movimento Modernista, tendo a *Semana de 22* como marco inicial, reflete bem o anseio de rompimento com o tradicionalismo cultural, e volta-se para a valorização das questões nacionais, do local. Nas décadas seguintes, ficará muito evidente esta valorização; um belo exemplo é a pintura de Portinari, que mostra de maneira incisiva a realidade do campo.



Retirantes - 1944 – Cândido Portinari

E para a escola era destinado o papel de transformar indivíduos em cidadãos, o que foi chamado de “entusiasmo pela educação” por Jorge Nagle. Era o surgimento das ideias liberais e democráticas da Escola Nova, representadas por intelectuais presentes na política educacional nacional: Sampaio Dória, Mario Casassanta, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Anísio Teixeira. As tentativas de reforma do ensino realizadas nos estados por estes intelectuais influenciaram o governo Vargas na composição de um sistema educacional mais estruturado.

Em 1924 é criada a Associação Brasileira de Educação - ABE, reunindo vários intelectuais que defendiam novas ideias pedagógicas. E também é criado o Centro Dom Vidal, visando “organizar” os intelectuais católicos, assim como os leigos na Ação Católica Brasileira – ACB. Os anarquistas e comunistas também estão presentes neste momento. Em 1922 é fundado o Partido Comunista Brasileiro, que entrou na ilegalidade no mesmo ano que nasceu. Então, o PCB cria o Bloco Operário Camponês - BOC, para ser o seu fluxo de legalidade. O BOC tinha como uma das suas principais bandeiras o ensino público obrigatório e gratuito e também o ensino profissional.

Encontramos neste momento o começo do “ruralismo pedagógico”, que preconizava uma escola rural

“voltada para os interesses e necessidades da região, cujo propósito relacionava-se ao aumento da produção e a contenção do êxodo rural. No período desenvolvimentista do pós-guerra, à luz do paradigma modernizador, propunha-se uma adequação da escola rural às novas exigências do desenvolvimento econômico.” (DI PIERRO, 2004 p.6).

É o berço da ideia de fixação do homem no campo, pois não lhe garantia nenhum suporte econômico e muito menos educacional. É apenas para evitar a sua excessiva presença nas grandes cidades, que vivenciam neste momento o processo de expansão industrial e reurbanização. A população do campo foi deveras útil para a urbanização das cidades brasileiras, sendo absorvida como mão de obra barata, ocupando cortiços inicialmente, subiu o morro e ocupou periferias. E se encontra presente até hoje, com processo migratório similar.

É importante fazer uma crítica ao “moderno” brasileiro, que se diferencia da modernização. Nos engenhos, fica evidente esse desajuste, como por exemplo a mecanização do corte de cana. Não interfere substancialmente nas relações de trabalho, não rompe estruturas, como fez nas artes, apenas renova e desloca. O reflexo se dá no aumento da produtividade e no lucro. A expressão social do moderno é “expansão

restrita do mercado, democratização para minorias, renovação das ideias, mas com baixa eficácia nos processos sociais” (CANCLINI, 2006 p.69). E favoreceu a classe dominante, que com esse desajuste preservou sua hegemonia. É o “moderno” conservador.

Na década de 30 é criado o Ministério da Educação e Saúde, fazendo da educação instrumento de saneamento das epidemias “que se difundiam no meio rural, e também há incentivo às reformas de política pública, com a tendência de fazer a *volta aos campos* como forma de deter a atração das classes rurais para a cidade e com essa preocupação de povoar e sanear a zona rural” (PAIVA, 1983, p.127). E mais uma vez a ideia de fixação rural, mas em uma política demográfica e de interiorização. O saneamento se deu no combate fervoroso ao analfabetismo, visto como doença. A educação passou a ter um papel conciliador das diferenças e nela passou a residir toda a salvação nacional contra o atraso e a ignorância no país. Este foi o discurso que referendou a ideia do desenvolvimento, integração e segurança nacional e por isto justificou a sua centralização por parte do Estado.

O discurso do Dr. Miguel Couto, em 1933, a respeito do analfabetismo ilustra muito bem este pensamento:

“Analfabetismo é o cancro que aniquila o nosso organismo, com suas múltiplas metástases, aqui a ociosidade, ali o vício, além o crime. Exilado dentro de si mesmo como em um mundo desabitado, quase repellido para fora da sua espécie pela sua inferioridade, o analfabeto é digno de pena e a nossa desídia indigna de perdão enquanto não lhe acudimos com o remédio do ensino obrigatório.” (MIGUEL COUTO: IN: PAIVA, 2005 p.28).

Por sorte dos analfabetos eles não leram este discurso.

Em 1934, surgiu a primeira reivindicação da educação para o campo com o movimento Escola Nova, que faz as primeiras incursões na constituição brasileira, solicitando 20% do orçamento da educação para o campo. Em 1937, este mesmo grupo reivindica uma formação profissionalizante para o meio rural, pois era uma demanda importante para um país eminentemente agrícola. Ao mesmo tempo era solicitada também a profissionalização urbana com o aumento da industrialização. É criada a Sociedade Brasileira para Educação Rural para expandir o ensino e valorizar a cultura do homem do campo.

Enquanto isso, a economia capitalista industrial vinha se formando com intensidade, e para garantir a sua ampliação era fundamental qualificar o trabalhador, em sua maioria de analfabetos, principalmente para operar em máquinas e equipamentos mais complexos.

Em 1942, a proposta de educar o trabalhador operário foi bem vista pelo Estado que delegou o ensino industrial ao SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) através das federações sindicais e do empresariado, que com 1% da sua contribuição manteve centros de treinamento de 1º grau e estabelecimentos profissionalizantes de 2º grau. E neste ano entrou em vigor a Lei Orgânica do Ensino, permanecendo até a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961. A Lei Orgânica traduzia o pensamento de Francisco Campos de que o mundo vivia sob o sinal do econômico, como já havia vivido sob o sinal do religioso e do político. E para viver este clamor desenvolvimentista, Gustavo Capanema instala a Lei Orgânica, também conhecida como Reforma Capanema onde era fundamental preparar os trabalhadores para uma “sociedade das profissões”, com educação técnica e profissionalizante.

Mas para os trabalhadores do campo o caminho da escola profissionalizante não aconteceu; o Estado Novo favoreceu o processo de interiorização, como foi contemplado pelo Oitavo Congresso da ABE – em 1944, em Goiânia, inaugurando a cidade e que foi um exemplo da política de interiorização e integração nacional. Era a Marcha para Oeste, a continuação do ruralismo pedagógico. Neste Congresso foram discutidas várias ideias acerca da educação rural, mas a principal era *educar para o seu meio*, ou seja, reforçar a mão de obra, não sendo necessário o ensino de conteúdos que saiam deste objetivo. E como ficou registrado nos anais: “A instrução primária na zona rural... [necessitaria], sobretudo, de ser primordialmente, fator de valorização do homem em função do meio em que vive, fazendo do Jeca Tatu, essa indiferença acorada, um elemento enérgico, ativo, no enriquecimento nacional” (ABE, 1944: 135 IN PRADO, 1995, p.5-27). O preconceito com o povo do campo ficou evidente entre a elite intelectual da época, que tratava esta questão com uma visão bastante etnocêntrica.

Neide Sterci considerou “que a política de interiorização difundida por meio da campanha do governo pretendia solucionar problemas e tensões existentes no campo, deslocando “excedentes” e trabalhadores sem terra para áreas não contestadas pelos grandes proprietários rurais.” (PRADO, 1995, p. 5-27).

Cassiano Ricardo, não via assim a campanha rumo ao interior. A ideia de brasilidade e recuperação do Brasil genuíno era alardeada por ele e alguns intelectuais, que viam no Estado Novo a retomada do “fio histórico da civilização brasileira” (idem).

E para melhor ilustrar a ênfase na educação e o seu processo de interiorização pelo Governo de Getúlio Vargas, foi criado o Instituto Nacional de Cinema Educativo – INCE - em 1936, e em sua direção esteve o seu idealizador, Edgard Roquette-Pinto, que foi também diretor do Museu Nacional. Roquette-Pinto via a cultura como o elemento que favorecia o desenvolvimento e aprimoramento do povo multirracial brasileiro. A mistura de raça não era o problema, como muitos intelectuais apontavam, mas a higiene e o analfabetismo. Era preciso criar um instrumento difusor e educador para a população, principalmente a rural.

A educação rural, neste período, foi pensada pela primeira vez como parte de um sistema de ensino. Apesar de toda ideologia do Estado Novo, baseada na interiorização, não podemos descartar esta importância. Porém, a escola como espaço universal, destinada a toda população do campo, não aconteceu, como tão sonharam os escolanovistas.

E na década de 1940 foram estimulados processos informais de educação tanto no rural como no urbano, desenvolvidos pelos programas subsidiados pelo convênio assistencial firmado entre Brasil e Estados Unidos (LEITE, 1999):

Dentre esses processos informais citamos:

- a) profissionalizantes do SENAI, SENAC e, mais tarde do SENAR (décadas de 40/50 até nossos dias);
- b) Programa de Extensão Rural patrocinado pelo governo federal e estadual (décadas de 60/70/80);
- c) Formações sócio-culturais dos grupos minoritários de bairros e/ou comunitários, dos grupos de educação popular (...).

O financiamento norte-americano iniciou-se com o fim da Segunda Guerra, visando áreas importantes como educação e produção de alimentos. Os investimentos se deram espaçadamente, de acordo com as necessidades do momento, principalmente na manutenção do modo de produção capitalista.

Os investimentos do Governo na educação informal foram grandiosos entre as décadas dos anos de 1930 a 1970. Na área rural destaca-se o investimento na ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural), fundada no ano de 1948 em Minas Gerais. Na década de 1950, a ACAR estava presente em vários estados brasileiros e se fez necessário criar a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR para articular e centralizar as ações educativas e extensionistas. A EMATER e a Missão Rural também promoveram a educação comunitária, baseada em processos informais, oferecendo cursos sobre higiene, doces etc.

Isto ainda acontece nos dias atuais; recentemente em Jenipapo um técnico da EMATER trabalhou junto a uma comunidade quilombola a produção de rapadura. Eles fabricaram muita quantidade e se endividaram, não havendo escoamento da produção e nem 10% de venda no local. E quando os visitei queriam uma solução imediata para o problema. As mulheres solicitaram curso de doces.

Ou seja, desde muito tempo **investiu-se muito nos processos informais, e a educação formal ficou no esquecimento.**

Dando continuidade aos processos informais, em 1960 a Igreja Católica realizou na arquidiocese de Natal, Rio Grande do Norte, um trabalho pioneiro desenvolvido pelo Serviço de Assistência Rural – SAR, com programas de cooperativismo, treinamento de lideranças e sindicalização rural, originando posteriormente o Movimento de Educação de Base (MEB), fundado pela fundado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), existindo até hoje.

E neste período surgem também outros movimentos de educação e cultura popular, com formação política como o Centro de Cultura Popular (CPC) no Rio de Janeiro associado à União Nacional de Estudantes – UNE; o Movimento de Cultura Popular (MCP) de Recife; o movimento “De pé no chão também se aprende a ler” em Natal e o Sistema Paulo Freire que visava a construção de uma democracia acima das classes (PAIVA, 1986, p. 144).

O Governo Federal financiou o MEB com o objetivo de realizar a alfabetização de adultos através de escolas radiofônicas implantadas no interior e nas regiões menos desenvolvidas do Brasil.

Em setembro de 1963, foi organizado o I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, onde se formulou uma comissão para discutir a real situação do

analfabetismo no País, principalmente dos moradores das zonas rurais. Os dados do IBGE indicam que 55,5% da população brasileira vivia no campo.

A experiência de Paulo Freire em Angicos, Rio Grande do Norte, se estendeu e originou o Plano Nacional de Alfabetização - PNA, visando alfabetizar cinco milhões de jovens e adultos em dois anos. O PNA começou no Estado do Rio de Janeiro, porém infelizmente foi interrompido com o golpe militar de 1964, que reprimiu todas as ações políticas dos diferentes movimentos existentes. No final desta década é instalada a primeira EFA⁵⁰ (Escola Família Agrícola) no estado do Espírito Santo.

Em paralelo às iniciativas mais progressistas, Matheus (2009) coloca que a influência norte-americana foi percebida diretamente através da ACAR e depois ABCAR, que contou com a cooperação da “Aliança para o Progresso”: “Coordenada pela USAID⁵¹, a assistência técnica de universidades americanas às universidades brasileiras foi iniciada em 1962, com ênfase nos seguintes pontos: pesquisas agrícola-veterinárias, ensino e bolsas de estudo.” (MATHEUS, 2009, p. 175)

No Brasil encontramos diversas iniciativas de acabar com o analfabetismo:

“As iniciativas educacionais destinadas aos trabalhadores rurais estiveram muito dependentes de setores da Igreja ou de campanhas oficiais de alfabetização de adultos. Podemos lembrar-nos de iniciativas como o Movimento de Educação de Base (MEB), Programa Nacional de Alfabetização (PNA), Mobral, Projeto Minerva, Projeto Rondon que, muito embora estivessem centrados na alfabetização de adultos, tratavam também de outras questões como direitos trabalhistas, legislação previdenciária, reforma agrária, principal e evidentemente no caso das experiências protagonizadas pela Igreja Católica por meio de suas pastorais.” (MANFREDI, 1996 apud BAUER, 2008, p.29)

Em 1967 é criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização - **MOBRAL**, que se propôs a alfabetizar primeiramente adultos e depois também jovens em todo território brasileiro. Embora estivesse presente também nas zonas rurais, não apresentava uma proposta pedagógica específica para esta clientela. O seu material didático era diversificado e presente em todas as regiões do país.

O estado de Minas Gerais se destacou como o primeiro em números de alunos e cidades atendidas pelo MOBRAL na década de 1970. É nesta década que a escola

⁵⁰ As EFAs possuem uma metodologia de ensino baseada no princípio da alternância, onde os alunos intercalam períodos de vivência na escola e na família. Os pais participam ativamente na condução do projeto pedagógico das escolas.

⁵¹ *United States Agency for International Development*

pública se ampliou com a promulgação de uma nova LDB (nº5692/71), aumentando para oito os anos de escolaridade e recebendo uma nova clientela: o povo. Porém, não abraçou as suas demandas e muito menos a ideia de igualdade. No entanto, absolutamente nada foi dito sobre educação rural, e o que estava proposto para ela era um discurso urbano industrial, que preconiza o seu desaparecimento, pois era sinônimo de atraso.

O MOBRAL foi se modificando ao longo dos anos de existência e em 1985 foi **substituído pela** Fundação Educar. A taxa de analfabetismo no país neste ano chegava a 20,7% do total da população com idade de 15 anos ou mais.

De 1981 a 1985 foi implementado o EDURURAL, um Programa do Governo Federal que visava à expansão e melhoria da educação no meio rural do Nordeste e tinha como objetivo diminuir a diferença entre os índices de analfabetismo rural nesta região. Ele foi muito bem financiado pelo MEC/BIRD:

“envolveu recursos da ordem de 92 milhões de dólares, dos quais 32 milhões foram originários de um empréstimo do Banco Mundial. O seu objetivo era expandir, em 18% dos municípios nordestinos, o acesso das crianças à escola primária, reduzir o desperdício de recursos adicionais com a diminuição das taxas de repetência e evasão e melhorar o rendimento escolar dos alunos com a oferta de instrução de melhor qualidade” (Gomes Neto et al., 1994, p. 47).⁵²

Na década de 1990 cresceu a frequência escolar, aumentando a alfabetização na faixa etária de 15 a 24 anos. Foi criado o Programa Alfabetização Solidária – PAS em 1997, como uma meta governamental do presidente Fernando Henrique Cardoso. A sua proposta inicial era realizar a alfabetização de jovens e adultos nas regiões Norte e Nordeste do país.

Em paralelo, os movimentos sociais começam a pressionar por mudanças no meio rural, com políticas públicas específicas para a sua população.

O artigo 28 da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, nº 9.394/96 é um indicativo da força política que os movimentos sociais do campo começaram a manifestar nas agendas políticas:

⁵² Ver Maria Nobre Damasceno & Bernadete Beserra - **Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas** - Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.1, p. 73-89, jan./abr. 2004 - p. 77

Art. 28 – Na oferta da Educação Básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias a sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e as condições climáticas;

III – adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Este artigo é um divisor de águas na educação do campo, iniciando uma mobilização para a construção de linhas básicas de educação, pensando o campo como espaço de vida e saberes. Em 1997 acontece o I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária – I ENERA, organizado pelo MST e com o apoio da UnB – Universidade de Brasília, entre outras entidades. Deste encontro surge a ideia de realizar a I Conferência Nacional de Educação do Campo, em Luziânia-GO, que além do MST conta com o apoio da CNBB, UNICEF e UNESCO. Ela se realizou em 1998, com o tema “Por uma Educação Básica do Campo”, e foi um marco fundamental para o reconhecimento da educação do campo, com a participação popular, de seus sujeitos históricos e pensada também por eles. Durante esta Conferência foram debatidas as condições de escolarização, problemas de acesso, manutenção e promoção dos alunos; a qualidade do ensino; as condições de trabalho e formação do corpo docente, modelos pedagógicos relevantes e experiências inovadoras no meio rural. Neste mesmo ano foi criada a Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, responsável pelas ações e elaborações políticas do Movimento de Educação do Campo.

Dois processos políticos acontecem dentro do Estado tendo resultados distintos. Em 2001 é aprovado o Plano Nacional de Educação - PNE, iniciativa do MEC, que não reconheceu as propostas sugeridas pelo Movimento de Educação do Campo. Em 2002 é homologada pelo ministro da Educação as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Parecer nº 36/2001 e Resolução nº 1/2002 do Conselho Nacional de Educação), contudo foi ignorada pelo poder público que era contrário as suas definições e metas.

No primeiro mandato do governo Lula, a CONTAG apareceu como parceira do Movimento da Educação do Campo, propondo através da Marcha das Margaridas e do Grito da Terra Brasil, em 2003, itens referentes à educação no campo em suas pautas de reivindicação. Convidada a participar da Articulação Nacional Por Uma Educação do

Campo ela também promove em 2004 a II Conferência Nacional por uma Educação do Campo. Com o tema “Por Uma Política Pública de Educação do Campo”, discutiu-se a necessidade de ampliação da educação do campo: da educação infantil à educação superior. É importante referendar que era um momento político favorável.

Com o processo de municipalização no país, iniciado em 1988, a educação fundamental foi transferida para as prefeituras, que passaram a ter um compromisso maior do que as suas possibilidades. Com uma política de resultados a nucleação escolar é reforçada, fechando muitas escolas nas comunidades rurais do país.

O que vemos na história da educação rural ou do campo, a partir das lutas dos movimentos sociais, foi o descaso do Estado ao longo de décadas, que pouco se importou com uma educação formal e de qualidade, que favorecesse o acesso e a permanência desta população na escola; sem investimentos na formação docente, que era de maioria leiga, e somente elevou a sua escolaridade após a LDB de 1996 e vem fazendo este caminho com muita dificuldade; os prédios escolares do meio rural refletem o cuidado de suas prefeituras e o quanto é despendido em compras de materiais etc.

É importante referendar historicamente a questão do analfabetismo no país, em destaque para o meio rural. Existe ainda um silêncio político em relação à questão, que compreende 9,7% da população brasileira. E mesmo com as políticas propostas de alfabetização presentes nos municípios brasileiros, as implementações são muito precárias.

A EJA no Brasil avançou muito em termos de conquistas, mas seus sujeitos vivenciam espaços de exclusão, e de acordo com sua demanda ela vive a mesma situação, acontecendo o mesmo com a educação do meio rural.

O PNE (Plano Nacional de Educação) tem como meta uma população alfabetizada até 2020. E aumento de 12 anos de estudo para a população do campo, onde 30% de sua população com 15 anos ou mais tem 4 anos de escolaridade. E 21% com 15 anos ou mais tem 8 anos de escolaridade, em contraponto a população dita urbana com 88%. São 10 anos de Programa Brasil Alfabetizado (PBA) e o número de analfabetos ainda é bem alto. O Programa necessita de financiamento considerável no que tange à formação docente; e acompanhamento constante na implementação, sendo necessário maior articulação com as políticas de EJA, visando continuidade escolar.

4.2 - A escola do meio rural em Minas

Nas pequenas comunidades rurais, a escola sempre foi um elemento importante e agregador. Um espaço, simbólico, de saber e de trocas, de encontro e festas, eventos religiosos, culturais e também de articulação comunitária.

A nucleação escolar foi um processo desastroso para a educação rural no Brasil, não sendo diferente em Jenipapo de Minas. Segundo dados da SEE-MG a área rural do estado teve 76,95% de suas escolas municipais extintas em 2009, e foi embora também a lembrança e o respeito às tradições e ao passado histórico. Os laços de memória nas escolas municipais enfrentaram mudanças pedagógicas, e tantos outros mandos e desmandos da política educacional e foram recolhidos, recolhidos ao esquecimento.

Como diz Roseli Caldart (2000):

“Toda vez que uma escola desconhece e ou desrespeita a história de seus alunos, toda vez que se desvincula da realidade dos que deveriam ser seus sujeitos, não os reconhecendo como tal, ela escolhe ajudar a desenraizar e a fixar seus educandos num presente sem laços. (p.48.)”

Os dados do censo escolar do Inep registram que 37.776 estabelecimentos de ensino rurais foram fechados nos últimos 10 anos em todo o país. Em 2010, segundo o IBGE, 84,35% da população brasileira era urbana (160.879.708 pessoas). E apenas 15,65% (29.852.986 pessoas) viviam no rural, onde 23,2% (aproximadamente 6.900.000 pessoas) eram analfabetos.

Em 1991, o analfabetismo atingiu níveis alarmantes no Vale do Jequitinhonha, onde mais da metade da população de 12 municípios era analfabeta. Outros 28 municípios apresentavam entre 35% e 50% de sua população na mesma situação.

O Estado de Minas Gerais não vivenciava esta realidade no seu todo, pois a proporção de analfabetos em 1991 era de aproximadamente 16% de sua população.

A partir de 2000 esta situação apresentou melhoras nas três microrregiões do Vale, não apresentando percentual superior a 50% de analfabetos, porém cerca de 200 mil moradores ainda eram analfabetos. Ainda hoje encontramos um nível alto de analfabetismo no Vale.

Indicadores escolaridade do Município de Jenipapo de Minas 1991 e 2000

Indicadores	1991	2000
Média de anos de estudo - (15 ou mais anos)	1,88	3,44
Percentual de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas	47,92	35,36

Fonte dos dados básicos: Censos demográficos 1991 e 2000 – IBGE – e PNUD (2003).

A escolaridade média da população do estado de MG foi de 4,9 anos em 1991 e 6 anos em 2000. Neste mesmo ano, com as mudanças ocorridas por conta da implantação de políticas públicas voltadas para a educação, principalmente entre os jovens, assim como a Educação de Jovens e Adultos, contribuíram para a melhoria dos valores dos indicadores em toda a região.

Os primeiros dados desta pesquisa sobre a escolaridade dos jovens cortadores de cana, levantados através das entrevistas e em conversas informais, são muito diversificados. Encontramos desde casos de baixa escolaridade e analfabetismo, de um a três anos de frequência escolar, até jovens com o ensino médio completo e cursando o nível superior.

4.3 – As escolas em Jenipapo de Minas

4.3.1 - A escola municipal

Em Jenipapo encontramos 16 escolas no total, entre a pré-escola e o ensino médio, sendo 2 escolas estaduais e 14 municipais. Abaixo o número de matrículas em 2011:

Matrículas em 2011	Creche	Pré-Escola	Ens. Fundamental - anos iniciais	Ens. Fundamental - anos finais	Ensino Médio
Jenipapo de Minas (2011)	95	147	856	752	409
Minas Gerais (2011)	203.886	415.780	1.551.435	1.356.825	861.022
Região Sudeste (2011)	1.189.132	1.835.980	6.037.160	5.572.841	3.479.392
Brasil (2011)	2.298.707	4.681.345	16.360.770	13.997.870	8.400.689

Fonte: MEC/INEP

A prefeitura é encarregada das escolas do fundamental I e também das creches e pré-escola. A maioria destes estabelecimentos se localiza em comunidades rurais e são visitadas regularmente pelos gestores do departamento de educação, visando auxílio no processo educacional, na implementação das políticas públicas etc. A situação apresentada em Jenipapo não se distancia da maioria das escolas rurais no país, que conta com poucos professores para realizar todas as tarefas, e dependendo do seu número de alunos ou localidade poderá receber um auxiliar de serviços gerais para ajudá-los. Estes profissionais, que necessitam de ensino superior para atuarem em sala de aula, também limpam o espaço, distribuem merenda e recebem alunos em etapas distintas de aprendizagem, algumas vezes caminham cerca de duas horas para iniciar os trabalhos. E com os reflexos da nucleação a cada ano diminui a oferta de emprego em um lugar que não tem muitas possibilidades de atuação fora do âmbito público. Mais uma vez, o Estado que pensa o meio rural com políticas educacionais mais específicas é o mesmo que mantém esta relação perversa com os sujeitos deste universo.

Em 2011, foram implementados os primeiros módulos do Programa Escola Ativa em Jenipapo, uma parceria encaminhada pelos governos estadual e federal e implantada pela prefeitura. Cito este programa porque foi através dele que observei várias situações a cerca das identidades rurais do município e processos de implementação de uma política pública, que foram valiosas na percepção do universo estudado.

A escolha dos profissionais locais responsáveis para realizar a capacitação de diferentes programas, viabilizada pelo processo de autonomia dos municípios na implantação das políticas públicas, coloca uma questão importante quanto à oferta de profissionais qualificados para realizar as capacitações locais. Por diversas situações, seja no âmbito político, pessoal ou do quadro profissional, nem sempre é possível o deslocamento de um professor mais envolvido com o programa. O que se tem a oferecer não é necessariamente o mais capacitado para tal. Grande parte da implementação de políticas públicas em educação segue a linha multiplicadora, ou seja, um professor é responsável pela formação e informação dos programas junto aos outros professores. Esta linha de ação efetivamente não funciona, é como brincar de telefone sem fio. O final é muito diferente do que foi proposto na capacitação, dependerá do aprendizado e das informações que esta pessoa absorveu ao longo do processo.

Nas aulas de História e Cultura, na capacitação do projeto CPF, aconteceu o primeiro contato dos professores com o material do Escola Ativa, onde foi construído um calendário local, contemplando a escola, o período de plantio, saída para as frentes de trabalho e festas locais. O calendário construído nos permite entender a dinâmica rural e temporal do município estudado:

- Janeiro – chuva, colheita do arroz, festa de São Sebastião e férias
- Fevereiro – saída para o corte de cana, Carnaval, pouca chuva, início das aulas, preparo da terra para o feijão
- Março – Plantio do feijão, capina da cana
- Abril – colheita do milho, capina da cana, mandioca andu, laranja, preparação do terreno para a horta
- Maio – festa de Pai Joaquim, plantio da horta
- Junho – colheita das hortaliças, da batata doce, mandioca; ida para a colheita do café; farinha; Festa Junina; frio sem chuva
- Julho – farinha; rapadura; cachaça; moagem da cana; ida para a colheita da laranja; férias escolares
- Agosto – vento, poeira e seca
- Setembro – preparação da terra para o milho, Festa de N. Sr^a da Conceição
- Outubro – primeira chuva, plantio do milho, abóbora; maior quantidade de nascimentos (9 meses após o retorno do corte de cana)
- Novembro – colheita da manga
- Dezembro – chuva, capina, milho verde, retorno do corte

Apesar dos esforços na implantação deste programa pela professora responsável, entender o tempo de aprendizagem do professor também é relevante para efetivar tal ação em relação a novas concepções de ensino. Em Jenipapo existe uma forte identificação com o meio rural, a realização do calendário acima foi prazerosa, com cantos, rezas e discussão sobre colheita. No município vizinho ouvi exemplos depreciativos sobre situações ocorridas em sala de aula nas escolas rurais, criticando negativamente o jeito de falar e ver o mundo. Ali, atuar nas comunidades rurais muitas vezes é visto como castigo para alguns professores, que não querem pensar programas de educação relacionados ao rural. Em Jenipapo, alguns professores relataram suas

dificuldades no acesso e permanência nas comunidades rurais devido à distância. Porém, a grande maioria de professores mora nas comunidades rurais e pertencem a esta realidade, ou seja, faz parte de sua identidade.

Uma questão verificada durante o processo de implantação do Escola Ativa em Jenipapo diz respeito à capacitação dos professores, ou seja, quanto ao tempo de curso e de aprendizagem destes profissionais, que ocorre, na maioria das vezes, ao longo do ano letivo. Na prática, o que vem acontecendo é que o professor aprende o uso de novos materiais ao mesmo tempo em que o aluno, e até quando está ensinando um conteúdo novo. A capacitação não resolve a defasagem na formação acadêmica dos professores, onde a maioria tem uma trajetória de professor leigo e são formados por um curso de educação à distância, onde o tempo também é outro entrave. O professor aprende, às vezes, na capacitação e à medida que ele tem que dar conta de dois aprendizados, o dele e o do aluno, ao mesmo tempo durante a aula, ele reproduz o livro, e nem sempre entende o que está ensinando. Este processo de aprendizagem dos professores brasileiros, não se dá apenas no universo rural, ou em pequenos municípios. Em diversos momentos na educação brasileira os professores precisaram absorver novas práticas, novos conhecimentos em um tempo que não é próprio e nem particular. E assim, quando não utilizam os recursos e recusam a nova metodologia de ensino ou Programa implantado, a maneira que encontraram de não revelar sua defasagem e seus descontentamentos é não aplicando, não utilizando materiais ou novas fontes de conhecimento. São formas de resistência docente quanto à tônica de acelerar para alcançar números. A qualidade de ensino nem sempre é relevante nesta meta educacional. Os professores geralmente não fazem parte do processo de escolhas pedagógicas, é imposto e não é discutido. Vem em forma de política pública, de plano de metas etc. E como realizar a mudança desta lógica nas condições em que se apresenta a escola do campo?

A autonomia municipal nem sempre favorece a implantação de políticas públicas, pois existe uma distância grande entre a capacitação docente e a implantação de programas. Graça Rua (2008) define bem esta situação:

“(...) o acompanhamento e controle das políticas deve incluir também: o tipo de política e de arena política; o contexto inter e intra-organizacional dentro do qual ocorre a implementação; e o mundo externo sobre o qual a política deverá exercer seu impacto. Por outro lado, os implementadores nem sempre são os atores situados no topo da pirâmide política. Assim, o acompanhamento de uma política deve

levar em consideração a existência de uma percepção precisa acerca da política que se implementa. Isto nem sempre ocorre. Ou seja, nem sempre os indivíduos que atuam na implementação de uma política sabem efetivamente que estão trabalhando como implementadores de algo abstrato como uma política.” (p.15)

Os movimentos sociais locais nem sempre participam deste processo pelo país, assim como em Jenipapo. A participação política dos jovens não é evidente e não há nenhum movimento político de juventude e muito menos desejo expresso a cerca desta questão. Segundo os dados apresentados nos questionários aplicados, os grupos de juventude são, na maioria, religiosos e católicos. Outros grupos encontrados foram o de teatro, futebol e o grêmio musical.

As representações políticas deste município são silenciosas. O silêncio dos professores e dos jovens foi rompido à medida que fui entrevistando alguns elementos políticos importantes. É o silêncio mineiro. E como diz Carlos Drummond de Andrade: “Escolhe teu diálogo e tua melhor palavra ou teu melhor silêncio. Mesmo no silêncio e com o silêncio dialogamos.”⁵³ As opiniões políticas foram expressas de forma comedida, pausada, como um sussurro. Ao longo da pesquisa foi importante entender e respeitar esta relação de silêncio.

De acordo com o princípio da tradução em Boaventura Santos “temos que aprender a traduzir as diferenças entre nós para criar uma nova inteligibilidade. Da inteligibilidade vamos à proximidade e da proximidade vamos à simplicidade” (SANTOS, 2002,p. 239) Outro princípio fundamental para este autor é o princípio emancipatório. O que é emancipação social para uns pode ser regulatório e opressivo para outros. “É necessário ser reflexivo e testar estes princípios para não impor as nossas condições, as nossas hierarquias”. E para não pôr em risco a identidade e autonomia, ele indica à tradução como “o procedimento que permite criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis” (idem).

- Alfabetização de Jovens e Adultos em Jenipapo

⁵³ Poema “O Constante diálogo”, de Carlos Drummond de Andrade. in ANDRADE, Carlos Drummond de. *Discurso de primavera e algumas sombras*. São Paulo: Circulo do livro, 1994. p.110.

No ano de 2011, o Programa Brasil Alfabetizado pretendeu iniciar os trabalhos com 10 turmas de 15 a 20 alunos e sem professor alfabetizador com experiência em Educação de Jovens e Adultos – EJA. Não houve sucesso na sua implantação, o Departamento de Educação informou que não há professores interessados e nem qualificados para realizar este trabalho. Esta é uma situação recorrente quando se trata de EJA. Na primeira vez que estive neste município, em 2008, perguntei sobre a EJA e fui informada que havia duas turmas de suplência em comunidades distantes, o que continuou em 2012.

A EJA vem acompanhada de diferentes recusas e exclusões, é assunto quase proibido. O fato dela não ser obrigatória diante da atual LDB, embora esta afirme o seu reconhecimento como modalidade de ensino da educação básica e gratuidade para todos que não tiveram acesso na idade própria, não garante a sua efetivação nos pequenos municípios. Eles já vivenciam inúmeros problemas e não querem absorver mais um que não é obrigatório, mesmo sendo necessário à sua população. Envolve transporte, novos profissionais e com eles salários, capacitação e mais encargos para o Departamento de Educação local, que geralmente não tem um número de funcionários que permita tanta ampliação.

Para os trabalhadores da cana com baixa escolaridade, continuar estudando ou voltar a estudar está cada vez mais distantes do seu projeto de vida, indo na contramão de todas as políticas públicas que propõem estimular a qualificação e aumento de escolaridade. Enquanto esses trabalhadores ganharem por produção, e não por salário fixo, não terão condições físicas de retornar à escola noturna nas usinas ou no município canavieiro. Na entressafra não há escolas que os absorvam. O retorno da safra é o final do ano letivo, e logo após as escolas entram de férias. Depois vem o início de um novo ano escolar, onde muitos já acertaram o seu retorno para o corte ou estão à espera de novas vagas ou outras frentes de trabalho. Ao ficar no município, nem sempre cabe um projeto de estudo, com aulas noturnas ou diurnas, mesmo que ele queira a oferta de turmas de EJA é mínima ou inexistente, principalmente as séries iniciais nas comunidades rurais.

4.3.2 - A escola estadual

Em Jenipapo existem duas escolas estaduais de Ensino Fundamental II e Médio, uma na sede e outra na zona rural. De acordo com os dados da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais - SEE-MG, em 2011 foram realizadas 409 matrículas no ensino médio, sendo 373 na escola da sede e 35 na escola rural. Até 1997, para cursar o

ensino médio os alunos de Jenipapo precisavam se deslocar para outros municípios ou acabavam abandonando os estudos por dificuldades de locomoção. Com a instalação das escolas de nível médio esta realidade mudou e ampliou os sonhos de sua juventude.

A escola da sede é a que contempla o maior número de vagas nos dois segmentos atendendo a diversas comunidades. Ao perguntar se havia algum trabalho de orientação sobre a realidade do corte de cana aos alunos, a resposta foi afirmativa, mas referendou imediatamente que apenas 20% dos alunos, geralmente de comunidades rurais evadem para as usinas.

A escola rural atende também comunidades de municípios vizinhos e viabiliza o acesso à biblioteca e uso dos computadores para todas essas comunidades. O uso do computador com internet está mudando a realidade destes jovens, que realizam pesquisas semanais, utilizando a informática também como ferramenta pedagógica. O fato das máquinas se localizarem na biblioteca e o acervo de livros ser limitado à direção estimulou a leitura e pesquisa nos computadores, o que vem se realizando com muito sucesso, segundo a diretora entrevistada. Outro dado interessante é que o número de empréstimos de livros aumentou. Esta escola vem realizando com frequência encontros com os pais, alunos, professores e gestores para falar sobre o corte de cana através de palestras, vídeos, etc., que enfoquem esta realidade e não estimule a ida para as usinas. Nos questionários aplicados a fala dos alunos já reflete esta ação; grande parte rejeita a possibilidade de entrada no corte e coloca a escola como saída para um futuro melhor. Não se pode verificar os resultados deste trabalho, pois a maioria dos alunos ainda não completou 18 anos. Na escola da sede poucos jovens que vão para o corte falam de suas escolhas, é um caminho silencioso e a maioria das falas sobre o corte o rejeitava.

Nas escolas de Ensino Médio de Jenipapo, os cursos de educação profissional não atingem a demanda por completo.

A escola da sede tem o Programa de Educação Profissional na Educação de Jovens e Adultos (PEP EJA), da Secretaria Estadual de Educação de MG – SEE-MG, com o curso de Magistério com formação em educação infantil, e atende também a alunos que já concluíram o ensino médio. O tempo de curso é de um ano e meio e tem muita procura. O curso de informática é também via SEE-MG e faz parte do Programa de Formação Inicial Para o Trabalho (FIT). Este curso não foi muito adiante, porque as máquinas não receberam a devida manutenção. Para participar do PEP EJA a Secretaria

Estadual de Educação de MG recomenda também o acesso frequente à página do Programa. Assim como, o ENEM e o SISU, o ambiente virtual é a principal fonte de informação. Ter acesso a uma *lan house* não qualifica os alunos do ensino médio a utilizarem a internet como ferramenta de pesquisa e tê-la como principal fonte de informação sobre processos educativos. Eles podem usar redes sociais, ver sites interessantes, mas nem sempre relacionam determinadas atividades com o seu cotidiano, tais como inscrições em cursos, etc.

Os alunos que moraram nas comunidades rurais, devido à distância, não podem realizá-los os cursos diurnos, pois teriam que cumprir uma carga horária de mais duas horas em dois dias na semana, o que implicaria problemas com o transporte escolar. Alguns alunos optam por mudar de cidade e vão para Araçuaí estudar nos cursos do PEP EJA de enfermagem e informática, e geralmente são bem selecionados. Outros vêm de municípios próximos para fazer o curso de magistério em Jenipapo. Ao perguntar a direção da escola se este curso é visto como possibilidade de migração, a resposta foi afirmativa, pois muitas alunas buscam trabalhos em creches nos municípios próximos. Outro relato da direção foi que a EJA aumentou seu número de alunos devido ao retorno de muitas famílias que estavam no corte de cana e em São Paulo capital, e decidiram se estabelecer na cidade, voltando a estudar. Segundo a direção este aluno *“já foi lá e já voltou e hoje vê a escola com outros olhos.”* Mas mesmo assim, 20% dos jovens desta escola, na maioria das vezes alunos do primeiro ano do ensino médio, querem ir para o corte. E o fazem em silêncio, sem alardear, sendo verificado o processo através das faltas até a evasão meses antes da ida efetiva.

Alguns dados para elucidar como se encontram as escolas de nível médio do município:

	Ens. Fundamental - anos iniciais	Ens. Fundamental - anos finais	Ensino Médio
Taxa de distorção idade-série (2010)	28,7 %	48,4 %	54,9 %
Minas Gerais (2010)	12,0 %	28,0 %	31,3 %
Região Sudeste (2010)	10,6 %	21,0 %	26,2 %
Brasil (2010)	18,5 %	29,6 %	34,5 %
Taxa de abandono (2010)	2,7 %	4,7 %	13,8 %
Minas Gerais (2010)	0,6 %	3,7 %	8,8 %
Região Sudeste (2010)	0,6 %	2,5 %	7,1 %
Brasil (2010)	1,8 %	4,7 %	10,3 %
Taxa de aprovação (2010)	89,8 %	67,7 %	65,4 %
Minas Gerais (2010)	95,0 %	83,1 %	77,8 %
Região Sudeste (2010)	93,9 %	87,0 %	79,0 %
Brasil (2010)	89,9 %	82,7 %	77,2 %
Taxa de reprovação (2010)	7,5 %	27,6 %	20,8 %
Minas Gerais (2010)	4,4 %	13,2 %	13,4 %
Região Sudeste (2010)	5,5 %	10,5 %	13,9 %
Brasil (2010)	8,3 %	12,6 %	12,5 %

Escola Nossa Senhora de Fátima

Infra-estrutura	Biblioteca	Lab. de Informática	Acesso a Internet	Energia Elétrica *	Água *	Esgoto *
EE NOSSA SENHORA DE FATIMA (2010)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Escola de Ensino Fundamental e Médio (área rural)

Infra-estrutura ⁵⁴	Biblioteca	Lab. de Informática	Acesso a Internet	Energia Elétrica *	Água *	Esgoto *
EE DE ENSINO FUNDAMENTAL (2010)	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Censo Escolar da Educação Básica - Deed/Inep/MEC

Taxas de aprovação, abandono, evasão, promoção, repetência, reprovação e distorção idade-série

	Ens. Fundamental - anos iniciais	Ens. Fundamental - anos finais	Ensino Médio
Taxa de abandono (2010)	0,0 %	6,2 %	-
Jenipapo de Minas (2010)	2,7 %	4,7 %	13,8 %
Minas Gerais (2010)	0,6 %	3,7 %	8,8 %
Região Sudeste (2010)	0,6 %	2,5 %	7,1 %
Brasil (2010)	1,8 %	4,7 %	10,3 %
Taxa de aprovação (2010)	92,0 %	68,8 %	87,0 %
Jenipapo de Minas (2010)	89,8 %	67,7 %	65,4 %
Minas Gerais (2010)	95,0 %	83,1 %	77,8 %
Região Sudeste (2010)	93,9 %	87,0 %	79,0 %
Brasil (2010)	89,9 %	82,7 %	77,2 %
Taxa de distorção idade-série (2010)	7,7 %	45,9 %	54,2 %
Jenipapo de Minas (2010)	28,7 %	48,4 %	54,9 %
Minas Gerais (2010)	12,0 %	28,0 %	31,3 %
Região Sudeste (2010)	10,6 %	21,0 %	26,2 %
Brasil (2010)	18,5 %	29,6 %	34,5 %
Taxa de reprovação (2010)	8,0 %	25,0 %	0,0 %
Jenipapo de Minas (2010)	7,5 %	27,6 %	20,8 %
Minas Gerais (2010)	4,4 %	13,2 %	13,4 %
Região Sudeste (2010)	5,5 %	10,5 %	13,9 %
Brasil (2010)	8,3 %	12,6 %	12,5 %

Fonte: MEC/INEP/DTDIE

Taxa de abandono - Fonte: MEC/INEP/DTDIE

Taxa de aprovação - Fonte: MEC/INEP/DTDIE

Taxa de distorção idade-série - Fonte: MEC/INEP/DTDIE

Taxa de reprovação - Fonte: MEC/INEP/DTDIE

Em 2005, o CDES (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social) realizou uma pesquisa onde identificou o principal impedimento ao desenvolvimento do país: o nível desigual e baixo de escolaridade da população brasileira. Em 2010, este Conselho fez outra pesquisa, considerando os últimos cinco anos, e identificou que apesar dos esforços e avanços na educação do país ao longo destes anos, o problema permanece como questão prioritária. Outro aspecto fundamental a ser vencido diz respeito à qualidade apresentada, que sofreu os danos causados pela universalização do ensino quanto à currículos minimizados, ausência de gestão escolar e de profissionais qualificados para lidar com tal situação. Além da infraestrutura precária e recursos econômicos insuficientes, a pesquisa identificou também que “as maiores desigualdades na escolarização em todas as variáveis observadas nos últimos cinco anos foram nos efeitos da renda e do local de moradia (rural e urbano) dos estudantes.” E as que “escolas do campo são as que estão em piores condições de infraestrutura para receber estudantes”. Os números são reveladores – presentes no Censo Escolar de 2009, onde “quase 20% não possuem energia elétrica.” Está na faixa de 90% a quantidade de escolas sem biblioteca e laboratório de informática. Menos de 1% dos estabelecimentos de ensino no campo estão equipados com laboratórios de ciências.

As escolas de nível médio e fundamental II de Jenipapo, que são estaduais, são contempladas, dentro de suas possibilidades de acesso e financiamento, com uma infraestrutura razoável. Contudo esta realidade não se aplica nem de longe às escolas de fundamental I, muito distantes de laboratórios e usos efetivos de materiais didáticos.

O que foi verificado através dos questionários é que a conclusão da escolaridade é apontada como garantia de entrada no mundo do trabalho. Verifica-se uma valorização suprema da escola como garantidora de um futuro melhor, onde saídas para outros locais é certeza de melhora e qualidade de vida, tanto para os alunos como para as suas famílias.

Segundo Sposito (2005), a escola não é mais um elemento garantidor da entrada no mundo do trabalho, onde a inserção dos jovens ocorre, na maioria das vezes, antes de deixar a escola, e muitos trabalham e estudam ao mesmo tempo.⁵⁵ Para os jovens rurais

⁵⁵ *Perfil da juventude brasileira* Helena Abramo destaca a partir dos dados apresentados pela pesquisa que “vale notar que mais da metade dos jovens que estão trabalhando (57%) ou procurando trabalho (73%) também estuda” (ABRAMO, 2005).

este trabalho não é necessariamente visto como tal, pois trabalhar na terra da família não significa precisamente um ofício para eles, que veem como ajuda à família.

A entrada na vida adulta, segundo Sposito (2005), não se faz necessariamente de maneira sincrônica, ocorrendo em tempos diversos e marcados pelos contextos sociais a qual estão inseridos. A maioria dos jovens que mora na sede do município relatou que quando concluir o ensino médio deseja ir para São Paulo para continuar os estudos e trabalhar. Eles optam por este caminho porque alguns parentes moram nesta cidade e já se estabeleceram, realizando a migração efetiva ou os pais financiarão seus estudos. Assim, estes jovens são acolhidos pelas suas famílias durante o período de estudo e futuro trabalho. Dificilmente eles retornam a Jenipapo, segundo informações dos religiosos e moradores locais. Este dado não foi verificado por esta pesquisa. Todavia, encontramos alguns moradores que retornaram ao município após anos de migração e abriram lojas comerciais e estão tentando se estabelecer com o seu negócio próprio.

4. 4 - Educação, trabalho e parcerias

Vários alunos responderam que gostariam de realizar um curso profissionalizante, sendo o de informática o mais sinalizado. O nível superior é desejado pela maioria e os cursos apontados são bem diversificados, incluindo engenharia, informática, pedagogia etc. Entre os jovens cortadores entrevistados o desejo de chegar ao nível superior só foi citado por quem já concluiu o ensino médio. Os que pararam no primeiro ou segundo ano do médio apontam os cursos profissionalizantes como retorno escolar. E os que possuem baixa escolaridade não desejam alcançar esta meta, gostariam de pelo menos concluir o ensino fundamental.

A proposta de qualificar para o desenvolvimento, com ensino médio mais flexível, voltado para o mercado, sustenta um modelo de educação baseado nas metas previstas para o país. Segundo a meta de nº 3 do PNE, pretende-se universalizar até 2016 o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos, elevando, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, nesta faixa etária.

Esta premissa se mantém no Compromisso Nacional, onde se enfatiza a importância de alcançar níveis rápidos de superação dos problemas educacionais, que

não favorecem o crescimento econômico, prejudicando assim a utilização de novas tecnologias. A proposta de crescimento é tão acelerada que polariza as questões, iniciando no término do analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade e, quase como um passe de mágica, verifica-se a seguir, a proposta de capacitação. Entende-se por capacitação não um processo educacional formador de trabalhadores cidadãos, mas de mão de obra qualificada com cursos direcionados para melhor servir à produtividade.

As parcerias entre empresas, entidades de classe, movimentos sociais e Governo alimentam diversas políticas públicas, e foi ponto de pauta do Governo Lula, encontrando continuidade no atual Governo. Ao mesmo tempo acontece a Educação do Campo, com avanços nos governos passados, e se tornando uma política pública desde 2010. Os movimentos sociais procuraram parcerias com as universidades e tiveram grande apoio do Governo Federal tanto nas ofertas de cursos universitários como nos cursos de capacitação para professores. Um bom exemplo é o curso do MST com a UFRJ no curso de Serviço Social, com vestibular diferenciado e permitindo o acesso ao mundo universitário com currículo específico, voltado pra a realidade do campo. O resultado desta parceria ainda não pode ser analisado, pois é muito inicial e está em sua primeira turma.

Além disso, estudos recentes mostram ser equivocada a concepção linear de que, uma vez tomadas as decisões sobre uma política pública, “a implementação segue-se”. Na realidade, a implementação implica em novas decisões, constituindo-se em “decisão em processo” (SANTOS, 1989), processo esse dotado de acentuada complexidade, e que articula o sistema político em suas várias dimensões com a realidade concreta das práticas políticas e sociais dos diversos interessados.

Para a qualificação profissional dos jovens encontramos grande enfoque governamental no âmbito público-privado. E aparecem os parceiros do Sistema S de Ensino, da Fundação Bradesco, do Telecurso, do Instituto Ayrton Senna, ou seja, que visam o mercado, os setores produtivos da economia. A meta de superar as desigualdades entre os níveis educacionais significa para eles inserir mão de obra qualificada no mercado de trabalho, através de grandes financiamentos, de preferência públicos.

Ao serem estimulados com promessas de inserção em melhores cargos pelos Departamentos de Recursos Humanos nos treinamentos recebidos logo na chegada às

usinas, os jovens trabalhadores do corte entrevistados acreditam na possibilidade de estudar para se tornar um funcionário do escritório ou do laboratório, se empenhando física e moralmente para conquistar este patamar. O que foi relatado é que nas usinas em que estiveram os trabalhadores do escritório são os primeiros a receber o salário e os cortadores são os últimos. A seleção para um novo cargo dentro da usina é rigorosa, somente os melhores trabalhadores, com escolaridade elevada e com versatilidade serão absorvidos, pois atuarão em diferentes modalidades de trabalho, de acordo com a demanda. As qualidades devem superar as adversidades. É além da meritocracia, é um concurso de corpos e mentes, o nascimento do super trabalhador “qualificado” da cana. E que hoje já está sendo preparado nas salas de aula dos municípios canavieiros, dando continuidade a parceria público-privado.

Seguindo a linha de “boas práticas” as usinas resolveram ampliar seus domínios para as escolas dos municípios canavieiros, criando o **Projeto Agora**, lançado em junho de 2009, também no mesmo ano do Compromisso Nacional, durante o **Ethanol Summit**, que é um fórum de discussão e análise do mercado de biocombustíveis. Seus membros fundadores são os sindicatos estaduais dos produtores de açúcar e etanol de Alagoas, Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul; sindicato da região Centro-Sul; a ÚNICA; e as empresas Itaú, Monsanto, Syngenta, Basf, Dedine, CEISI, Amyris, BP, FMC e SEW Eurodrive.

O projeto vem distribuindo cartilhas para os alunos dos 6º e 7º anos do Ensino Fundamental II nos 100 principais municípios canavieiros em nove estados do país, através de parcerias junto às secretarias municipais de educação. Em 2011 participaram 1.700 escolas envolvendo 1.200 professores e cerca de 265 mil alunos. O tema principal da cartilha é a **cadeia produtiva da cana-de-açúcar** como exemplo de sustentabilidade ambiental. Ela aborda o agronegócio através dos aspectos culturais, ambientais, econômicos e sociais da cana a partir da ótica patronal. “Além da produção de açúcar, etanol e energia elétrica, a cadeia produtiva da cana constitui uma importante fonte de distribuição de riqueza”, diz a cartilha, não esclarecendo para quem vai a riqueza, como se distribuí e como se explora a mão de obra assalariada dos cortadores de cana, também invisíveis neste material, apenas citados como “colaboradores”.

O aspecto histórico da cana de açúcar abordado na cartilha é pautado pelos donos da terra, colocando o produto, a mercadoria, como protagonista desta história e do desenvolvimento econômico do Brasil. É sugerido aos professores, envolvidos com o

projeto, que seja abordado “de forma criativa” esses aspectos em sala de aula para que o tema “se torne um importante aliado ao componente curricular, enriquecendo as aulas e favorecendo a aprendizagem⁵⁶” dos alunos que provavelmente também são filhos de trabalhadores das usinas. A divulgação deste material está no *site* da ÚNICA, onde se encontra todo o kit pedagógico a ser solicitado, compostos por 1 Caderno do Professor, 8 Pôsteres e 1 CD multimídia.

A permissão da entrada das usinas em escolas públicas é o problema central na implantação deste projeto. As parcerias do Estado com os usineiros, em todas as suas esferas de atuação, são tão favoráveis que o público se torna privado e vice-versa. E que política de educação permite o uso da cana-de-açúcar apenas como combustível, ignorando processos históricos escravocratas e sem citar os males do uso do açúcar em relação a uma alimentação saudável e saúde bucal? E sem contar outros fatores relevantes que impossibilitariam abrir as portas de qualquer estabelecimento público, tais como trabalho escravo, desmatamento, desapropriação de terras de pequenos produtores, poluição, etc.

O dinheiro despendido para elaborar e distribuir o material nos municípios canavieiros poderia ser aplicado nas escolas do campo, como contrapartida das parcerias público-privado. Isto seria um grande avanço nas medidas do Acordo Nacional.

As políticas públicas de educação carecem de articulação e infelizmente nem sempre são implementadas dignamente, exigindo acompanhamento local mais apurado. Ou seja, são muitas instâncias, diferentes secretarias e ministérios que nem sempre se articulam, e convivem com resultados, em curto prazo, de números consideráveis, tanto quanto ao aumento da escolaridade de jovens, como as deficiências que espelham o quanto ainda precisamos avançar em termos de financiamento para educação brasileira.

4.4.1 - Qualificação para os trabalhadores do corte de cana

Para os trabalhadores da cana foi proposto em novembro de 2010 o Plano Nacional de Qualificação para o Setor Sucroalcooleiro, com diversos cursos oferecidos com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

⁵⁶ Fonte: <http://www.unica.com.br>

Esta iniciativa faz parte das políticas públicas que integram o Compromisso Nacional. Segundo o Ministério do Trabalho, na primeira etapa ofereceria inicialmente 12.600 vagas nos estados de Alagoas, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rondônia e São Paulo. Entre os cursos oferecidos estão: operador de máquina agrícola; operador de colheitadeira; operador e mantenedor de tratores agrícolas; operador de cristalização na refinação de açúcar; eletricista de colheitadeira; eletricista de manutenção industrial; mecânico de trator; mecânico de caldeira e operador de processo. Do total de vagas oferecidas, 30% seriam destinadas a trabalhadores desempregados; 70% aos trabalhadores de empresas afetadas por processos de modernização tecnológica; e 10% serão destinadas aos portadores de deficiências não-impeditivas ao exercício da atividade laboral e também para os segurados da Previdência Social em processo de reabilitação profissional. Os cursos teriam a duração média de 200 horas com teoria e prática. Neste processo de oferta de cursos de qualificação para o setor sucroalcooleiro, após o Compromisso Nacional, encontramos três projetos do SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural). O SENAR, que tem em seu Conselho os seguintes parceiros: na presidência a Senadora Kátia Abreu (DEM-TO); e a seguir as entidades representantes: CNA, MTE, MEC, CONTAG, MAPA, Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, Agroindústria/indicação da Confederação Nacional das Indústrias – CNI, instala **O Programa Cana Limpa** - que tem como objetivo a capacitação de mão-de-obra de todo setor Sucroalcooleiro: “do plantio a colheita, do transporte da matéria-prima a fabricação do açúcar e álcool, oferecendo melhores serviços, com qualidade, segurança e produtividade.” Segundo Francisco Alves (2009), este processo de limpeza da cana não se limita a atividade do corte de base, é um conjunto de outras atividades, isto é, limpeza da cana, transporte e arrumação da cana, que não são remuneradas. O que é chamado de capacitação é na verdade um treinamento para que os trabalhadores da cana saibam usar os EPIs⁵⁷, limpem o espaço utilizado durante o corte, e realizem ações desejáveis durante o trabalho, inclusive a de não reclamar da ausência de remuneração para realizar estes serviços.

⁵⁷ EPIs são Equipamentos de Proteção Individual – muitas vezes comprados de forma errada pelas usinas, causando sérios problemas aos trabalhadores no uso do facão no corte manual.

No site do SENAR, acessado em julho de 2012, não fica claro quantos cursos deste programa já foram realizados até hoje. Em 2009, foram criadas 212 turmas, com 8.237 alunos, em grande parte do país. Existe também o curso de Alfabetização de Jovens e Adultos onde no mesmo ano foram criadas 320 turmas com 5621 alunos, porém também não é informado se ainda existe. Segundo informações dos jovens cortadores entrevistados, algumas usinas nas quais eles estiveram realizavam curso de alfabetização, mas a procura, de acordo com eles, não era grande, pois os cursos começavam após um longo e exaustivo dia de trabalho.

Acabar com o trabalho análogo ao escravo é uma realidade tão distante das usinas que os cursos sobre trabalho decente são oferecidos também à distância, pelo site do SENAR. O curso **Trabalho Decente** pertence ao programa Escola do Pensamento Agropecuário e é destinado a “Pessoas do meio rural, dirigentes, sindicatos rurais e estudantes de Direito, Serviço Social, Sociologia, Agronomia, Engenharia Agrária, Veterinária, Zootecnia e outras áreas afins.”⁵⁸ Ele visa mostrar as ações que o SENAR propõe para que o Brasil “realmente” coloque esse conceito em prática e reforça a ideia de que não há trabalho decente sem educação, qualificação, formação profissional, cultura, habitação e saúde. Este curso, em especial, se propõe a trazer informações jurídicas importantes que auxiliam na concretização da prática do trabalho decente no Brasil. É a vitrine dos usineiros para o mercado internacional: sustentável e limpo nas práticas sociais, mas somente no âmbito virtual. Neste mesmo mês em que acessei o site do SENAR, o jornal O Globo, de 22/07/2012 publicou a seguinte informação:

“Denúncias trabalhistas atingem um terço das usinas de cana com selo de empresa responsável - Pelo menos 60 das 169 usinas de açúcar e álcool do país que receberam o selo "Empresa Compromissada" - iniciativa do governo federal para melhorar as condições de trabalho no cultivo manual de cana-de-açúcar e que facilita a exportação do etanol nacional - estão respondendo a processos envolvendo irregularidades nas relações trabalhistas. Levantamento do Ministério Público do Trabalho (MPT) de São Paulo, estado responsável por mais da metade da produção de cana do país e dos empregos no setor, mostra que 26 das 85 empresas no

⁵⁸ Fonte: www.senar.org.br

estado que receberam o selo do governo estão envolvidas em ações na Justiça do Trabalho. Entre as irregularidades mais frequentes, estão a falta de equipamento de proteção, inexistência de área de vivência (sanitário, refeitório, local para descanso), faltam pausas para descanso e há utilização terceiros, ou "gatos", para contratar trabalhadores.

Os usineiros negaram as denúncias dizendo que realizam “boas práticas” de trabalho, embora em “São Paulo, a Raízen Energia, a maior usina do país e resultado da fusão da Cosan com a Shell, tem 35 ações e uma condenação em segunda instância no Tribunal Regional do Trabalho.”

Não podemos afirmar que os cortadores de cana se tornaram um problema político e passaram a fazer parte da agenda política do governo. Eles são o que Graça Rua (1998) aponta como demanda reprimida, ou seja, não discutida e também como demanda recorrente, que se traduz em não resolvida ou mal resolvida. A existência da mão de obra migrante e escrava dificulta a entrada do etanol no mercado internacional. O acordo é para garantir este acesso e não outros, tais como à escolaridade e ao trabalho decente, que não foram confirmados como pontos prioritários.

Como diz Francisco Alves (2009, p.156), “a sociedade não pode ficar inerte a essa decisão de trocar trabalhadores por máquinas. A sociedade precisa apresentar suas propostas de como essa substituição deverá processar-se.” Este debate ainda não foi realizado de forma contundente pela sociedade civil e nem pelos movimentos sociais do campo, dando visibilidade a esta demanda. A realidade avança na mecanização, que não substituiu a mão de obra disponível e nem pretende, a medida que produz lucro para as usinas. Em 2011 o governo federal tentou retirar o seu apoio aos projetos da ASA (Articulação no Semiárido), que há oito anos vem desenvolvendo o programa de construção de cisternas através de diversas parcerias. O executivo foi pressionado com forte mobilização dos agricultores e das organizações parceiras da ASA, o que garantiu a continuação do programa.

Graça Rua (1998) coloca que os atores envolvidos na construção de uma política pública podem buscar uma solução perfeita para o que está em jogo, no caso o Estado se coloca e age de acordo com o alcance favorável de seus objetivos:

“Nesse caso, o governo (logo, os tomadores de decisão) é visto como um ator unitário, monolítico, que trata o problema estrategicamente, estabelecendo quais são os seus objetivos, quais as soluções alternativas disponíveis e quais as consequências de cada uma. Escolhe a alternativa que lhe traz consequências mais vantajosas e age. Conceitualmente, este tipo de análise baseia-se em uma ideia semelhante à ideia do "mercado de concorrência perfeita" na economia.” (p.11)

E os jovens cortadores se encontram neste eixo de contradições: o Estado que acena com políticas públicas é o mesmo que realiza acordos com usineiros. O Estado que torna a educação do campo uma política pública é o mesmo que fecha escolas no interior do país. Como viver uma “experiência de classe” na construção da educação do campo, quando as políticas destinadas à demanda dos trabalhadores da cana querem esquecer o ofício de cortador enquanto ele ainda existe? Os cortadores não são apenas dotados de invisibilidade, mas também de recusas, rejeita-se a sua existência. Como se organizar? Como ser representativo diante de tantas exclusões.

Roseli Caldart (2009) enfatiza a dinâmica da educação do campo como transformadora de uma realidade, como o que

“precisa ser construído pelo processo de formação dos sujeitos coletivos, sujeitos que lutam para tomar parte da dinâmica social, para se constituir como sujeitos políticos, capazes de influir na agenda política da sociedade. Mas que representa, nos limites ‘impostos pelo quadro em que se insere’, a emergência efetiva de novos educadores, interrogadores da educação, da sociedade, construtores (pela luta/pressão) de políticas, pensadores da pedagogia, sujeitos de práticas.” (p.41)

É presente nesta dinâmica a relação educação-trabalho e como coloca Caldart (idem):

“Qual a potencialidade formadora e deformadora das diferentes formas de trabalho desenvolvidas atualmente pelos trabalhadores do campo? E que conhecimentos são produzidos por estes trabalhadores (e são deles exigidos no trabalho) que se subordinam à lógica da agricultura industrial e de negócio e, no contraponto, por aqueles que hoje assumem o desafio de reconstrução prática de uma outra lógica de agricultura(...)” (p. 44)

E também aponta para o desafio colocado por esta pesquisa, que é pensar sem rejeitar o trabalhador assalariado do campo. Caldart (ibidem) afirma que: “ (...) pensar na lógica da agricultura camponesa não é pensar em um trabalho assalariado.” (p. 44).

Enquanto não se pensa esta lógica, realizando a transição ou a possibilidade de interseção deste tipo de trabalho com a educação do campo, a realidade se mantém com o trabalhador nas usinas ou na construção civil. Entre o ideal e o real existe o salário e com ele a reprodução de inúmeras famílias camponesas, que não estão organizadas suficientemente para validar determinadas políticas. E o salário não vem somente do trabalho na terra. Em sua cidade, por exemplo, um jovem trabalhador poderá realizar serviços em outros ofícios que poderão estar ou não em consonância com a agricultura. E a educação neste espaço não poderá ser diferente em qualidade e acesso, devendo atender as diferentes demandas apresentadas.

É necessário ampliar a visão e as ações referentes a estes os sujeitos e refletir sobre as dimensões de uma negativa em relação a uma massa de trabalhadores. O que está em jogo é o processo produtivo e de sociedade, onde educação e trabalho estão inseridos.

Considerações finais

A juventude brasileira é uma juventude trabalhadora.

Nesta pesquisa verificamos como se relacionam os tempos do jovem, da escola e o do trabalho em várias esferas: na história de vida deles e de suas famílias; no local de origem; nas políticas públicas; nos processos pedagógicos e formativos e nas legislações.

A educação formal no meio rural é recente e incorpora espaços de exclusão tanto nas políticas como na percepção dos sujeitos. Ela convive com desigualdades e falta de ação política. François Dubet coloca que o sistema justo, ou menos injusto, não é o que reduz as desigualdades entre os melhores e os mais fracos, mas o que garante aquisições e competências vistas como elementares para os alunos menos favorecidos. (2004, p.547)

A escola foi apontada pelos jovens como promessa de um futuro melhor, de uma vida digna e de mudança de trajetórias. Porém o aumento de escolaridade ainda não consegue acompanhar a mobilidade pelo trabalho, causando incertezas, falta de acesso e de permanência. A ausência de condições dignas de trabalho dificulta a permanência dos jovens no meio rural e requer políticas públicas que favoreçam a essas demandas dentro deste conjunto de desigualdades. Hoje, o que garante a inserção profissional destes jovens ainda não é necessariamente o certificado, mas a luta por melhores condições de vida.

Contudo, a escola é valorizada e foi apontada pelos jovens entrevistados e que responderam ao questionário como importante para ir ao encontro do conhecimento, do outro ou de outro futuro. A saída da cidade para continuar os estudos no nível superior exige deslocamento e esforço contínuo para validar este desejo, seja após longa jornada de trabalho, tanto na terra, como em Jenipapo ou em uma cidade maior. O apoio da família é fundamental para que as estratégias traçadas tenham sucesso, se fazendo presente também com ajuda financeira, comprovando que ainda é preciso garantir direitos na esfera pública em todos os níveis de ensino para a educação no campo.

E para a maioria dos jovens cortadores, estudar só é possível na entressafra ou não indo mais para o corte, pois não existe esta possibilidade após um dia de trabalho na cana. Estes jovens são invisíveis no seu fazer-se; criam estratégias cotidianas de trabalho e estudo para manter vínculo com a sua terra, suas tradições e formas de permanência no meio rural. É importante identificar as suas demandas na criação de novas políticas públicas, relacionando trabalho e escola, em um tempo diferente do que vem acontecendo nos programas destinados à juventude rural, pois ainda são insuficientes diante dos desafios encontrados na construção de projetos de vida e de trabalho.

Como aponta o relatório da OIT sobre trabalho decente e juventude no Brasil (2009):

“Pode-se dizer ainda que os vários aspectos relacionados às melhores formas de proporcionar emprego ao jovem, na perspectiva de compatibilizar seus horários de trabalho com os estudos, bem como fatores referentes às condições de trabalho dos jovens, fundamentais para a elaboração de uma agenda de trabalho decente para juventude, estão pouco presentes no campo das ações governamentais no Brasil.”

Este relatório aponta duas pesquisas: *Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas*, realizado entre 2004 e 2005 e *Juventude e Integração Sul-Americana: caracterização de situações-tipo* (2007), ambas do IBASE & POLIS, que enfatizaram o caso dos jovens ligados as duas categorias: dos trabalhadores em telemarketing e canavieiros. A reivindicação por melhores condições de trabalho foi expressiva, e no caso dos cortadores foi colocada a necessidade de um calendário que possibilite conciliar trabalho e estudo, pois a ausência de flexibilidade cerceia as possibilidades de avançar nos estudos e nos postos de trabalho. A demanda por trabalho na interface com a demanda por educação se acentua com a chegada ao ensino superior. No caso dos jovens cortadores, os exemplos vistos nesta pesquisa sinalizam o surgimento de novas demandas devido ao aumento de escolaridade e acesso aos cursos de nível superior. Eles não deixam o corte para estudar e o utilizam como meio para construção de suas trajetórias. Próspero, o cortador que faz Ciências Contábeis à distância, deixou claro em sua entrevista que se passasse para uma universidade pública e recebesse alojamento e bolsa largaria imediatamente o corte de

cana. As tentativas dos cortadores estudantes das licenciaturas também evidenciam este caminho; quando um deles, ao ser contratado como professor, conseguiu deixar o corte, o outro teve que retornar às usinas para tentar outra vez a inserção como professor. Os quatro jovens cortadores estudantes não pretendem sair do município e estão construindo suas casas, comprando suas terras, o gado, etc.

As trajetórias destes jovens estão inseridas em um contexto transitório, seja na escola ou no trabalho, e a saída para outras frentes acontece para preservar tanto para a união da família, como para instalar projetos de autonomia. Estas trajetórias trazem sentimentos contraditórios, mas fazem parte de um mesmo universo. (NOVAES.J., 2007). Ir para o corte de cana traz melhorias econômicas. Por outro lado, causa rupturas físicas no tempo de vida e no tempo do conhecimento. Os jovens cortadores sofrem também rupturas temporais nas suas identidades, saindo da escola porque naquele momento ela não cabe em suas vidas, depois saindo do corte porque não suportam mais, ou foram excluídos ou se estabeleceram em outras frentes de trabalho. A universalização do ensino não atingiu a maioria dos jovens cortadores, onde poucos se beneficiam com uma permanência escolar mais longa e efetiva.

A saída da escola é justificada pelos jovens pelo ingresso no mundo do trabalho, e a saída do corte geralmente é atribuída a questões afetivas e não por baixa produtividade ou esgotamento físico. A “saudade” foi colocada em vários momentos como o principal motivo de saída. Saudade da família, dos amigos, da namorada. É a saudade de ser visto como pessoa, jovem rural, que trabalha, mas também se diverte e estuda. Que gostaria de ter escolhas, de ter direito a elas, para que não haja divergências entre suas expectativas e as ofertas educacionais e de trabalho.

O campo é espaço de vida, tradição e memória com dimensões variadas, e vem sendo pensado assim há pouco tempo, inserindo novas políticas públicas voltadas para os jovens que vivem neste meio. Como pontua Ricardo Abramovay (2005), uma política de desenvolvimento rural voltada para a juventude não pode limitar-se à agricultura, devendo associar educação de qualidade com estímulo à realização de projetos inovadores que façam do meio rural uma opção de vida.

Norbert Elias (1998) coloca que o tempo e o espaço não se encontram fora ou aquém dos sujeitos porque são produções e experiências humanas. Roseli Caldart (2004) enfoca que o grande desafio é retirar das experiências orientações para pensar sobre a prática da educação da classe trabalhadora do campo, visando outras práticas

para pensar o campo como espaço possível para se viver e não apenas para produzir mercadorias.

As políticas públicas agrícolas para a juventude presentes em Jenipapo não se apresentam com o mesmo tempo de crescimento do agronegócio no Brasil. Enquanto o modelo de desenvolvimento do país valorizar mais este tipo de produção, continuaremos a ter esta massa de trabalhadores disponível para os mandos e desmandos das usinas, que não beneficia os jovens e os distancia de possibilidades de melhorias futuras. Enquanto 100 jovens são escolhidos para a implementação destas políticas em seu município de origem, 1.000 vão para o corte. As parcerias governamentais com o setor sucroalcooleiro destinam recursos exorbitantes que não se igualam aos da educação e muito menos das políticas locais para juventude rural.

Outra questão que se apresenta é a do trabalho decente. A educação tem papel central na construção de uma trajetória de trabalho decente para os jovens, como formação de cidadão e conhecedor de seus direitos, capaz de denunciar “as boas práticas”. O Conselho Nacional de Juventude inseriu em seu estatuto a Agenda Nacional de Trabalho Decente para a juventude, para tratar esta realidade tão perversa, onde, do total de 34,7 milhões de jovens de 15 a 24 anos existentes no Brasil em 2006, 12,5 milhões estavam inativos, e cerca de 3,9 milhões, desempregados. Deste mesmo total, 16,3 milhões (46,9%) estavam estudando e 18,4 milhões (53,1%) estavam fora da escola. Estas altas taxas evidenciam o quanto a população jovem vivencia a exclusão social no mundo do trabalho e da escola.

Enquanto as usinas estão preocupadas com certificação ambiental para a permanência no mercado internacional, os jovens cortadores estão preocupados com a sua permanência em frentes de trabalho e em seu local de origem. O discurso da certificação, não respeita o tempo da terra e nem dos trabalhadores que vivem dela, ignorando processos de aprendizagem e construção de conhecimento. O que é oferecido está atrelado à produtividade, ignorando os sujeitos e relacionado o conceito de campo como espaço produtor de mercadorias e fornecedor de mão de obra barata.

Para tratar destas e de tantas outras questões presentes, a juventude vem aumentando a sua participação em diferentes espaços de discussão, trazendo visibilidade também às questões do universo rural, relacionadas às questões locais e globais, como por exemplo, sua presença marcante nas duas Conferências Nacionais da Juventude, onde elaborou e encaminhou propostas de acordo com a diversidade de seus sujeitos e

seus espaços de exclusão. Porém, os jovens cortadores de cana ainda enfrentam dificuldades de inserção nas disputas das agendas políticas de juventude, pois não estão representados e com isto não se inserem, muitas vezes, nem nas pautas de reivindicações da juventude rural.

Hoje o Estatuto da Juventude (Projeto de Lei 4529/2004), aprovado na Câmara, está tramitando no Senado e visa consolidar os direitos da juventude definindo obrigações da família, da comunidade e da sociedade. E também prevê a criação do Sistema Nacional de Juventude, que definirá competências e obrigações em todas as esferas do Poder Público na garantia destes direitos. É no Plano Nacional de Juventude onde serão definidas metas e orçamentos para a juventude brasileira.

O Compromisso Nacional

Segundo a Agenda Juvenil de trabalho decente, a juventude brasileira é uma juventude trabalhadora. Mesmo considerando a diminuição das taxas de participação no mercado de trabalho nos últimos anos, mais de 34 milhões de adolescentes e jovens entre 15 e 29 anos trabalhavam ou procuravam trabalho no ano de 2009, ano em que foi firmado o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana de Açúcar. Os acordos e propostas para os trabalhadores da cana inseridos no Compromisso remetem a uma realidade onde parece não existir mais conflitos no campo e muito menos com os trabalhadores. E interessa muito mais o deslocamento desta mão de obra para a construção civil, visando acelerar o processo de crescimento, do que respeitar o tempo da terra, de instalar políticas compensatórias e emergenciais para esta juventude.

Para a OIT, trabalho decente é “um trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna” (OIT BRASIL, 2006, p. 05). E se apóia em quatro pilares estratégicos:

a) respeito às normas internacionais do trabalho, em especial aos princípios e direitos fundamentais do trabalho (liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; eliminação de todas as formas de trabalho forçado; abolição efetiva do trabalho infantil; eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de

emprego e ocupação); b) promoção do emprego de qualidade; c) extensão da proteção social; e d) diálogo social.

O dinheiro rápido do corte faz com que jovens acreditem que o trabalho “*está mais valorizado*”, quando na verdade está mais produtivo, acelerando em quase o dobro o uso do facão do que na época de seus pais. O medo da mecanização, de acordo com Alves (2009), é histórico, sendo acionado toda vez que as usinas são pressionadas.

A mecanização total do corte de cana sempre foi o desejo desta pesquisadora, que teve que conter o discurso em muitos momentos da pesquisa respeitando as escolhas ou a falta de escolhas dos jovens cortadores. Não se trata de um discurso moral, mas ético, que rejeita qualquer possibilidade de exploração humana, presente historicamente nas formas mais aviltantes e perversas deste tipo de trabalho. Porém, como diz Alves (2009), o ritmo da mecanização deve ser igual ao ritmo da adoção das políticas públicas compensatórias, permitindo aos trabalhadores do corte o tempo da qualificação, da alfabetização, do lápis deixando o facão com menos horas de uso.

A educação brasileira ainda não conseguiu realizar plenamente os objetivos primeiros da atual Constituição Federal que propõe

“... pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (Art.205 da CF de 1988).

O tempo da qualificação e da escola não cabe no presente acelerado, o tempo do lápis não é o mesmo da colhedeira. É uma política de produção, que não visa qualidade e muito menos uma educação ao longo da vida. E se insere no provisório, instável e descontínuo, assim como muitas trajetórias escolares. O que vem se apresentando como duradouro até hoje é a migração e o lucro das usinas. Viabilizar o tempo do lápis para conquistar certificados é o grande desafio da qualificação nos moldes em que se apresenta. Frigotto (2005) reforça que são necessárias políticas públicas integradas que promovam formação, certificação, orientação e inserção profissional.

O que a OIT entende por trabalho decente muito se distancia da realidade dos canaviais. O que não nos impede de sonhar com dias melhores. Paulo Freire nos diz que:

“ O que não é porém possível é sequer pensar em transformar o mundo sem sonho, sem utopia ou sem projeto. As puras ilusões são os sonhos falsos de quem, não importa que pleno ou plena e boas intenções, faz a proposta de quimeras que, por isso mesmo, não podem realizar-se. A transformação do mundo necessita tanto do sonho quanto a indispensável autenticidade deste depende da lealdade de quem sonha às condições históricas, materiais, aos níveis de desenvolvimento tecnológico, científico do contexto do sonhador. Os sonhos são projetos pelos quais se luta. Sua realização não se verifica facilmente, sem obstáculos. Implica, pelo contrário, avanços, recuos, marchas às vezes demoradas. Implica luta. Na verdade, a transformação do mundo a que o sonho aspira é um ato político (...). (FREIRE, 2000, p. 26)

As trajetórias juvenis verificadas neste estudo intensificam o presente e colocam o futuro como incerto e imprevisível, principalmente para quem vive da terra. Enquanto em uma margem o Governo faz parcerias com o agronegócio atendendo a uma elite empresarial com capital internacional; em outra flerta com a agroecologia, que é um dos itens de reivindicações de diversos movimentos sociais do campo, atendendo demandas da juventude rural e agricultura familiar. Resta-nos saber qual será a terceira “margem da palavra, entre as escuras duas, margens da palavra⁵⁹” para os jovens assalariados do campo.

E termino esta pesquisa citando um trecho do livro *Cidades Invisíveis* de Ítalo Calvino, que retrata bem o universo dos pequenos municípios rurais e de sua juventude:

“A correspondência entre a nossa cidade e o céu é tão perfeita – responderam – que cada mudança em Ândria comporta alguma novidade nas estrelas. (...) Cada mudança implica uma cadeia de outras mudanças, tanto em Ândria como nas estrelas: a cidade e o céu nunca permanecem iguais.

Do caráter dos habitantes de Ândria, duas virtudes merecem ser recordadas: a confiança em si mesmos e a prudência. Convictos de que cada inovação na cidade influi no desenho do céu, antes de qualquer decisão calculam os riscos e as vantagens para eles e para o resto da cidade e dos mundos.”

As cidades Invisíveis – As cidades e o céu, Ítalo Calvino.

São Paulo. Cia das Letras, 1990.

⁵⁹ A terceira margem do rio – Letra e música de Caetano Veloso

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. *Juventude rural: ampliando as oportunidades*. Raízes da Terra – parcerias para a construção de capital social no campo, ano1, n.1, Ministério do Desenvolvimento Agrário, abril de 2005.

ALMEIDA, M. V. de “*Género, masculinidade e poder. Revendo um caso do Sul de Portugal*”, Anuário Antropológico, 95, p.161-190.

ALMEIDA, Miguel Vale de. *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. 2.ed. Lisboa: Fim de século, 2000.

ALVES, Francisco. *Políticas públicas compensatórias para a mecanização do corte da cana crua: indo direto ao ponto*. Ruris, Campinas, v. 3, n. 1, p. 153-178, 2009.

Baudel Wanderley, Maria de Nazareth. *A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural*. En publicacion: ¿Una nueva ruralidad en América Latina?. Norma Giarracca.CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires,Argentina. 2001.

BAUER, Carlos. Educação, terra e liberdade: princípios educacionais do MST em perspectiva histórica. São Paulo: Editora Pulsar; Xamã, 2008.

BAUMAN. Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2001.

_____. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BENJAMIN, César; CALDART, Roseli Salete. *Projeto popular e escolas do campo*. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 2000.

BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 10. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral da Presidência da República – *Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana de Açúcar*. Brasília, 2009.

CALDART, Roseli Salete. *Educação do campo: notas para uma análise de percurso*. Trab. Educ. Saúde,. Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64,mar./jun.2009. Revista EPSJV FioCruz.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas; estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4ª ed. 1ª reimpr. São Paulo: EDUSP, 2006.

CARNEIRO, Maria José. *O ideal rurano: campo e cidade no horizonte dos jovens*.In: Silva, Francisco Carlos Teixeira da et al. (Org.) *Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Campus, 1998. p. 97-117

_____. *Juventude Rural: projetos e valores*. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira: Análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 243-261.

_____. e CASTRO, Elisa Guaraná de. (Orgs.). *Juventude Rural em Perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

CASTRO, Elisa. G. *Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. 444p. Tese (Doutorado) - UFRJ/PPGAS/ Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Rio de Janeiro, 2005.

_____. *Balanço e perspectivas* In: CARNEIRO, M.J.; CASTRO, E.G. *Juventude Rural e perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p.128-135

_____. *Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político*. *Rev.latinoam.cienc.soc.niñez juv* [online]. 2009, vol.7, n.1, pp. 179-208.

CAVALIERI, Lúcia. *Migração e reprodução social, tempos e espaços do cortador de cana e de sua família*. 263p. Tese (Doutorado) – USP/FFLCH/Dep. Geografia - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. São Paulo, 2010.
Censo Escolar – Inep/MEC, 2010.

MEDEIROS, Leonilde. Os trabalhadores do campo e desencontros nas lutas por direitos in CHEVITARESE, André (org) *O campesinato na história*. Rio de Janeiro. Relume Dumará/FAPERJ. 2002.

DAWSEY, John C. “Caindo na cana” com Marilyn Monroe: Tempo, espaço e “bóias-frias”, in *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 1997, V. 40 nº1, p. 183-226.

DEZEMONE, Marcus. *Do cativeiro à reforma agrária: colonato, direitos e conflitos (1872-1987)*. Tese de Doutorado. Niterói: PPGH-UFF, 2008.

DI PIERRO, M. C. (Org.) ; JESUS, S. M. S. A. (Org.) ; ANDRADE, M. R. (Org.) ; MOLINA, M. C. (Org.) . *A Educação na Reforma Agrária: Uma Avaliação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária*. 1. ed. São Paulo: Ação Educativa; Nead; Pronera/Incra/MDA, 2004. v. 1.

_____. *Educação de jovens e adultos na América Latina e Caribe: trajetória recente*. *Cad. Pesqui.*, 2008, vol.38, no.134, p.367-391

DUBET, François. "O que é uma escola justa?" in *Cardenos de Pesquisa*, v. 34, n. 123, p. 539-555, set./dez. 2004.

ELIAS, Norbert. *Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar , 2000.

_____. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FORTES, Alexandre. "Miríades por toda a eternidade": a atualidade de E. P. Thompson. *Tempo soc.* [online]. 2006, vol.18, n.1, pp. 197-215 .

Freire, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. *O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores*. In: COSTA, Hélio da; CONCEIÇÃO, Martinho. Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional e profissional. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação – CUT, 2005. p. 63-71.

GADELHA, Regina Maria d'Aquino Fonseca. *A lei de terras (1850) e a abolição da escravidão: capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX*. Revista de história. São Paulo, número 120, 1989.

GARCIA JR. Afrânio Raul. *O Sul: o caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. Rio de Janeiro: Marco Zero/ Brasília: CNPq, 1989.

GONÇALVES, Alícia Ferreira. *Políticas públicas, etnografia e a construção dos indicadores socioculturais*. Revista Avaliação de Políticas Públicas – UFC, Ano 1–vol.1, n.1, jan/jun, 2008.

LEITE, Sérgio Celani. *Escola Rural: Urbanização e Políticas Educacionais*. São Paulo: Cortez, 1999.

LUDKE, M.; ANDRÉ, Marli E.D.A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MANNHEIM, Karl– *El Problema de Las Generaciones*, in *REIS*, n.62, abril-maio, 1993.

MATTOS, Marcelo Badaró. *E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *O Patronato Rural no Brasil Recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010.

MENEZES NETO, A. J. *Formação de professores para a educação do campo: projetos sociais em disputa*. In: MARTINS, A.A., ANTUNES- ROCHA, M. I. Educação do campo: Desafios para a formação de professores. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2009.

NOVAES, José Roberto Pereira. “*Campeões de produtividade: dores e febres nos canaviais paulistas*”. Revista Estudos Avançados, 21(59), 2007.

_____. *Trabalhando nos canaviais - os jovens entre a enxada e o facão* – Revista Ruris Ano 1- vol. 3 n. 1, março, 2009. disponível em http://www.ifch.unicamp.br/ceres/ruris-3-1-trabalho_nos_canaviais.pdf

NOVAES, Regina. *Políticas Públicas, direitos e participação* In: CARNEIRO, M.J.; CASTRO, E.G. Juventude Rural e perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p.99-107.

NOVAES, R.B. *Forasteiros: Trajetórias, experiências de trabalho e práticas de deslocamento dos trabalhadores do café no Alto Paranaíba (MG)*. 185p. Dissertação (Mestrado) – UFRRJ/ CPDA/ Programa de Pós-Graduação de. Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro, 2009.

OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2006.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de, *O trabalho do antropólogo*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora Unesp, 1998, p. 17-36.

PAIVA. Vanilda. *Educação popular e Educação de adultos*. 3.ed. São Paulo: Loyola, 1985.

PRADO, Adonia Antunes. - *Ruralismo Pedagógico no Brasil do Estado Novo - Estudos Sociedade e Agricultura*, 4, Julho, 1995.

RIBEIRO, Eliane. *Políticas públicas de Educação e Juventude: avanços, desafios e perspectivas*. Texto para discussão - Seminário Juventude em Pauta 2010. Ação Educativa. São Paulo, 2010.

RUA, M. Graça. *Análise de Política Públicas: Conceitos Básicos* In: O Estudo da Política: Tópicos Seleccionados ed. Brasília : Paralelo 15, 1998.

Seminário Visões do Vale 4 - *Migração, trabalho rural e saúde: um retrato do Vale do Jequitinhonha / MG*. Programa Pólo de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha - Belo Horizonte – 07 e 08 de maio 2009, disponível em http://www.ufmg.br/polojequitinhonha/arquivos/pdfs/migracao_trabalho_rural.pdf

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2008

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *"Errantes do Fim do Século"*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999

_____, ALVES F., PEREIRA J.C A. *Agrocombustíveis solução?: a vida por um fio no eito dos canaviais*. São Paulo: CCJ – Serviço Pastoral dos Migrantes , 2008.

SILVA. Vanda. *Sertão de Jovens: antropologia e educação*. São Paulo: Cortez, 2004.- (Col. Questões da nossa época; v.115).

SOARES, Rita de Cássia Murta Rocha “*A particularidade da responsabilidade social no setorsucroalcooleiro de Alagoas*”. 109 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - da Universidade Federal de Pernambuco, 2003. Disponível em <http://www.liber.ufpe.br/teses/arquivo/20050428120648.pdf>

Trabalho decente e juventude no Brasil. [Brasília]: Organização Internacional do Trabalho, 2009. 220 p.

THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *A formação da classe operária inglesa*. Vol 1 e 2. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

WELLER, W. Karl Mannheim: *Um Pioneiro da Sociologia da Juventude*. Paper apresentado no XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, 29 de maio a 1º de junho de 2007, UFPE, Recife PE.

_____. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. *Soc. estado*. [online]. 2010, vol.25, n.2, pp. 205-224. ISSN 0102-6992. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922010000200004>.

WEISHEIMER, Nilson. Juventudes rurais : mapa de estudos recentes / Nilson Weisheimer. Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. (Estudos Nead ; 7).

Sites acessados:

<http://www.anped.org.br>

<http://www.brasil.gov.br>

<http://www.canaldoprodutor.com.br/>

<http://www.cedeplar.ufmg.br>

<http://www.contagem.mg.gov.br>

<http://www.cosan.com.br>

<http://www.ecodebate.com.br/2008/03/03/os-males-da-cana-no-vale-do-jequitinhonha/>

<http://www.educacao.mg.gov.br/>

<http://www.encontro2010.rj.anpuh.org>

<http://www.ibge.gov.br>

<http://www.inep.gov.br>

<http://www.mec.gov.br>

<http://www.memoriaviva.com.br/ocruzeiro/>

<http://www.mst.org.br>

<http://www.mte.gov.br>

<http://www.oit.org.br/>

<http://www.planalto.gov.br>

<http://www.reporterbrasil.org.br>

<http://www.revista.epsjv.fiocruz.br>

<http://www.revistadehistoria.com.br>

<http://www.senac.br>

<http://www.senai.br>

<http://www.senar.org.br/>

<http://www.unica.com.br>

Vídeo: Migrantes – NOVAES, J., ALVES, F. (2007) . Vídeo Documentário, DVD, DEP/UFSCar, IE/UFRJ, 43 minutos, Editora UFRJ

Questionário Aplicado aos alunos do Ensino Médio – Jenipapo de Minas

Data do preenchimento do questionário: ____/____/____

Escola : _____

Ano: 1º () 2º () 3 º () Sexo: Masc. () Fem. () Idade: _____

Estado civil: Solteira/o () Casada/o ()

Tem filhos/as: Sim () Não () Quantos? ____ Local de moradia: () urbano () rural

Que tipo de transporte você mais utiliza? bicicleta () moto () carro () ônibus () outros ()

Frequenta alguma religião? Sim () Não () Qual? _____

Teve alguma atividade remunerada? Sim () Não () Profissão: _____

Quando foi? Nos últimos seis meses () No último ano()

Caso seja na terra, de quem é a terra? () família () sua () parentes () outros
(pode preencher mais de uma opção)

Você já trabalhou no corte de cana? Sim () Não ()

Você pretende trabalhar no corte de cana? Sim () Não ()

Porque? _____

Você conhece alguém que já tenha ido para o corte de cana? Sim () Não ()

Quem? () seu pai () sua mãe () seus irmão () tios () primos () amigos
(pode preencher mais de uma opção)

Fez algum curso profissionalizante? Sim () Não () Qual? _____

() em Jenipapo () Outra cidade Qual? _____

Gostaria de fazer algum curso profissionalizante? Sim () Não () Qual? _____

Pretende continuar estudando? Sim () Não () Por que ?

Pretende estudar? nível superior () nível técnico()

A escola é importante na sua vida? Sim () Não () Por que?

O que você mais gosta na escola?

O que você não gosta na escola?

Quais são as suas matérias preferidas: História () Português () Matemática ()
Geografia () Física () Química () Biologia () Inglês () Artes () Ed. Física () Outras ()

O que você faz no seu tempo livre?

() esportes () internet () livros/revistas () televisão () ouvir música () casa dos amigos
() outros _____ (pode preencher mais de uma opção)

Você usa computador e/ou internet? Sim () Não () Em que local : () em casa ()
na casa de amigos () na escola () *lan house* () outros: _____ (pode
preencher mais de uma opção)

Você vai para outra cidade para se divertir? Sim () Não () Qual?

O que faz? _____

Já mudou de cidade? Sim () Não ()

Motivo: acompanhar a família () trabalho () estudo () outros () _____

Pretende mudar de cidade? Sim () Não () Qual cidade? _____ Quando?

Motivo: acompanhar a família () trabalho () estudo () outros () : _____
(pode preencher mais de uma opção)

Você gosta de morar na sua cidade? Sim () Não () Por que?

O que você não gosta na cidade?

Alguém de sua família já migrou para outra cidade? Sim () Não () Quem?

Para qual cidade? _____

Motivo: trabalho () trabalhar no corte de cana () estudo ()
outros _____

Participa de algum grupo de jovens? Sim () Não () Qual?

Igreja () Partido Político () Cultural() Outros() _____

Na sua casa tem: TV() aparelho de som() DVD() máquina de lavar() carro() moto() computador()

Você gostaria de ter em sua casa:TV() aparelho de som() DVD() máquina de lavar() carro() moto() computador()

Obrigado por responder as perguntas acima!

Você estaria disponível para uma entrevista, se necessário, para aprofundarmos essas questões?

Sim () Não ()

Nome: (Pode ser apenas o primeiro nome) _____

Telefone para contato: _____